



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS DE ARARAQUARA

DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA

ADRIANO CHAN

**A NARRATIVIDADE NO APRENDIZADO E NA PRODUÇÃO
DE REDAÇÕES PARA VESTIBULARES DA VUNESP**

ARARAQUARA – SP

2024

ADRIANO CHAN

**A NARRATIVIDADE NO APRENDIZADO E NA PRODUÇÃO
DE REDAÇÕES PARA VESTIBULARES DA VUNESP**

Tese apresentada ao Curso de Pós-graduação da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (Unesp), área de Linguística, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor.

Orientador: Professor Doutor Antônio Suárez Abreu

ARARAQUARA – SP

2024

C454n Chan, Adriano

A narratividade no aprendizado e na produção de redações para vestibulares da Vunesp / Adriano Chan. -- Araraquara, 2024
140 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara
Orientador: Antônio Suárez Abreu

1. Redação para vestibular. 2. Linguística. 3. Pedagogia. 4. Vunesp.
5. Coesão e coerência. I. Título.

ADRIANO CHAN

**A NARRATIVIDADE NO APRENDIZADO E NA PRODUÇÃO
DE REDAÇÕES PARA VESTIBULARES DA VUNESP**

Tese apresentada ao Curso de Pós-graduação da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP), área de Linguística, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor

Data da defesa: 14/12/2024

Presidente o orientador: Prof. Dr. Antônio Suárez Abreu Fclar – Letras

Membro titular: Profa. Dra. Gladis Massini-Cagliari – Fclar – Letras

Membro titular: Prof. Dra. Ana Carolina Sperança Criscuolo – Fclar – Pedagogia

Membro titular: Profa. Dra. Beatriz Quirino Arruda Doná – Faculdade de Medicina São Leopoldo Mandic Campinas

Membro titular: Profa. Aline Pereira de Sousa – Faculdade de Medicina São LeopoldoMandic – Campinas

Membros suplentes

Membro suplente: Profa. Dra. Maria Alves Bruns – USP

Membro suplente: Profa. Dra. Rosana Ferrareto Lourenço Rodrigues –Departamento de Letras / Instituto Federal de São Paulo

Membro suplente: Profa. Dra. Aurélia Leal Lima Lyrio, UFES.

RESUMO

Nesse trabalho, vamos apontar dificuldades que os professores encontram ao montarem seu projeto didático para criar narrativas metalinguísticas que nortearão cognitivamente a produção de redações de vestibulares. Com isso, proporemos alguns caminhos de reflexão para uma nova proposta de ensino de textos para alunos de ensino médio. Trata-se de uma reflexão desenvolvida a partir de uma prática empírica desenhada ao longo de 20 anos de magistramento. Os objetivos dessa tese são (a) oferecer uma reflexão a professores que estão à frente das trincheiras das salas de aulas, (b) propor novas indagações, questionando os modelos pedagógicos dominantes (c) a fim de otimizar o ensino de redação sem modelos fechados. As propostas para os problemas levantados incluem (1) a análise de vestibulares que usam a grade da Vunesp, (2) a discussão sobre a pedagogia de repertório de bolso e (3) a necessidade de repensar as práticas de ensino para dialogar com as dificuldades específicas da geração Z no aprendizado e na articulação de seus saberes enciclopédicos. As principais fontes bibliográficas utilizadas no texto incluem obras de Barthes (1984), Chartier (2002), Borges (1977), além de autores de linguística cognitiva como Lakoff e Johnson (1980), Fauconnier e Turner (2002) e Tomasello (2003). Muito desse trabalho prático foi desenvolvido a partir das reflexões de Abreu (2002, 2018, 2022, 2023a e 2023b), Barros (1996), Neves (1997, 1998) e Koch e Tavaglia (1990).

Palavras-chave: vestibular, ensino de redação, pedagogia, linguística textual, linguística cognitiva.

ABSTRACT

In this work, we will point out the difficulties that teachers encounter when they are developing their strategies to build up metalinguistic narratives that will cognitively guide their students in the production of essays for college admission exams. Hence, we will propose some solutions towards a new approach to train high school students to write their essays more accurately and more precisely. This reflection comes from an empirical practice tested for 20 years of experience. The goals of this thesis are (a) to offer a reflection for teachers who are at the forefront of classrooms, (b) proposing new inquiries and criticisms to the dominant pedagogical models, (c) and optimizing the teaching of composition writing without closed models. The proposals for the raised problems include (1) the analysis of tests used by admission exams that follow the Vunesp grading system, (2) the discussion about the pocket repertoire pedagogy, (3) and the need to rethink teaching practices to address the specific difficulties of Generation Z to access their encyclopedical knowledge. The main bibliographic sources used in the text include works by Barthes (1984), Chartier (2002), as well as authors of cognitive linguistics such as Lakoff and Johnson (1980), Fauconnier and Turner (2002), and Tomasello (2003). Much of this practical work was developed after the works of Abreu (2002, 2018, 2022, 2023a, and 2023b), Barros (1996), NEVES (1997, 1998), and Koch and Tavaglia (1990).

Keywords: admission exams, writing, teaching, pedagogy, textual linguistics, cognitive linguistics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Torre de Babel gerada por Inteligência artificial	9
Figura 2	– Quadrado semiótico aristotélico na formulação de relações lógicas	30
Figura 3	– Modelo de ensino no mapeamento de ideias	32
Figura 4	– Resumo de aula de redação em apostila de cursinhos	36
Figura 5	– Estatísticas das respostas dadas pelos alunos sobre o que é coerência	38
Figura 6	– Estatísticas das respostas dadas pelos alunos sobre o que é coesão	39
Figura 7	– Estatísticas das respostas dadas pelos alunos sobre o que é coerência	39
Figura 8	– Foto do enunciado (frase temática) da prova da São Camilo 2022	44
Figura 9	– Critério A da Vunesp – Tema – para o vestibular da São Camilo 2022	45
Figura 10	– Sequência de números	47
Figura 11	– Paralelo entre elementos abstratos e corporificados	52
Figura 12	– Aplicação de paralelo entre elementos abstratos e corporificados para avaliar a coerência	53
Figura 13	– Esquema de habilidades necessárias para redações de vestibulares serem mais bem redigidas	54
Figura 14	– Critério B da Vunesp – Coerência – para o vestibular da São Camilo 2022	60
Figura 15	– Critério C da Vunesp – Modalidade e Coesão – para o vestibular da São Camilo 2022	66
Figura 16	– Foto de logo de tratoria em Trento	97
Figura 17	– Jarra de Rubin	100
Figura 18	– Paralelo entre elementos abstratos (temas ou ideias) e seus respectivos elementos corporificados na figura associada à microtese do recorte temático do parágrafo	113

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO – O PENSAMENTO ALGORÍTMICO NA ERA DO HIPERTEXTO	9
	Prolegômenos: Objetivos e justificativas.....	9
	A estruturação do trabalho e a apresentação do referencial teórico.....	15
2	CONSENSOS E CONFLITOS TEÓRICOS.....	17
	2.1 O que é narratividade?	17
	2.2 A narratividade na textualização (ou narrativa metalinguística) x A narratividade da textualização (ou narrativa argumentativa)	18
	2.3 A narratividade como corporificação de ideias	19
	2.4 Narrativa <i>versus</i> Narração	28
	2.5 Esquemas mentais no aprendizado das narrativas textuais.....	33
	2.6 O vestibular da Vunesp – análise do edital, das grades e de textos da prova de redação da São Camilo	43
	2.7 <i>Frames</i> e cenas na construção de argumentações	57
3	ENSAIOS DE PRÁTICAS.....	72
	3.1 Metodologia	72
	3.2 Análise de redação abaixo da média	73
	3.1.1 Análise do primeiro parágrafo da redação abaixo da média	73
	3.1.2 Análise do segundo parágrafo da redação abaixo da média:.....	79
	3.1.3 Análise do terceiro parágrafo da redação abaixo da média:	84
	3.1.4 Análise do quarto parágrafo da redação abaixo da média	86
	3.2 Análise de redação mediana.....	88
	3.2.1 Análise do primeiro parágrafo da redação mediana	90
	3.2.2 Análise do segundo parágrafo da redação mediana.....	102
	3.2.3 Análise do terceiro parágrafo de redação mediana.....	106
	3.2.4 Análise do quarto parágrafo de redação mediana.....	109

3.3	Análise de redação acima da média.....	111
3.3.1	Análise do primeiro parágrafo de redação acima da média.....	112
3.3.2	Análise do segundo parágrafo de redação acima da média	116
3.3.3	Análise do terceiro parágrafo de redação acima da média	121
3.3.4	Análise do quarto parágrafo de redação acima da média	124
4	CONCLUSÕES.....	126
	REFERÊNCIAS.....	128
	ANEXOS.....	133
	ANEXO 1 – MATERIAIS DIDÁTICOS.....	134
	ANEXO 2 – PROVA DA UNICAMP 2023	135
	ANEXO 3 – PROVA DA FUVEST	136
	ANEXO 4 – QUESTIONÁRIO FEITO EM SALA DE AULA.....	137
	ANEXO 5 - MANUAL DO CANDIDATO VUNESP.....	138
	ANEXO 6 – PROVA DA SÃO CAMILO 2022	139
	ANEXO 7 – GRADE DE CORREÇÃO OFICIAL DA PROVA DA SÃO CAMILO 2022	140

1 INTRODUÇÃO – O PENSAMENTO ALGORÍTMICO NA ERA DO HIPERTEXTO

Prolegômenos: Objetivos e justificativas

Esclarecer o papel da **narratividade**¹ na construção de discursos faz-se mister no mundo atual, porque se trata de um daqueles conceitos que se popularizaram ao longo das últimas décadas e, por essa razão, na atualidade, tendem a edificar verdadeiras Torres de Babel.²

Figura 1 – Torre de Babel gerada por Inteligência artificial



Fonte: <https://www.imagine.art>. Acesso em: 13 fev. 2023.

Nosso interesse por esse estudo surge da necessidade prática de ensinar redação sem modelos fechados, propondo um aprendizado alicerçado em processos de leitura e de escrita, a partir de balizas de avaliação facilmente perceptíveis e analisáveis no contexto de provas de vestibular. O domínio e a compreensão dos elementos da grade a partir de uma teoria consistente permitem que se construa um texto verdadeiramente autoral e orgânico. Essa reflexão pode servir também a cursos destinados ao Ensino Médio e ao Superior, ainda que esteja voltada para o universo de pré-vestibulandos e de concursandos.

Para otimizar nossos estudos, optamos por analisar especialmente vestibulares que usam a grade da Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista (Vunesp),³ como ela se apresentava até maio de 2024. Será necessário, previamente, passear por outras provas para mostrar certos aspectos que vamos discutir. A mudança na grade das provas da Vunesp, que passou de 11 pontos para 14 pontos máximos, ocorreu após a conclusão da análise, e os

¹ A definição de narratividade será apresentada mais adiante, no tópico 2.1.

² Em hebraico, Babel significa confusão.

³ É importante deixar claro que estamos falando das **grades** e não das **provas**. Essa discussão envolvendo a **grade da Vunesp** será mais bem desenvolvida no capítulo 3 do trabalho.

impactos das alterações não mudam as considerações que fizemos. Ao fim do trabalho, vamos apresentar a nova grade, ainda que a análise do nosso *corpus* seja realizada com as antigas faixas de notas.

Há mais de 20 anos, debruçamo-nos sobre o assunto e acumulamos leituras de importantes trabalhos acadêmicos e uma rica vivência tanto em sala de aula quanto em bancas de correção de vestibulares.

Com base nessa experiência, que considera o avanço teórico dos estudos cognitivos; é hora de propor novas indagações e novas críticas aos modelos que dominam o mercado a fim de superá-los. Essas reflexões só se tornaram possíveis com recentes instrumentais teóricos que dialogam com uma nova cultura mundial, caracterizada pela agilidade da tecnologia e pelas relações humanas com inteligências artificiais, que marcam as últimas gerações que sucederam a Geração Z.⁴

Quando abrimos os manuais de redação dos sistemas de ensino, verificamos a predominância de uma série de fórmulas que se torna cada vez mais distante da agilidade e da diversidade de raciocínios na era digital. Cabe-nos, então, questionarmo-nos: **“Como ultrapassar esse modelo pedagógico?”**.

Quase todas as apostilas dos sistemas de ensino tradicional (vide Anexo 1) ensinam que a introdução de um texto dissertativo de vestibular deverá ter uma tese, apresentando, já no primeiro parágrafo, os tópicos que serão posteriormente desenvolvidos na argumentação.⁵ O resultado dessa sequência didática é a produção de textos quase sempre esvaziados de conteúdo, com uma forma rígida que mal consegue comunicar as ideias do autor ao leitor.

O ensino de ativação do repertório, nesses materiais (que são reflexos dos nossos tempos) de cursos preparatórios de vestibular, se resume ao adestramento de uma intertextualidade que geralmente é proposta a partir de frases de filósofos e de sociólogos, a despeito do nobre propósito de ensinar a ler e a escrever. Tais citações são decoradas de modo descontextualizado e criam uma falsa aura de intelectualidade nos textos dos alunos, facilmente punida nas correções das provas.

Para ilustrarmos esse problema, vejamos um exemplo:

⁴ A Geração Z (Gen Z ou Pós-Millennials), abrange os nascidos entre meados dos anos 1990 até 2010. É conhecida como a primeira geração nativa digital: que cresceu com celulares, acessando à internet, compartilhando arquivos já na primeira infância. No momento de redação desta (2024), é a geração que presta vestibulares e que redige os textos a serem objeto de análise.

⁵ Vejam-se exemplos de materiais de ensino de modelos de redação no Anexo 1.

O trabalho do homem hodierno está ameaçado pela inteligência artificial porque Hannah Arendt afirma que o *animal laborans* venceu o *homo faber*. Então, as máquinas vão ocupar o lugar dos seres humanos no mercado de trabalho por causa da fetichização da mercadoria de Marx. Afinal de contas, como diz Hobbes, o homem é lobo do homem (Redação do *corpus* 20230303QA16ALM).⁶

Esse caso ilustra um problema muito comum nas redações de vestibulares. Porque acreditam na recorrente ideia de que a citação de frases decoradas implique o uso de repertório pertinente, muitos candidatos recorrem a filósofos que pouco têm a ver com o que discutem. Ou, ainda, eles mencionam ideias e/ou conceitos (que até podem ter alguma relação com o tema tratado), mas não explicitam a função dessa citação para sua argumentação. Pior: muitas vezes, a apresentação do filósofo não serve nem mesmo a um papel de demonstração de uma ideia no mundo real.

É verdade que os conceitos de *animal laborans* e de *homo faber*,⁷ no exemplo anterior, alcinados por Hannah Arendt, tratam das relações de trabalho, que era o tema da redação. No entanto, no trecho em análise, os conceitos não estão devidamente apresentados. Tampouco o autor do texto demonstra disposição em articular as ideias de Hannah Arendt com o debate de como a inteligência artificial pode agravar o desemprego estrutural. A situação se agrava ainda mais no decorrer da redação quando o autor evoca Marx e Hobbes sem desenvolver nenhuma dessas ideias para debater o tema do parágrafo, que, como veremos mais adiante, chamaremos de microtese. Consequentemente, forma-se uma lista de comentários desprovida de unidade de sentido. A justificativa para a justaposição de Arendt, Marx e Hobbes não se efetiva.

Essa prática de produção textual reflete o pensamento algoritmizado do jovem que recorre às celebridades da internet. Vemos, entre alguns desses vlogueiros, um compêndio de frases que devem ser decoradas e um arsenal de imagens literárias e artísticas que precisariam ser memorizadas a fim de servirem à citação em uma redação de vestibular. Cultiva-se consequentemente uma espécie de raciocínio binomial, que funciona a partir de estruturas matriciais binárias. “Caso o tema seja X, use repertório Y. Caso o tema seja W, evoque o filósofo Z.” Hoje, as bancas condenam esse tipo de prática porque fica evidente que, na maioria dos

⁶ Redação de aluno corrigida em 3 de março de 2023, na turma de quarta-feira, às 16h30. No contrato de adesão ao curso de redação, o aluno e seu responsável cedem o direito de uso do texto para pesquisa.

⁷ Grosso modo, Hannah Arendt define o *homo faber* como o artesão que dominava o processo de produção de seu artesanato do começo ao fim, permitindo-lhe condições de exercer sua criatividade. O *animal laborans*, em contrapartida, seria aquele trabalhador que apenas opera uma tarefa e é incôscio do processo de produção como um todo, tornando-se um ser desprovido do uso de sua inteligência e de sua razão na confecção de dado produto.

casos, como os autores desconhecem os pensadores que evocam, suas citações não produzem sentido.

Isso impede (nos textos dos alunos que ora concluem o Ensino Médio) uma boa articulação entre os conceitos filosóficos e sociológicos (aprendidos de forma redutora e reduzida⁸) com os temas propostos pelas provas. Em vez de incentivar a leitura, essa pedagogia de repertório de bolso,⁹ que muito se fundamenta nas dicas de autoajuda dada por *YouTubers* e *Instagramers*, criou a falsa sensação nos alunos de que, com a mera memorização de tais conteúdos, eles (os alunos) terão adquirido algum conhecimento enciclopédico. Os estudantes e os seguidores de canais de internet, entretanto, não são advertidos de que é impossível usar correta e profundamente tais princípios sem entender os aspectos históricos e textuais dos sistemas epistemológicos e ontológicos que envolvem os conceitos de uma dada linha filosófica. Para o sucesso dessa tarefa, a leitura (mesmo que parcial) das obras de tais pensadores seria mister. A falta de habilidade e capacidade de gerir tais saberes evidencia-se na redação que tenta evocar – pasmem! – uma leitura que nunca foi feita!

É importante deixar claro, em nosso discurso, que há hiatos entre as boas intenções e o resultado dessa sistematização de textos a partir das políticas que se delinearam ao longo dos anos. As ações pedagógicas, que estão no meio desses dois extremos (intenções e resultados), não parecem surtir o devido efeito. Muitas dessas perdas de percursos se devem a uma dificuldade de entendimento sobre o que propõe a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Diz-nos o documento:

A transversalidade orienta para a necessidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade). Dentro de uma compreensão interdisciplinar do conhecimento, a transversalidade tem significado, sendo uma proposta didática que possibilita o tratamento dos conhecimentos escolares de forma integrada. Assim, nessa abordagem, a gestão do conhecimento parte do pressuposto de que os sujeitos são agentes da arte de problematizar e interrogar, e buscam procedimentos interdisciplinares capazes de acender a chama do diálogo entre diferentes sujeitos, ciências, saberes e temas (CNE/CEB, 2010a, p. 24).

Há a vontade política de formar indivíduos com saberes críticos. Até mesmo os materiais mais simplistas, com tendências a simplificar tudo, tentam contribuir para essa missão. No

⁸ Dizemos que é redutora porque os saberes filosóficos são frequentemente apresentados fora de seus contextos, sem a devida apresentação dos sistemas epistemológicos que constituem uma obra filosófica qualquer. Dizemos que é reduzida porque a apresentação de tais conceitos (quando ocorre) é breve e superficial.

⁹ Chamaremos de repertório de bolso aqueles conhecimentos decorrentes de consultas rápidas aos celulares em alusão ao conceito de “relacionamento de bolso”, proposto por Bauman (2004).

entanto, como demonstraremos, as estratégias pedagógicas em voga não apresentaram um resultado satisfatório, como podemos ver com as notas médias de redação cada vez mais baixas.¹⁰ Talvez isso se justifique (entre outros motivos) pela falta de adequação ao auditório, composto de jovens que vivenciam uma cultura algorítmica¹¹ (entre outros motivos), que apela a um universo governado por hipertextos, entendidos como uma forma de apresentação de informações em um monitor de vídeo, no qual algum elemento (palavra, expressão ou imagem) é destacado e, quando acionado (geralmente mediante um clique), provoca a exibição de um novo texto com mais informações relativas ao referido elemento, criando uma hipermídia.

Essa modalidade de construção de discursos por algoritmos – que era natural somente aos meios digitais – foi transferida para o papel e para o *modus pensantis* das pessoas, que aprendem pela reprodução. Houve, pois, um contágio da natureza de um gênero textual (hipertexto) para outras manifestações discursivas que se encontram além (ou aquém?) do ambiente virtual. Provavelmente, isso se deu porque a trajetória do aprendizado das novas gerações (que, como veremos logo mais, cria metanarrativas¹² que precisam ser entendidas) não fez distinção entre as especificidades desses dois distintos canais de transmissão (o meio digital em contraste com o meio analógico). É, assim, de esperar que os textos produzidos por essa sociedade (que lê em plataformas, em vez de fazê-lo nas folhas de papel) indiquem uma mudança de paradigma de comportamentos autorais¹³ e de procedimentos textuais¹⁴ com relação às redações produzidas pelos alunos de gerações anteriores. Queremos dizer com isso que o autor deixou de buscar a autonomia¹⁵ de seu texto em razão da facilidade de acesso imediato às informações nos *sites* de pesquisa. Como a prática cultural do mundo digital pressupõe que todos tenham acesso à internet a qualquer momento, a apresentação de conceitos e de pressupostos se tornaria dispensável. No entanto, esse tipo de postura desconsidera que a forma (que chamaremos de Gestalt)¹⁶ como se apresenta um dado seja deveras o argumento na elaboração de uma opinião.

¹⁰ Essas informações estão dispostas nas estatísticas da Comvest e da Fuvest.

¹¹ Um algoritmo é uma sequência de instruções bem definidas, normalmente usadas para resolver problemas de matemática específicos, executar tarefas, ou para realizar cálculos e equações.

¹² Na teoria da cultura, uma metanarrativa é uma narrativa de nível superior, capaz de explicar todo o conhecimento existente ou capaz de representar uma verdade amplamente aceita sobre o universo. A Bíblia e o Alcorão são exemplos de metanarrativas universalmente conhecidas. Toda a obra cultural e política vitoriana pode ser considerada uma metanarrativa, tal como *Ulysses* de James Joyce ou as teorias feministas. É essa crença nas totalidades e na capacidade de uma metanarrativa para congregar todo o conhecimento possível que levou Lyotard (2013) à proposição da condição pós-moderna como uma reação à confiança nessa utopia: “considera-se que o ‘pós-moderno’ é a incredulidade em relação às metanarrativas”.

¹³ Por comportamentos autorais entenderemos a forma como o autor compreende a construção de sua argumentação com articulações de saberes na construção de uma opinião a partir de fatos.

¹⁴ Por procedimentos textuais, entenderemos a forma como o autor articula a coesão e a coerência.

¹⁵ O texto autônomo é aquele que traz todas as informações ao leitor para que ele entenda a mensagem.

¹⁶ Explicaremos esse conceito melhor no Capítulo 3 do trabalho.

Nesse cenário, é importante repensar as práticas de ensino para dialogar com as dificuldades específicas da geração Z, que vivencia uma transição na forma de se comunicar em virtude de novos canais que se tornaram viáveis na comunicação humana. Para tanto, recorremos a um passado por meio de uma sucinta bibliografia.

Barthes (1984) anunciou a morte do autor mediante a onipresença do leitor. Por sua vez, Chartier (2002) declara a morte (ou, com ele prefere dizer, a transfiguração) do leitor. Sua generosidade em chamar a morte do leitor de transfiguração parece-nos generosa demais, passados 22 anos de sua publicação. De fato, aquele leitor (o das folhas de papel) morreu. Com todo o cuidado, ousamos ir mais longe. Morreu o autor. Morreu o leitor. E, mais recentemente, morreu a leitura – pelo menos, como até agora a entendíamos.

Os prenúncios de Borges (1977) – em seu conto “Utopia de um homem que está cansado” – de que, no futuro, os homens leriam apenas dois livros na vida e de que isso já lhes bastaria para se sentirem cultos tornam-se cada vez mais reais em tempos que o repertório articulado nas provas de vestibulares deixa de ser constituído por livros para se apoiar sobre séries da Netflix e desenhos da Disney. Se quisermos ser tão generosos como Chartier (2002), deveremos também declarar que a leitura não morreu, mas ela se transfigurou!

O grande problema para os vestibulandos é que as provas de vestibulares ainda valorizam os saberes tradicionais e verticais. Assim, o texto, quando produzido por modelos pautados pelo hipertexto, não desenvolve as habilidades necessárias para a construção da redação autoral, tão valorizada nos concursos e na academia e para a obtenção de notas altas.

Com efeito, a formatação dos textos escolares (construída a partir de unidades modulares, ensinadas por procedimentos automatizados) reduz a estrutura do pensamento a uma mera fórmula de textualização¹⁷ que se colide com as grades das bancas da Vunesp.

O manual do candidato e o edital punem textos circulares (que repetem ideias já introduzidas e ficam em um único eixo do assunto sem construir uma progressão de temas e de figuras). A mesma advertência (com relação ao manual seguido pela Vunesp) à tal formalização excessiva (feita por cursinhos pré-vestibulares e por sistemas de ensino do Ensino Médio) é válida aos candidatos que pretendem fazer a prova da Fundação Universitária para o Vestibular (Fuvest), da Comissão Permanente p/ os Vestibulares da Unicamp (Comvest) e de tantas outras.

¹⁷ Textualização: processo de tradução do discurso para o texto.

Em razão das generosas contribuições de três linhas de análise linguística (desenvolvidas na Universidade de Campinas – Unicamp, na Universidade de São Paulo – USP e na Universidade Estadual Paulista – Unesp), essas importantes instituições se distanciaram de modelos equivocadamente chamados de “estruturalistas”,¹⁸ que tentam criar a impressão de que escrever implica uma “estrutura de texto” normativa.

As três linhas de pesquisa responsáveis por essa visão mais pragmática na avaliação da redação foram:

- A. a semiótica (cujas reflexões da professora Diana Luz Pessoa de Barros, da USP, foram direcionadas para a leitura de textos de vestibulares em seu trabalho de livre-docência, dando-lhe novos contornos).
- B. A linguística textual (que teve, a nosso ver, na figura da professora da Unicamp Ingedore Vilaça Koch sua maior representante e divulgadora).
- C. A gramática pragmática (brilhantemente liderada por Maria Helena Moura Neves, da Unesp).

A proposição que ora fazemos é a de incorporar mais uma grande contribuição a esse sistema de conceitos para (re)pensar a escritura de um texto escolar, seu ensino e sua avaliação. As proposições feitas pela Linguística Cognitiva, sob a ótica do professor Doutor Antônio Suárez Abreu, garantiram-nos um sucesso estrondoso em vestibulares que exigem alta *performance* e são uma ferramenta eficiente não só para facilitar os processos avaliativos, mas também para ensinar a apropriação do discurso e a desenvolver a habilidade de opinar eficaz e eficientemente.

A estruturação do trabalho e a apresentação do referencial teórico

No Capítulo 2, começaremos por definir o que é a narratividade, entendida como um conjunto de valores e de procedimentos que permeiam a percepção humana. Como ponto de partida, nosso referencial será Saussure (2016), Greimas (2002) e Hjemslev (2019). A partir desses três pensadores, avançaremos para outros teóricos, mais ligados à linguística cognitiva,

¹⁸ O entendimento de “estrutura textual”, no estruturalismo proposto por Lévi-Strauss (2017), opõe-se às fórmulas regularmente ensinadas, porque a “estrutura” deve ser uma manifestação de um fenômeno caracterizado pela invariabilidade, ou seja, apenas poderiam ser chamados de estrutura textual da dissertação, segundo o estruturalismo, procedimentos presentes em todas as dissertações. Nesse sentido, como mostraremos mais adiante, é preciso distinguir **procedimento textual** (que faz parte das estruturas textuais) das **fórmulas de texto** (que são uma tentativa fracassada de se alcançar uma estrutura).

como Herman, Phelam, Rabinowitz Richardson e Warhol (2012), Turner (2014), Tobin (2018), e Abreu (2018).

Nesse percurso, a fim de dialogar com o histórico da realidade brasileira, vamos propor um diálogo entre as novidades desses pensadores com a semiótica difundida por Barros (1996), com a linguística textual como foi estudada por Koch (1990) e com a gramática pragmática de Halliday (2004) sob o olhar de Neves (2006). Esse diálogo se justifica para mostrar como os conceitos que fundamentam as grades foram desenvolvidos em nosso contexto e como se distanciam do que é ensinado em sala de aula.

Nosso objetivo é demonstrar como se processa a narrativa da gênese do texto de um vestibulando: de seu aprendizado de construção textual à elaboração da redação na prova, sem perder de vista uma avaliação devidamente balizada por uma grade (que, nesse caso, será a da Vunesp). Chamaremos esse processo de **narrativa metalinguística**, em oposição às **narrativas argumentativas**, tão estudadas no nível narrativo da semiótica francesa do texto. Vamos, assim, apontar equívocos epistemológicos comuns ao ensino de redação para vestibulandos, que se constroem desde o ensino fundamental.

Por fim, nesse primeiro momento, faremos uma descrição das narrativas cognitivas que induzem os candidatos ao erro e apontaremos soluções parciais, mas bem eficientes, para corrigir tais desvios. Muitas vezes, tais equívocos são produtos de falhas pedagógicas que podem ser facilmente melhoradas com uma melhor definição dos conceitos a serem avaliados na grade.

No Capítulo 3, proporemos procedimentos de categorizações que ajudarão o aluno a operar a textualização de seu pensamento com recursos gramaticais, levando em conta os processos cognitivos na construção e na percepção de funções epilinguísticas das estruturas gramaticais dos argumentos a partir de um modelo abstrato de categorização de leitura. Para tanto, analisaremos exemplares de redações cedidas pelos candidatos e, debruçando-nos sobre tais textos, faremos uma descrição do uso da grade, após apresentá-la e analisá-la à luz das teorias que nos norteiam e que terão sido discutidas no Capítulo 2 deste trabalho.

Na conclusão, explicitaremos nossas opiniões e resumiremos algumas propostas que têm se provado eficientes na nossa prática em sala de aula. Apresentaremos, rapidamente, a nova grade usada na Vunesp a partir de 2024.

2 CONSENSOS E CONFLITOS TEÓRICOS

2.1 O que é narratividade?

A evolução do conceito de **narratividade** na linguística merece atenção. Foi Hjelmslev (2019) o primeiro a propor que a oposição saussuriana entre língua e fala fosse expandida para uma linguística do texto. No lugar da dicotomia **língua x fala** de Saussure (2012), o linguista dinamarquês sugeriu a oposição entre **sistema x processo**.

A noção hjelmsleviana de *sistema* corresponderia, então, aproximadamente à noção saussureana de *língua*. O *processo* referir-se-ia a qualquer evento que produzisse significado.

Saussure (2012), cuja produção intelectual se deu na Europa do fim do século XIX, afirmava que a fala não poderia ser objeto de pesquisa da linguística, pois ela seria individual, subjetiva, infinitamente variável. Tais características contrariavam a perspectiva saussuriana do fazer científico cujo estruturalismo exigia a constatação de regras universais que transcendessem as diferenças do tempo, do espaço e das culturas.

Diversamente, Hjelmslev (2019) – cuja obra mais significativa foi publicada em 1943 pela primeira vez – contra-argumentava a proposição do mestre suíço, ao dizer que o estudo do processo seria uma porta de entrada para a compreensão do sistema. Nesse sentido, cada processo seria viabilizado por um sistema que o suportasse e que só seria recuperável por meio de sua manifestação.

Assim, o processo de o falante usar o sistema para criar unidades de sentido pressupõe a capacidade humana de organizar relações de sentido que traduzam o mundo natural ao mundo humano, por meio da razão, governada pela capacidade da linguagem.

Se entendermos a narratividade como uma organização discursiva dos fatos e dos conceitos que nos rodeiam, manifestando-se por processos cognitivos (que são sempre produto da capacidade da linguagem) a fim de formular relações que constroem a percepção do mundo, as proposições de Hjelmslev (2019) foram decisivas na trajetória dos estudos de narratividade, que não podem se confundir com o estudo das narrações, que são tipologias textuais. A consagração da fala como realização do sistema abriu espaços para preocupações de como os indivíduos operam os sistemas linguísticos na produção de seus textos, que são fenômenos subjetivos.

Foi a semiótica de Greimas (2002) uma das primeiras metodologias a propor um modelo supralinguístico para analisar as narrativas, que, até então, eram vistas por um viés historicista, sociológico ou antropológico. Nesse sistema de análise, já é possível distinguir **narração** (tipo de texto que objetiva contar histórias) de **narratividade** (apontamentos de fatos e conceitos do mundo natural ou imaginário, devidamente manipulados para modalizar as percepções racionais do mundo). As narratologias até então desenvolvidas pareciam ser uma descrição de funções narrativas, como aquelas propostas por Propp (2012) em sua morfologia de contos maravilhosos da tradição russa. Tratava-se, então, de estudos de narração, e não de narratividade.

Ao propor os níveis de textualização do percurso gerativo de sentido, Greimas (2002) já chamava atenção para a noção de que os tipos de textos não são estáticos nem separáveis. O caminho gerativo inclui, para ele:

- uma gramática fundamental, que constituiria um sistema de contrários e/ou de contraditórios, governando o senso do texto e suas operações de transição entre um termo e outro;
- uma gramática de uma narrativa de “superfície”, na qual se manifestariam declarações narrativas, atores, ações, métodos, funções de apego;
- estruturas discursivas, que compreenderiam papéis temáticos, atores, espacialização, temporalização e outras instâncias enunciativas como o próprio enunciador e suas circunstâncias discursivas; e
- eventos de texto, que compreenderiam diferentes substâncias de expressão que poderiam intervir no sentido, considerando-se aqui os expedientes gramaticais sob uma visão pragmática.

2.2 A narratividade na textualização (ou narrativa metalinguística) x A narratividade da textualização (ou narrativa argumentativa)

É nessa escola greimasiana que Barros (1996) desenvolveu sua análise de textos de vestibulares para sua tese de livre-docência. Esse trabalho se tornaria depois a *Teoria semiótica do texto*, livro que moldaria examinadores, professores de toda uma geração na USP. No livro, Barros (1996) deixa muito claro que a análise dos textos – também de natureza dissertativa – envolve sempre um plano narrativo. A narrativa torna concretas, no universo mental do auditório universal, as ideias e as percepções de quem argumenta, porque evoca as sensações do corpo. Em outras palavras, pensando a partir de uma linguística cognitivista, não existe comunicação sem a corporificação do sentido.

Institui-se aqui, então, o estudo da **narratividade na textualização (narratividade argumentativa)**, que analisa como as narrativas são um estágio de evolução da construção de todo discurso. Veremos mais adiante que é preciso ainda percorrer um longo caminho em outra área: **o estudo da narratividade da textualização**, ou seja, o **trajeto do pensamento desenvolvido durante o aprendizado para a textualização, que é o nosso real objeto de pesquisa neste trabalho (narratividade metalinguística).**

2.3 A narratividade como corporificação de ideias

Se enunciarmos que a **corporificação** é um princípio linguístico que evoca a memória dos cinco sentidos para possibilitar a cognição de informações a fim de melhor internalizá-las, tal explicação poderá **não** ser, deveras, efetiva a um leigo, por ser demasiadamente abstrata.

Todavia, se exemplificarmos esse mesmo conceito (de corporificação), dizendo que um enunciador deve mostrar suas ideias no mundo real ou imaginário, ativando a memória do que o interpretante já viu, já ouviu, já sentiu, já degustou, já cheirou, já tocou, para permitir que novos dados sejam inseridos em seu universo mental, nosso exemplo permitirá alcançar entendimento mais fácil. A apresentação da cena que presentifica um ator, uma ação em um cronotopo,¹⁹ facilita a visualização de ideias. Como consequência, a comunicação fica muito mais clara. Ideias complexas tornam-se compreensíveis ao auditório universal.

Por exemplo, um aluno aprenderá mais facilmente um novo fonema em uma nova língua se o professor evocar as experiências sonoras de outros sons já conhecidos do idioma nativo de seu aprendiz. Analogamente, com os conceitos de filosofia, um estudante conseguirá entender melhor o que seu mestre lhe ensina se o professor ajudá-lo a visualizar as formas como o conceito apresentado se manifesta no seu mundo imediato e cotidiano.

A corporificação, então, pode nos remeter ao que Lakoff e Johnson (1999) chamaram de inconsciente cognitivo. Aqui, “corporificação” se refere às maneiras pelas quais o nosso pensamento conceitual é moldado por processos abaixo do limiar da nossa consciência ativa, conforme revelado pela psicologia comportamental. Assim, projetamos nosso corpo em toda a natureza que nos circunda. As línguas demonstram isso claramente. Por exemplo, em inglês, para designar o acostamento da estrada, falamos “the road’s shoulder” (o ombro do rodovia).

¹⁹ Na física e nos estudos literários, entende-se que o tempo e o espaço são grandezas de um mesmo *continuum*. Assim, a existência de uma dimensão exige que a relação entre o tempo e o espaço, tomados como grandezas físicas, seja estabelecida.

Analogamente, em português, dizemos do “pé da cadeira”. Podemos encontrar esse mecanismo primário de analogias metafóricas entre nomes de coisas e partes do corpo humano em todas as línguas do mundo porque trata-se de um processo cognitivo universalmente usado pela mente humana.

De certa forma, os textos que produzimos pela escrita e pela oralidade exigem que sempre corporifiquemos nossas ideias com sensações, evocando nossas experiências primárias para criar uma referência comum com nosso interlocutor. Esse recurso facilita a comunicação eficiente. Afinal, somos mais abertos ao entendimento de tudo o que nos é familiar. Daí a importância das narrativas para a construção de um argumento.

Cabe-nos, antes de seguirmos, reforçar que existem duas narratividades em jogo nessa análise que ora propomos: existe a narratividade no texto, que é aquela constituída pelos argumentos evocados a partir da vivência do autor, por meio do acionamento de seus repertórios; e há outra, que é aquela narratividade do texto, constituída de processos pedagógicos que formulam uma narrativa metalinguística que orienta a forma como se quer escrever.

A semiótica greimasiana dá conta da narrativa no texto. Naquele momento, já se percebiam padrões de estruturas narrativas que se repetiam em determinados *frames*, entendidos como **esquemas narrativos**.

Abreu (2020, p. 53) nos dá uma definição bastante sintética e precisa do que seriam os *frames*:

Frames são esquematizações de estruturas conceptuais, crenças e práticas culturais que emergem de nossa experiência de vida. Quando pensamos em natal, por exemplo, imediatamente, pensamos em coisas como trocas de presente, árvore de natal, confraternização, Papai Noel.

O conceito pode se confundir com a ideia de campo lexical. As semelhanças são muitas, mas o campo lexical desconsidera as relações feitas pelas vivências individuais e apresenta um comportamento mais saussuriano ao se debruçar mais sobre o sistema do que sobre a relação do falante com seu mundo por meio da língua.

Abreu (2020, p. 73) ainda define os *scripts* como “elementos dos *frames* que se organizam dentro de uma sequência natural de eventos”. Seriam, pois, esquemas narrativos que seguem uma lógica, mas que seriam passíveis de alterações.

A semiótica contemporânea já se apropria dessas percepções mais cognitivas para analisar a função discursiva de uma narrativa em um texto, criando uma ciência que visa

ao estudo da narrativa com função argumentativa em um texto. Floch (1986) aponta nessa direção ao ampliar a análise semiótica para o nível do contexto, que constituirá um dos níveis de pertinência de entendimento de um texto, *grosso modo*, em sua teoria. No entanto, é preciso falar de outra narratividade para o ensino de redação.

A narratividade no texto – pouco discutida ainda hoje – apresenta-se como um princípio fundamental que será usado para redigir um texto. Sua função retórica perpassa tanto a dimensão da exposição, que é a alma da dissertação, quanto a da opinião, que deriva das escolhas das estruturas discursivas para transmitir um determinado dado, pois ela cumpre função metalinguística de selecionar, ordenar e combinar a enunciação dessas dimensões.

A esse respeito, dizem Herman *et al.* (2012, p. 14-15):

Para explorar estas interfaces entre as histórias e a mente, utilizo a ideia de criação narrativa do mundo como estrutura heurística central. No meu uso do termo, a criação do mundo abrange a dimensão referencial da narrativa, a sua capacidade de evocar mundos nos quais os intérpretes podem, com maior ou menor facilidade ou dificuldade, dar morada à sua imaginação. Defendo que a criação do mundo é, de fato, a marca da narratividade (que são experiências narrativas). Essa função-raiz das histórias e da narração de histórias deve, portanto, constituir o ponto de partida para a investigação das narrativas e para as ferramentas analíticas desenvolvidas a seu serviço. No entanto, os narratologistas estruturalistas, por um lado, não conseguiram investigar questões de referencialidade narrativa e modelação do mundo, sobretudo por causa da teoria da linguagem saussureana, que foi usada como a sua “ciência-piloto”. De importância fundamental aqui é a análise bipartida de Saussure do signo linguístico em significante e significado, com exclusão do referente, bem como a sua ênfase relacionada no código em vez da mensagem – isto é, a sua colocação em primeiro plano dos constituintes estruturais e dos princípios combinatórios do sistema semiótico da linguagem sobre os usos situados desse sistema. Em contraste, nos anos que se seguiram ao estruturalismo, desenvolvimentos convergentes de investigação em múltiplos campos, incluindo análise do discurso, filosofia, psicologia e a própria teoria narrativa, revelaram a importância de estudar como as pessoas utilizam vários tipos de sistemas de símbolos para se referirem e constituírem, aspectos de sua experiência. Com base neste trabalho, a abordagem que descrevo neste livro assume que um desafio crucial e pendente para os estudiosos da história é chegar a um acordo sobre a forma como a narrativa proporciona métodos – na verdade, serve como um recurso primário – para a modelação e criação do mundo (tradução nossa).²⁰

²⁰ No original: To explore these interfaces between stories and the mind, I use the idea of narrative worldmaking as a central heuristic framework, drawing on the pioneering insights of Nelson Goodman, Richard Gerrig, and other theorists. In my usage of the term, worldmaking encompasses the referential dimension of narrative, its capacity to evoke worlds in which interpreters can, with more or less ease or difficulty, take up imaginative residence. I argue that worldmaking is in fact the hallmark of narrative experiences, the root function of stories and storytelling that should therefore constitute the starting-point for narrative inquiry and the analytic tools developed in its service. Yet the structuralist narratologists, for their part, failed to investigate issues of narrative referentiality and world-modeling, not least because of the Saussurean language theory they used as their “pilot-science.” Of key importance here is Saussure’s bipartite analysis of the linguistic sign into the signifier

A novidade que ora propomos é entender a narratividade para além do texto, como nos indicam Herman *et al.* (2012) e Tobin (2018), que é aquela que se constrói na pedagogia do texto. Existe uma estranha forma de vida na gênese de um texto escolar. Por serem uma simulação de texto para fins didáticos que derivam de um exercício em situação de aula, e não de um texto que decorre de uma necessidade factual da vida *per se*, essas redações costumam ter um tom dissonante dos textos orgânicos do cotidiano. Elas tocam em outro diapasão dos textos da vida real.

Por essa razão, o contexto que origina o exercício de redação precisa ser (re)considerado. Não estamos falando da narrativa da situação de aula em que um professor pede a um aluno para redigir sobre um dado tema, e sim das motivações subjetivas que moveriam o aluno a escrever sobre a questão proposta. É um nível supratextual que, como nos mostraram Herman *et al.* (2012), manifesta-se em uma dimensão cognitiva.

Diante dessas considerações, é preciso exaltar os enunciados das provas da Unicamp. A universidade foi um importante polo para o desenvolvimento da linguística textual, que se ocupa principalmente das relações de coesão e de coerência na análise linguística. Por ter esse histórico, a apresentação de textos formatados, com narrativas metalinguísticas²¹ já pré-moldadas por cursinhos, atrapalhava muito a avaliação das provas da Comvest.²² As máscaras coesivas (fórmulas pré-fabricadas para começar parágrafos de redação) faziam com que os textos se tornassem muito semelhantes entre si no que diz respeito aos recursos coesivos.

Podemos nos remeter aos textos do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para entender como as tais máscaras coesivas se tornaram uma prática muito forte em todas as provas de vestibulares, incluindo as da Comvest, da Fuvest e da Vunesp, que será, em breve,

and signified to the exclusion of the referent, as well as his related emphasis on code instead of message – that is, his foregrounding of the structural constituents and combinatory principles of the semiotic system of language over situated uses of that system. By contrast, in the years since structuralism, convergent research developments across multiple fields, including discourse analysis, philosophy, psychology, and narrative theory itself, have revealed the importance of studying how people deploy various sorts of symbol systems to refer to, and constitute, aspects of their experience. Building on this work, the approach I outline in this book assumes that a crucial outstanding challenge for scholars of story is to come to terms with how narrative affords methods – indeed, serves as a primary resource – for world-modeling and world-creation.

²¹ Chamamos de narrativas metalinguísticas as histórias que os autores trazem dentro de si sobre como devem elaborar os textos. Por exemplo, em vez de desenvolverem a capacidade e a habilidade de concretizar uma tese, sistemas de ensino criam uma narrativa que inventam, fabulosamente, uma fórmula capaz de criar um bom texto sem muito esforço. Então, por exemplo, exigem que a tese venha no primeiro parágrafo, que também traga os tópicos sumariados do texto inteiro. O grande problema é que, nesses textos, o projeto de desenvolvimento não dá conta de uma análise das explicações (que são outras narrativas) exigidas para que a autonomia do texto seja garantida.

²² Órgão responsável pelo vestibular da Unicamp.

nosso foco de discussão. Sendo uma prova federal, com força política bem grande, o modelo de texto do Enem impôs-se sobre os outros.

Foi mencionado que há uma proposta pedagógica *avant la lettre* nas disposições da BNCC, mas a correção de provas em enormes escalas cria moldes estanques a fim de garantir uma justa avaliação. Isso acontece com maior força no Enem, que se baseia em uma correção de uma única série de processos. Vestibulares como Fuvest, Unicamp e Vunesp ficam menos presos a essa crítica por entenderem, em suas grades, que várias formas podem dar vida a um texto.

A causa de textos escolares falharem em seu propósito didático (quando se dão regras fechadas para se escreverem uma introdução, um argumento e uma conclusão) é que os autores ficam presos a uma única narrativa metalinguística (ou seja, aquela que dirige os procedimentos textuais, linguísticos, argumentativos e cognitivos para a formulação da redação) que, por querer dar conta de todas as propostas, não serve a nenhuma discussão autoral dos temas propostos.

Criam-se, nesse contexto, fórmulas de coesão, por exemplo.

São exemplos clássicos de **máscaras coesivas**²³ as redações que servem de modelos à prova do Enem. Nelas, o aluno aprende uma sequência de conectivos que se mantêm invariáveis para qualquer redação que ele se proponha fazer.

Como consequência, ainda que possam surgir textos aceitáveis, a avaliação da coesão não se processa de forma orgânica.

Se observarmos uma redação nota mil, que tomaremos como **Exemplo 1**, dessas que servem de modelo aos alunos, veremos essa sequência de conectivos iniciando os parágrafos de forma rígida e artificial com muita frequência.

Exemplo 1:

Conhecida como “Cidadã”, a Constituição Federal de 1988, promulgada durante o processo de redemocratização do Brasil, garante os direitos sociais, civis e políticos de todos os cidadãos brasileiros, incluindo os povos originários. No entanto, apesar da garantia constitucional, na atualidade, tal minoria ainda sofre com a desvalorização e com o preconceito na sociedade, tendo seus direitos negligenciados, em contraste com a Carta Magna. Tal exclusão tem origem no racismo estrutural e é fomentada pelo desconhecimento populacional. Assim, é preciso estudar maneiras de superar os desafios que impedem a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil.

²³ A expressão ‘máscaras coesivas’ é muito usada no curso de redação da Unicamp, mas ainda não está na bibliografia. Ela se remete a sequências pré-moldadas de conectivos para dirigir a construção de um texto.

Em primeiro plano, cabe relacionar tal adversidade ao racismo estrutural presente no país desde a colonização. Esse racismo foi sustentado e estruturado por teorias etnocêntricas de catequizar os nativos – que eram considerados inferiores. Paralelamente, tais teorias eurocêntricas foram responsáveis por estruturar o racismo, marginalizar as etnias e destruir o acervo cultural étnico do país, trazendo consequências até a atualidade, visto que tais minorias ainda estão em situação de exclusão e desvalorização.²⁴ Logo, visto as consequências do etnocentrismo para a sociedade contemporânea, é preciso incentivar a valorização das comunidades originárias.

Ademais, outro desafio para a efetivação da valorização é o desconhecimento populacional, já que a própria sociedade brasileira não conhece a diversidade étnica brasileira e a identidade multiétnica do Brasil. Nesse sentido, essa ignorância – originada pela educação também etnocêntrica – impede tal valorização e auxilia na disseminação de preconceitos. Nesse sentido, vale citar a série “Anne With an e”, já que, na obra, uma comunidade indígena sofre preconceito por parte da população devido tal ignorância. Fora da ficção, a realidade não é diferente, visto que o preconceito é vigente na sociedade brasileira. Dessa forma, é necessário educar a população a fim de acabar com o preconceito.

Fica evidente, portanto, a necessidade de incluir e valorizar tais povos, a partir do combate às teorias etnocêntricas e ao preconceito. Com isso, o Ministério da Educação e da Cultura – principal promotor da educação no país – deve, com auxílio das mídias, criar campanhas publicitárias educativas com intuito de educar a população brasileira sobre o assunto. Tais campanhas devem contar com a perspectiva dessas minorias, a fim de incluí-las na sociedade. Além disso, o mesmo órgão deve criar projetos nas escolas e universidades, com participação dessas comunidades, a fim de conscientizar também jovens e crianças sobre o assunto. Somente com tais medidas, a Constituição Federal será obedecida, com os direitos de todos os brasileiros garantidos (Enem, 2023).

São muitos os textos que seguem variações dessa máscara de recursos coesivos. No segundo parágrafo, os autores dessas redações usam um conectivo que nos remete à ideia de um primeiro ordenamento argumentativo (em primeiro lugar, primeiramente, uma primeira instância etc.). No terceiro parágrafo, apresentam um conectivo de soma (ademais, além disso, também, outra questão). Na conclusão, o uso de um conectivo conclusivo. Muitas vezes (o que não acontece no exemplo 1), o segundo parágrafo não oferece uma ideia de ordenação, como exigem os conectivos que trazem a ideia de “em primeiro lugar”. Também são vários os textos em que o conectivo de adição ocorre, somando categorias semânticas diferentes, criando uma relação estranha de adição.

²⁴ Observemos aqui o problema da falta de corporificação. Não fica palpável nem visível a narrativa de como **teorias etnocêntricas** podem ter “criado um racismo estrutural”. Observa-se, assim, uma falta de domínio do conteúdo pelo autor do texto, que apenas cita tais teorias sem explicá-las e sem inferir-lhes uma função retórica para o problema do desrespeito constitucional que se vê na atualidade perante os povos indígenas. Existe, ainda, um problema de temporalidade. O autor não responde muitas perguntas que o texto levanta: Essas teorias são as atuais? Ou são aquelas do século XVI? Caso sejam as teorias de séculos atrás, como elas criaram no decorrer de tanto tempo os desvios morais de hoje? Qual a relação diacrônica entre essas duas cenas separadas por tanto tempo?

O grande problema que constatamos nessa fórmula está na conclusão, que nunca é, de fato, uma conclusão. A conclusão pressupõe a retomada de proposições já apresentadas e formuladas no decorrer do texto. A proposta de intervenção não se encaixa nessa definição. Trata-se de uma nova informação. Assim, a rigor, o uso de um conectivo conclusivo para esse último parágrafo parece-nos inadequada, uma vez que a proposta de intervenção não é a síntese do que foi previamente exposto.

Nesse caso, percebemos um adestramento dos alunos no treino da escrita de redação. Foi então que alguém teve uma brilhante ideia: a de introduzir outros gêneros textuais na avaliação. Essa estratégia embaralhou as narrativas do fazer do texto escolar, exigindo que o aluno entendesse as condições da situação de produção, acionando as narrativas do contexto que provocariam condições similares às da vida real para que o texto começasse a ser produzido. Como consequência, as relações coesivas teriam de ser repensadas em um espaço e em um tempo determinados agora pelo enunciado das propostas de redação. Isso é facilmente observado na prova de redação, que sempre propõe uma situação muito bem construída para o surgir do texto. Vejamos, por exemplo, um enunciado do vestibular Unicamp 2023:

Uma amiga sua de escola foi vítima de um disparo acidental por arma de fogo, realizado por uma pessoa que havia obtido porte de colecionador de armas com base nos Decretos Federais 9.846/2019 e 10.627/2021. Um ano após a morte de sua amiga, você foi informada/o de que um grupo de empresários de seu bairro inauguraria um clube de tiro perto da sua casa. Preocupada/o, você decidiu convocar uma reunião com a associação de moradores do seu bairro para discutirem providências a serem tomadas a respeito. No seu texto de convocação, você deve a) destacar os perigos que envolvem a abertura de um clube de tiro em seu bairro; b) apresentar argumentos contrários à posse e ao porte de armas de fogo; e, de modo mais amplo, c) criticar uma política de segurança pública baseada no armamento da população brasileira. O seu texto deve, obrigatoriamente, levar em conta a coletânea a seguir (Comvest, 2023).

Para que o candidato conseguisse ser bem-sucedido na sua redação, antes de mostrar suas habilidades e capacidades linguística na produção do texto, ele precisaria demonstrar sua habilidade de se colocar na cena proposta até para ler a coletânea que acompanhava a prova, disponibilizada na nossa sessão de anexos. Ele teria que criar a narrativa do contexto do texto a fim de produzi-lo adequadamente. Essa habilidade, devemos insistir, será alcunhada como **narrativa metalinguística**.

No caso dessa proposta, corporificar-se em um sujeito que perdeu um amigo de escola recentemente (após a aprovação dos decretos federais de 2019 e de 2021, que davam o porte e a posse a colecionadores de arma) e que se vê ameaçado quando um clube de tiro decide abrir

uma sede em seu bairro é uma exigência da narrativa metalinguística para que esse texto tenha sua gênese de forma correta.

A situação proposta aqui é palpável e sensorial. Podemos ouvir os tiros que matam estudantes; podemos ver as letras que constituem as leis dos decretos; podemos fechar os olhos e, com nossa imaginação, ouvir os debates da associação de moradores sobre o clube de tiro.

Em paralelo, se lermos o enunciado com atenção, veremos que as indicações de desenvolvimento da narrativa metalinguística do texto estão na própria enunciação da proposta.

Exige-se que os autores redijam uma convocação dirigida aos moradores do bairro onde viverá um sujeito-narrador. A vinculação dessa mensagem poderá ser feita por grupo de WhatsApp ou de *e-mail*, ou por panfletagem. Esse enunciador, devidamente caracterizado e imaginado, deverá se dirigir a seus pares e expor os perigos que envolvem a abertura de um clube de tiro.

Para fazê-lo, certamente, o narrador (como ente criada pela mente do autor, que é o candidato à vaga na universidade) evocará suas experiências subjetivas (imaginadas ou reais) e projetará outras cenas no texto que farão parte do contexto (como a da amiga que morreu por causa de atiradores que frequentavam lugares como esse clube que se quer instalar nas redondezas). Nesse espaço mental, projetado na cabeça dos leitores e explicitamente textualizado, haverá um elenco de argumentos que deverão ser extraídos da coletânea e precisarão ser articulados da melhor forma de modo a criar um todo coeso e coerente de sentido.

Será ainda fundamental dar indícios do contexto de quando essa discussão ocorrerá. Ela terá, como momento político e histórico, o mandato do governo Bolsonaro, cuja proposição pró-armas deverá ser criticada, de acordo com as instruções da prova, por essa personagem, que assumirá a voz do texto.

Em um mundo bipolarizado, essa prova foi alvo de elogios e de críticas. No entanto, do ponto de vista linguístico, todas essas considerações políticas (a favor e contra a prova) são descabidas. Sabendo que qualquer discurso é ideologizado, querer evitar a ideologia num discurso é uma forma de silenciamento, de censura, de opressão. Quando entendemos quem é o sujeito que abraça essa ou aquela ideologia, humanizamos a comunicação e permitimos que múltiplos pontos de vista possam surgir. O que a prova pedia não era o ponto de vista do autor, mas sua capacidade de criar uma personagem e um narrador que enunciassem com verossimilhança.

Cabe-nos, então, esclarecer o próprio conceito de ideologia. O termo surge na Revolução Francesa por Tracy (2011). Para ele, a ideologia seria um estudo que observaria as relações entre o corpo na natureza e a formulação de ideias. Os ideólogos franceses, como Pierre-Jean-Georges Cabanis e Auguste Comte – como bons materialistas que eram – acreditavam que nossas abstrações cognitivas viriam de estímulos da natureza. Naquela época, também se usava o termo ‘ideologia’ para apontar uma opinião geral, amplamente aceita e difundida. A crítica que se faz a esses autores é que o conceito de ideologia proposto por eles é pouco operacional para análise de discursos por querer explicar os fenômenos humanos apenas como reflexos do mundo objetivo e físico, ignorando a natureza criativa da humanidade. Foi com Karl Marx e Friedrich Engels que o termo ideologia passou a ter o conceito amplamente difundido hoje.

Para Marx (2007), as condições históricas e sociais são as origens das ideias. Nesse sentido, ele critica os ideólogos alemães de sua época, afirmando-nos que as ideologias seriam aspectos fundamentais na evolução das histórias dos homens e da natureza. Ao reduzir, recortar, editar, elas criariam ilusões da verdade; elas criariam as ilusões que nos constituem. É preciso, nesse momento, deixar claro que, para Marx (2007), seguindo a esteira kantiana, a apreensão de uma verdade seria impossível porque tudo passaria pela imaginação, que seria um produto natural de nossa linguagem, o mundo que operamos e que conhecemos seria um constructo que, de certa forma, seria uma mentira. Sendo tudo ideológico, a verdade do mundo imediato nos seria inalcançável.

Depois dessa divagação, voltemos à discussão sobre o caráter ideológico da proposta da Comvest aqui apresentada. Não se pode negar que a instituição tenha sua ideologia e que cada instituição cultivará seu perfil partidário. Despi-la dessa natureza ideológica seria descaracterizá-la. Por sinal, a narrativa da escolha de qual vestibular prestar já deveria iniciar com a afiliação ideológica do candidato à da instituição que pretende cursar. É preciso, pois, uma coerência entre a história da instituição e a do candidato que a ela quer se afiliar. Por exemplo, nos Estados Unidos, universidades declaradamente mais liberais, como a Harvard, a Yale, a UCLA e a NYU atraem mais alunos democratas. Em contrapartida, o Hillsdale College, a Southern Methodist e o Hampden-Sydney College, também pertencentes à Ivy League, são polos republicanos. Aos poucos, isso começa acontecer no Brasil, onde as faculdades ainda tentam manter certo *allure* de neutralidade ideológica, que sempre é falaciosa.

Nesse sentido, é importante dizer que, para a avaliação da Comvest, **o ponto de vista do autor não está (nem pode estar) sob análise. O que se deverá avaliar será a capacidade de criação do narrador e dos personagens nesse mundo imaginário proposto ao candidato. O que se deverá analisar será a adequação do ponto de vista do narrador (a partir de expedientes**

gramaticais) diante de uma dada situação discursiva. O que se deverá verificar será o uso dos dados para a criação desse ponto de vista nessa entidade puramente imaginada que é o narrador, cuja existência não pode se confundir com a do autor. Do contrário, não poderíamos dar crédito a Marlowe (2023) por ter escrito seu *Doutor Fausto*, sem ele mesmo ter feito um pacto com o demônio. Tampouco poderíamos creditar a genialidade à Shelley (1996) por ter escrito *Frankenstein* sem ser ela mesma ter sido uma cientista.

A narratividade metalinguística está sempre explícita nas provas da Comvest. Ela permite que o objeto de avaliação seja tão somente linguístico, se for vista como a pedra angular da prova de redação. Essa narratividade metalinguística explícita não acontece nas provas de outros vestibulares, como é o caso daquelas avaliações feitas pela Vunesp. Como veremos mais adiante, a forma como a pergunta é feita, do ponto de vista semiótico, dará um direcionamento narrativo ao percurso que a criação do texto deverá seguir. É óbvio que a maneira de seguir esse direcionamento é aberta e cheia de possibilidades.

O sério problema do nosso ensino de redação é que a percepção das narratividades propostas pelas tarefas não é cultivada pelos grandes sistemas de ensino. A narratividade metalinguística se fecha, nessas metodologias, em fórmulas e em macetes que não dão conta do entorno de um tema proposto, ou seja, elas são muito diferentes das narratividades esperadas pelas grades. Entre essas fórmulas, veremos vários “modelos de redação” que comprometem a textualidade de um raciocínio coeso e coerente. Por exemplo, é comum exigir que os alunos de cursinhos coloquem obrigatoriamente a tese no primeiro parágrafo de seus textos e os tópicos de argumentação de modo “empacotado”.

O que é empacotamento?

O empacotamento é um grupo de procedimentos linguísticos que visam atender o princípio da economia. Assim, uma oração pode resumir-se em uma única palavra com um alto poder de síntese. No lugar de “Eu comprei uma camisa”, por exemplo, posso evocar a compra da camisa. O empacotamento não se dá apenas no nível sintático-semântico, mas pode ocorrer em outras instâncias da enunciação.

2.4 Narrativa *versus* Narração

A narratividade é a capacidade humana de narrar. Narrar implica traduzir em palavras uma história da natureza. A história da natureza compreende a história dos homens. Por sua vez,

a história dos homens é sempre de natureza ideológica.²⁵ As ideologias ordenam, selecionam, organizam e apresentam uma dada percepção de fatos. Essa percepção organizada dos fatos (que, na realidade, são caóticos) seria a narrativa, cuja dimensão é coletiva e ideológica, a partir dos expedientes oferecidos pela língua e, conseqüentemente, das suas práticas sociais.

Todo falante tem sua individualidade, que se manifesta nas escolhas de ordenação, seleção e organização de dados e de estruturas gramaticais que lhe estão disponíveis no mundo em que ele vive. A narrativa reside nesse espaço.

Em outro lugar, temos a narração, que seria um tipo de texto cujo foco está na capacidade humana de contar histórias criando lógicas a partir do caos. É isso o que nos faz à imagem e semelhança da Divindade na tradição judaico-cristã. A forma como apresentamos os fatos em sua dimensão informacional e em sua perspectiva linguística molda a percepção que queremos transmitir dos construídos de realidade que desejamos compartilhar.

O papel das narrações é fundamental para a argumentação. Por exemplo, a história da Chapeuzinho Vermelho pode assumir os mais diversos sentidos a partir dos dados ressaltados ou omitidos. Podemos usar essa fábula para ensinar que meninas envoltas por uma capa vermelha (que pode ser o símbolo da menstruação) devem se resguardar dos lobos maus que andam pelas florestas com desejo de devorá-las. A falta de cuidado com essa advertência pode ser a destruição da família (que pode ser uma avó acamada e que sofrerá as conseqüências das aventuras da filha).

Em toda narração, há uma narratividade. Em toda argumentação, apresentamos elementos de narração para expor os fatos e deles extrair nossas opiniões.

Assim, em última análise, a narratividade é uma forma de “empacotar”²⁶ nossa percepção do mundo a partir dos recursos linguísticos de que dispomos para compor nossas mensagens. As

²⁵ A narração dos fatos é o fundamento de toda dissertação, que, segundo verbete do dicionário Houaiss (Narração, 2009) tem natureza necessariamente expositiva.

²⁶ Abreu (2022) explica-nos que o empacotamento é um procedimento gramatical usado para compactar argumentos em um expediente gramatical: “O ‘empacotamento sintático-prosódico’ favorece enormemente a compreensão daquilo que dizemos e a legibilidade daquilo que escrevemos. Quebrar as ligações entonacionais de modo diferente pode mudar a sintaxe, ocasionando, muitas vezes, sentidos completamente diferentes. Vejamos o seguinte texto:

Olha a manga, gostosa! Nada melhor que uma mulher que acabou de chegar à feira. Sacola na mão, fome de viver, sorriso de princesa. Os vendedores de frutas, peixes e verduras são mestres na arte de reconhecer talentos e animar as moças com os seus adjetivos. Nem mesmo quando as mulheres estão acompanhadas, os feirantes dão sossego. Esperam você se distanciar um pouco, dois, três passos, e tome samba exaltação para cima da sua cabocla. — ‘Olha a manga, gostosa!’, bradam, administrando com malícia a vírgula e o duplo sentido na ponta da língua.

Se o feirante dissesse à freguesa: / Olha a manga gostosa! /, empacotando a frase em um único bloco prosódico, a palavra manga é que seria afetada pelo adjetivo gostosa. Mas, maliciosamente, ele quebra a ligação entonacional entre o substantivo manga e o adjetivo gostosa, dizendo: / Olha a manga / gostosa! / Isso altera a sintaxe da frase, fazendo com que o adjetivo gostosa passe a ter como referência a própria freguesa, funcionando como vocativo’.

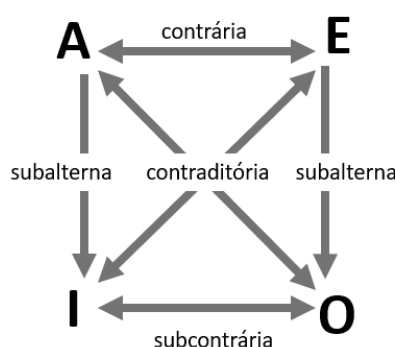
metodologias de análise tentam modalizar o processo de empacotamento à medida que criam uma narrativa metalinguística que culmina na realização de uma série de procedimentos que delinearam um jeito de ler, de pensar, de sentir, de descrever e de comunicar a realidade. Os semioticistas franceses, então, conseguiram, como ninguém, uma narrativa metalinguística para analisar

Observemos o quadrado semiótico, que é uma adaptação do quadrado da oposição aristotélica. Porque estamos usando a noção de sistema – sob um olhar greimasiano,²⁷ que desenvolverá a ideia de Saussure (2016) de que a semiótica estudará toda a diversidade de signos –, é importante identificar quais os elementos que entram em tensão para a formulação de uma percepção de um fenômeno, que, pela lógica aristotélica, só é possível acontecer por meio do quadrado da oposição entre os quatro tipos de proposições, que seriam, de modo didático, construídos a partir de contrários e contraditórios.

Sendo S e P duas proposições diferentes, podemos relacioná-las de variadas formas:

1. Todos os S são P (vértice A da Figura 2).
2. Nenhum S é P (vértice E da Figura 2).
3. Nenhum S não é P (vértice I da Figura 2).
4. Todos S não são P. (Vértice O da Figura 2).

Figura 2 – Quadrado semiótico aristotélico na formulação de relações lógicas



Fonte: <https://ensaiosnotas.com/2023/03/24/o-quadro-logico/>. Acesso em: 21 jan. 2024.

Seguindo a esteira de Aristóteles (2003), Greimas (2002) vai propor que toda narrativa (tanto em sua construção quanto em sua percepção) derivará de uma tensão de conceitos contrários ou contraditórios.

Analogamente, esse mesmo processo gramatical ocorre nas narrativas que são compactadas na forma de se apresentar uma história ou um argumento.

²⁷ A semiótica francesa, que é anunciada por Saussure (2012), é desenvolvida por Greimas (2002). Por isso, o jargão se mantém pertinente entre essas duas epistemologias (saussuriana e greimasiana).

No Capítulo 3 deste trabalho, vamos usar essa metodologia na análise de redações feitas para uma proposta da Vunesp, que nos demonstrará os conceitos aqui apresentados. O que nos cabe dizer por agora é que a organização do pensamento humano é respaldada nas tensões sistêmicas, ou seja, na diferenciação entre conceitos. Eis a semente de toda narrativa.

Mencionamos anteriormente que Barros (1996) fez uma importante contribuição ao explicar de forma didática e operacional a metodologia greimasiana. Assim ela define a sintaxe narrativa: “Ainda no nível discursivo, as oposições fundamentais, assumidas como valores narrativos, desenvolvem-se sob a forma de temas e, em muitos textos, concretizam-se por meio de figuras (Barros, 1996, p. 16).

No mesmo livro, a autora ainda afirma:

A sintaxe narrativa deve ser pensada como um espetáculo que simula o fazer do homem que transforma o mundo. Para entender a organização narrativa de um texto, é preciso, portanto, descrever o espetáculo, determinar seus participantes e o papel que representam na historiazinha simulada.

A semiótica parte dessa visão espetacular da sintaxe e propõe duas concepções complementares de narrativa: narrativa como mudança de estados, operada pelo fazer transformador de um sujeito que age no e sobre o mundo em busca dos valores investidos nos objetos; narrativa como sucessão de estabelecimentos e de rupturas de contratos entre um destinador e um destinatário, de que decorrem a comunicação e os conflitos entre sujeitos e a circulação de objetos. As estruturas narrativas simulam, por conseguinte, tanto a história do homem em busca de valores ou à procura de sentido quanto a dos contratos e dos conflitos que marcam os relacionamentos humanos.

O enunciado elementar da sintaxe narrativa caracteriza-se pela relação de transitividade entre dois actantes, o sujeito e o objeto. A relação define os actantes; a relação transitiva entre sujeito e objeto dá-lhes existência, ou seja, o sujeito é o actante que se relaciona transitivamente com o objeto, o objeto aquele que mantém laços com o sujeito. Há duas diferentes relações ou funções transitivas, a junção e a transformação e, portanto, duas formas de enunciado elementar, que, no texto, estabelecem a distinção entre estado e transformação: enunciado de estado: F junção (S,O) e enunciado de fazer: F transformação (S,O) F = função S = sujeito O = objeto (Barros, 1996, p. 21).

Esses mecanismos de construção de argumentação, de redação e de leitura raramente são trabalhados nas salas de aula de escolas do Ensino Médio, onde professores de redação desconsideram a formação da narratividade do texto e impõem aos alunos uma estrutura. Assim, de modo muito equivocado, a ideia de estrutura de texto é desvirtuada.

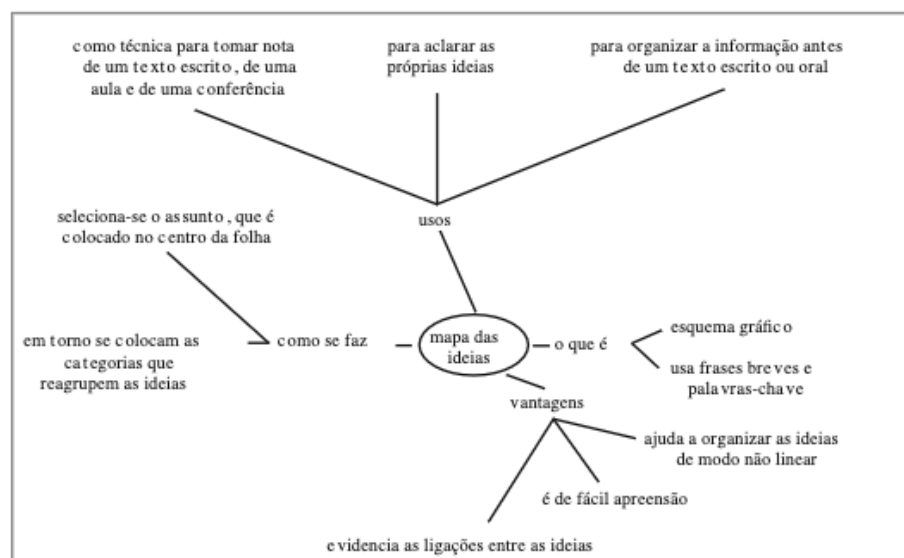
A estruturação do texto **não** deve ser entendida como a análise das partes dos textos, se o termo ‘partes’ quiser significar certos elementos obrigatórios para a correta formatação das redações.

A estrutura, como nos ensina Lévi-Strauss (2017), é uma abstração, ou seja, não tem caráter imanente. Justamente por essa razão ela é universal e supracultural, isto é, só pode ser chamado de “estrutura de texto” um conceito abstrato que se materialize em todos os textos, independentemente da cultura, do tempo e das percepções individuais.

Nesse sentido, uma fórmula de texto (que é produto de uma necessidade temporal de uma dada sociedade – que pode ser a escolar, por exemplo) é um conceito diametralmente oposto ao de ‘estrutura’, proposto por Lévi-Strauss (2017).

É preciso considerar que as fórmulas de redação ensinadas nas escolas são produtos de uma exigência pedagógica, com intenção de otimizar as notas dos alunos. Com a instituição do Enem como porta de entrada para as faculdades federais, educadores foram obrigados a direcionar seus esforços para que seus alunos tivessem resultados satisfatórios nessa prova. Consequentemente, os conceitos e as grades dessa prova nacional, que é elaborada e aplicada pelo Governo Federal, tornam-se o norte para o desenvolvimento das atividades, cujo desfecho almejado seria a nota mil do maior número de alunos. Em razão do pensamento pragmático e quase utilitarista, o ensino textual torna-se uma busca pelo sucesso na redação de provas de vestibular, tendo como consequência o desenvolvimento de habilidades e competências específicos para essa prova. Todavia, essa lógica distancia cada vez mais os alunos da elaboração de um texto crítico em virtude da tentativa de padronização de processos mentais, que não podem ser aprisionados em modelos. Assim como o caminho se faz caminhando, a estruturação do texto é um sistema dinâmico que se faz na produção do próprio texto.

Figura 3 – Modelo de ensino no mapeamento de ideias



Fonte: Sarafani (1997, p. 42).

2.5 Esquemas mentais no aprendizado das narrativas textuais

O pensamento dicotômico da metodologia greimasiana, quando mal ensinado, pode causar reduções gravíssimas na forma de ler um enunciado. A semiótica admite que um texto possa trazer consigo infinitas relações tensivas, ainda que umas possam ser mais dominantes que outras no recorte temático. Assim, as portas de entrada em um tema são variadas. Daí por que toda tentativa de simplificar a metodologia será um fracasso.

A leitura tensiva, erroneamente transmitida em sistemas de ensino, considera apenas dois aspectos do tema que seriam o par formado pela proposição da frase temática e seu contrário. São muitos os livros que ensinam que o aluno deva se posicionar de forma unilateral perante um tema. Como já mostramos, a tensividade não ocorre apenas por meio dos contrários, mas pode também se manifestar por meio dos contraditórios, dos subcontrários e subcontraditórios.

Uma das instruções práticas muito presentes nas aulas de escolas e de cursinhos é a de que os alunos devam escolher um ponto de vista do qual deverão construir seus textos. A definição da tese levará à busca de provas. Todavia, isso é um engano. Assim, institui-se uma regra didática que se sustenta sobre a ideia de brainstorm. Sugere-se que os autores elenquem livres ideias a partir de palavras-chave.

A maior crítica que se pode fazer a essa metodologia está no seu distanciamento das operações cognitivas da vida real. Como exercício didático, esquemas de tempestades mentais (brainstorm) podem ajudar a desenvolver certas habilidades. Todavia, ninguém prepara um mapa de ideias antes de uma conversa com os amigos, antes de uma entrevista de trabalho, antes de escrever uma mensagem de WhatsApp ou um *e-mail*.

O brainstorm (que é um levantamento de repertórios aleatórios em torno de um assunto) pode ajudar a escrever alguns tipos de textos, como o texto científico que pressupõe uma pesquisa para sua elaboração. Para redigir essa tese, foi preciso concatenar um conjunto de leituras prévias como ponto de partida. No entanto, quem já produziu textos acadêmicos bem sabe que as conclusões esperadas no início da pesquisa nem sempre coincidirão com as conclusões que surgem com a realização das análises dos dados. Como nos ensina Lispector (2020), em seu romance *Um sopro de vida*, a textualização tem vida própria e, muitas vezes, na redação do artigo ou da tese as presunções caem por terra e tomam outra direção por conta da argumentação construída pelos argumentos. Na obra de Lispector (2020), a autora cria Angela, que deveria ser uma personagem para chamar de sua. Todavia, em dado momento da narração, Angela cria vida própria e não mais atende aos desígnios de sua autora. Como Deus, a autora

deverá suportar o livre-arbítrio de sua criatura e entender que aquela vida não está mais sob seu domínio a partir do momento em que ela lhe entrega o *alef*.²⁸

Analogamente, a produção do discurso muitas vezes nos surpreende. Ao empregar determinado termo, nossa argumentação pode nos levar a novas descobertas. Disso os mapas mentais não conseguem dar conta: há certa imprevisibilidade na argumentação. Quando escrevemos, precisamos ser inteiros, precisamos projetar todo o nosso repertório que será acionado pelas demandas do próprio processo de textualização. Em outras palavras, é o ato de redigir que aciona o repertório na vida real, e não o contrário.

Nesse sentido, o brainstorm é um mecanismo de adquirirmos e de memorizarmos conteúdos que podem ser potencialmente ativados pelo texto na forma de repertório, ou seja, o *brainstorm* deve ser um processo, uma obra aberta, como nos alerta Eco (2003, p. 29):

[...] o modelo de uma obra aberta não reproduz uma suposta estrutura objetiva das obras, mas a estrutura de uma relação furtiva; uma forma só é descritível enquanto gerar a ordem de suas próprias interpretações que, ao nosso ver, se afasta do aparente rigor objetivista de certo estruturalismo ortodoxo que pretende analisar formas significantes, abstraindo-as do jogo mutável dos significados que a história faz para que elas convergir.

Por esse motivo, no ensino tradicional, verificamos uma inversão da lógica, o que leva os alunos a sentirem a dificuldade de “traduzir suas ideias no papel”. Essa dificuldade é produto de procedimentos artificiais de construção discursiva e textual. A formulação do texto não se dá pelo *brainstorm*, mas pelas escolhas de acionamento de repertórios que o procedimento oferece a partir da elaboração do que o texto exige. É um eterno work-in-progress. Se observarmos materiais didáticos, identificaremos que eles ensinam que a seleção de repertório e de ideias deve vir antes da construção da redação. Isso não está de todo errado²⁹ (ainda que seja um procedimento pouco orgânico fazer essa seleção sem um recorte de uma análise, usando a memória de modo livre para evocar tais conhecimentos). Porque vivemos em uma era fragmentada por pessoas de pensamento algoritmizado, essa proposta de ensino mais atrapalha que ajuda. Para alguém de raciocínio binário, nossos procedimentos funcionam como matrizes binomiais, desconsiderando as variantes da equação que formam nosso raciocínio. Assim, surgem textos totalmente incoerentes, nos quais as figuras direcionam para determinada ideia que não se explicita corretamente na conclusão do parágrafo ou na conclusão do próprio texto.

²⁸ Primeira letra do alfabeto judaico, cujo fonema é glotal, oclusivo e surdo. Pode ser comparado com o /h/ de ‘home’ em inglês, representando o sopro de Deus no barro, criando uma pessoa. A palavra pessoa – ou Adão – (‘ããí) por sinal, respeitando a iconografia judaica, é constituída da a letra *alef* (à) antes da palavra sangue (‘ãÊí’) que, por metonímia, representa o corpo físico.

²⁹ Como veremos, a seleção em uma prova de redação vem da leitura da coletânea, que contribui no direcionamento temático.

Formam-se sequências como a do **exemplo 2**:

Exemplo 2:

Os escravos, no antigo Egito, não tinham nenhum poder de decisão. Seus donos escolhiam o que deveriam comer, quais trabalhos deveriam desempenhar e a que horas deveriam se recolher. Eles não precisavam fazer nenhum tipo de decisão. Por isso, viver sob a tutela de um senhor é cômodo.

Nesse exemplo ilustrativo, temos um texto incoerente. Como poderia ser possível um estado de comodidade numa condição de escravidão? Se observarmos a definição desses dois termos, em seu sentido referencial, constataremos que eles são incompatíveis. Do dicionário (Comodidade, 2009):

“comodidade (1537 CDP III 375)

princ. loc. orig. etc.

substantivo feminino

1 qualidade do que é cômodo; qualidade do que satisfaz plenamente, por sua adequação, utilidade ou conveniência, aos fins a que atende

2 aquilo que é cômodo *«aquela poltrona é uma c.»*

3 livre disposição; faculdade de dispor ou de se utilizar de algo *«há grande c. para quem quer usar essas máquinas»*

4 conforto, agrado, facilidade *«mandou servir na bandeja para maior c. dos convidados»*

5 pej. facilidade demasiada *«o excesso de comodidades anula sua vontade de trabalhar»*

comodidades: substantivo feminino plural

6 tudo o que torna a vida mais cômoda e aprazível; exigências do bem-estar; facilidades *«uma casa montada com todas as c.»*

O mesmo dicionário (Escravidão, 2009) ainda nos informa:

escravidão (1671 cf. IELP)

princ. orig. etc.

substantivo feminino

1 condição de escravo; servidão, cativo, escravaria, escravatura *«a e. humilha os seres humanos»*

2 sistema socioeconômico baseado na escravização de pessoas; escravismo, escravagismo, escravatura

3 sujeição a uma autoridade despótica *«a e. do povo hebreu no Egito»*

4 p.metf. condição de quem se acha dependente de uma paixão, um vício etc. *«a e. do fumo»*

5 p.ext. qualquer coisa, situação ou atividade que impõe algum tipo de constrangimento *«aquele emprego era uma e.»*

Como podemos verificar, a incompatibilidade vem da natureza lexical, e não da ideia que estava na intenção do autor. Se comodidade é a “livre disposição, faculdade de dispor ou de se utilizar de algo”, a escravidão, que é “condição de escravo, de servidão” e de “sujeição a uma

autoridade despótica”, não pode ser cômoda. Por esse motivo, temos uma proposição inviável. Viver “sem ter que fazer escolhas” não pode, em linguagem referencial, ser classificado como uma escolha cômoda do ponto de vista lexical.

Explica-nos Abreu (2020, p. 106):

Ao conhecer o mundo, temos de aprender a visualizar os domínios de latência e as affordances de coisas e de acontecimentos [...] em todos os contextos possíveis. Pensemos nos affordances do livro digital. Do ponto de vista do leitor, ele tem um saldo positivo como acesso imediato, preço menor e maior portabilidade, mas para o livreiro o saldo é negativo pois implica diminuição de seus lucros.

No Exemplo 2, houve a construção de uma relação impossível em qualquer cenário que imaginemos. Contudo, é preciso lembrar: o falante nativo erra a norma. Nunca ele comete um erro de sistema. Para entender como esse erro se processou no nível da norma, precisamos analisar a narrativa do pensamento que constrói essa argumentação, tão comum em redações de alunos do Ensino Médio. Assim, chegaremos ao sistema que comporta a acepção feita pelo autor do trecho.

Em primeiro lugar, observemos o que dizem os materiais didáticos sobre os quais os alunos se apoiam para desenvolver seus textos:

Figura 4 – Resumo de aula de redação em apostila de cursinhos

Um passo a passo para organizar as ideias antes de escrever:

	1. Reúna todas as ideias que lhe ocorrerem sobre o tema e depois seleccione as que forem pertinentes para a defesa do seu ponto de vista.		2. Certifique-se de que as informações, as opiniões e os argumentos selecionados são coerentes com o tema e reveladores de uma visão crítica sobre o tema.
	3. Procure definir uma ordem que possibilite ao leitor acompanhar o seu raciocínio facilmente, ou seja, elabore um projeto do texto.		4. Examine se existe coerência entre a introdução e a conclusão: observe se os argumentos sustentam o ponto de vista que você está defendendo.

Agora, lembremo-nos da proposta de redação da Fuvest 2017 (Anexo 3), a qual solicitava que os candidatos desenvolvessem uma redação sobre o tema: **O homem saiu de sua menoridade?** Seguindo os esquemas ensinados por cursos de preparação, como o exemplo da Figura 4, os alunos são instruídos a reunir todas as ideias que lhes vierem à mente para usarem como repertórios. Eles são encorajados a pensar sem nenhuma metodologia, de forma livre. Nesse processo, devem ainda ativar os saberes de outras áreas de estudo. A história, a literatura, a filosofia e a sociologia são aquelas sobre as quais os estudantes mais se apoiam para executar essa tarefa dada pelos professores de redação, que raramente dominam esses outros conteúdos com a profundidade necessária para avaliá-los. O grande problema dessa proposta de narrativa metalinguística tão difundida entre os cursos é que ela desrespeita o princípio, presente nos editais de Fuvest, Vunesp e de Unicamp, de que a coletânea deverá servir como um mapa sobre o qual se construirá o texto.

Se analisarmos o **Exemplo 2**, observaremos que a ideia evocada estava na coletânea. O candidato seguiu a instrução do manual da Fuvest (Anexo 3) para escrever seu texto, pois debateu uma ideia que não veio de seu mind map, mas do recorte exigido pela coletânea. A ideia encontra-se no segundo parágrafo do texto de apoio, que nos informava:

A preguiça e a covardia são as causas de que a imensa maioria dos homens, mesmo depois de a natureza já os ter libertado da tutela alheia, permaneça de bom grado a vida inteira na menoridade. É por essas mesmas causas que, com tanta facilidade, outros homens se colocam como seus tutores. É tão cômodo ser menor (Fuvest, 2017 – grifos nossos).

O problema de leitura dos textos de apoio foi, nesse caso, superado. Afinal, as ideias não foram selecionadas a partir “de todas as ideias que [...] ocorrem ao autor”, como propõe a metodologia tradicional do esquema didático, reproduzido na Figura 3 mas, a partir da leitura da proposta.

A memória (bem ou mal) adestrada, no entanto, recorre às aulas de história e se lembra da escravidão, na qual um ser humano vive sob a tutela de um dono. O autor do texto moldura seu parágrafo com essa imagem. No entanto, falha ao discutir a comodidade da menoridade no recorte imposto pelo argumento por ele escolhido. Isso ocorre porque ele segue a instrução, presente em tais manuais tradicionais, de evocar opiniões e argumentos **coerentes com o tema**, sem revelar **uma visão crítica**.

O problema da narratividade da montagem do texto inicia-se na falta de entendimento de conceitos elementares. Há uma falha na informatividade de transmissões básicas no ensino de redação, que coloca a estrutura textual acima dos conceitos que a compõem.

Nossa hipótese de explicar esse erro de narratividade do pensamento foi comprovada por meio de uma entrevista com cerca de 1.300 alunos que fizeram aulas no **Laboratório de Redação Adriano Chan** nos últimos três anos (de 2022 a 2024) e está devidamente documentada por meio de enquetes da plataforma Zoom. Os alunos são predominantemente de cursinhos e de escolas particulares de São Paulo, de classe social AA, A e B.³⁰

A definição do que seja uma visão crítica lhes é de difícil acesso. A maioria deles não entende que a visão crítica é a análise de um dado ou de um fato por meio de instrumental condizente com os valores de uma sociedade e que está diretamente ligada à fenomenologia dos estudos lexicais, gerando erros como o demonstrado há pouco pela inconsistência entre os termos ‘comodidade’ e ‘escravidão’. Tampouco, os alunos são capazes de definir o que seja coerência, confundindo-a com a coesão. Quando perguntados sobre a definição de coesão e de coerência, em questionário de sala de aula (Anexo 4), poucos conheciam satisfatoriamente esses conceitos, que deveriam ser personagens principais na narratividade de sua atividade de escrita. Eis os resultados que a enquete nos trouxe:

Figura 5 – Estatísticas das respostas dadas pelos alunos sobre o que é coerência

O que é coerência?

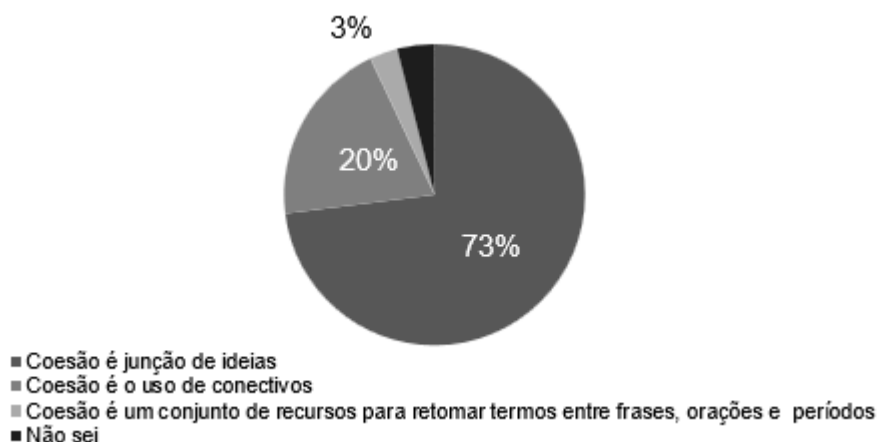


Fonte: Elaboração própria.

³⁰ Alunos de classe AA pertencem a famílias que têm renda superior a 10 salários mínimos por pessoa, Alunos de classe A são aqueles cujas famílias apresentam ganhos superior a 5 salários mínimos por integrante e os de classe B, aqueles cuja renda atribuída a cada indivíduo seja superior a 2 salários mínimos por pessoa. Dados disponibilizados pela FGV. Disponível em: https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/MapaDaRiquezaIRPF_Curta_FGV_Social_Neri_2pp.pdf. Acesso em: 10 fev. 2025.

Figura 6 – Estatísticas das respostas dadas pelos alunos sobre o que é coesão

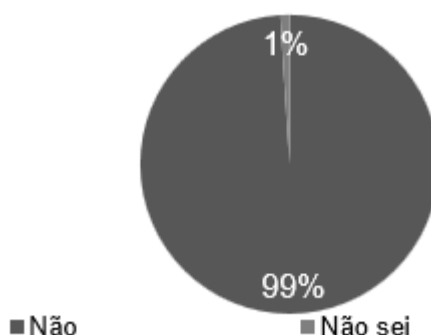
O que é coesão?



Fonte: Elaboração própria.

Figura 7 – Estatísticas das respostas dadas pelos alunos sobre o que é coerência

Você sabe qual a diferença entre coesão e coerência?



Fonte: Elaboração própria.

Como podemos facilmente notar no primeiro gráfico, **a maioria dos alunos confunde a coesão e a coerência, ainda que reconheçam**, no terceiro gráfico, **que esses dois conceitos sejam diferentes**.

Também 73% dos entrevistados afirmaram acreditar que a coesão seja junção de ideias. Ao mesmo tempo, esses 73% de entrevistados integraram o grupo de 92% que pensam que a coerência seja uma relação de sentido (sinônimo de ‘junção de ideias’ num contexto de produção textual), ou seja, os entrevistados não distinguiam esses dois conceitos. Todavia, 99% afirmaram que coesão e coerência seriam conceitos distintos.

Apenas 3% responderam minimamente o que se esperava sobre o conceito de coesão, que devia ser entendido como “recursos gramaticais que retomam termos entre frases, orações

e períodos”, garantindo que as informações antigas (temas) e as informações novas (remas) se relacionem no plano da expressão e, conseqüentemente, no do conteúdo a partir de expedientes gramaticais. Esses mesmos 3% responderam que a coerência seriam relações de sentido entre partes do texto com ou sem relação com o mundo real. Desses 3% apenas 1% admitiu a importância da coerência externa.

Para elucidar essas diferenças entre conceitos que geram tanta confusão, apresentamos dois enunciados:

- Adriano foi a Portugal. Lá, ele ficou em São Paulo.
- Adriano foi a Portugal. A Bia deu aula de redação.

No primeiro enunciado, há coesão (por meio das referências estabelecidas entre advérbio ‘lá’, que retoma Portugal, e ‘ele’, que retoma Adriano. No entanto, não existe coerência. Para entender esse desvio, é preciso saber que São Paulo não fica em Portugal. Portanto, as relações entre o texto e o mundo, a nosso ver, precisam de balizas mais claras na avaliação de redações para serem ignoradas e/ou consideradas. Exploraremos melhor esse desafio no Capítulo 3 deste trabalho, nas discussões de casos.

No segundo enunciado, por sua vez, para um enunciatário desavisado (ou seja, para um interpretante que faça parte do auditório universal), o texto não tem coesão nem coerência. Entretanto, para os alunos do Laboratório de Redação Adriano Chan, que sabem que outra professora (a quem chamamos de Bia) é a parceira que substitui o Adriano em dados momentos, saberes exofóricos permitem conferir unidade de sentido ao texto. Assim, a enunciação, a partir do contexto do mundo imediato, tem coerência para os integrantes da instituição. A coerência, desse modo, depende das condições discursivas, pois pode se sustentar em elementos paralinguísticos (de outros saberes) e supralinguísticos (de ordenações linguísticas que estão nos níveis da manifestação discursiva). Por essas razões, o enunciado, ora em análise, pode fazer sentido para um grupo e ser incoerente para outro, mas, indiscutivelmente, os períodos daquele prototexto não têm coesão entre si. Para melhorar essa sequência e corrigi-la, poderíamos rearranjar o texto de diversas formas. Entre elas, podemos exemplificar:

- Adriano foi a Portugal. **Por isso**, a Bia deu aula de redação.
- Adriano foi a Portugal. A Bia deu aula de redação **em seu lugar**.
- Adriano foi a Portugal. **Nesse contexto**, Bia, que é uma professora associada, deu aula de redação **em seu lugar**.
- Bia, que é professora de linguística, deu aula de redação **porque** Adriano foi a Portugal.

A falta de clareza de conceitos básicos (como coesão e coerência) faz que os materiais didáticos sejam lidos com falhas epistemológicas. Assim, o que é ensinado de fato não é o que foi proposto pelo material, porque há uma falta de comunicação clara aos alunos dos conceitos básicos para debater as propostas de formulação de texto feitas pelos materiais didáticos. Consequentemente, tudo fica reduzido a fórmulas procedimentais. Devemos dizer que esse é apenas um de vários problemas no ensino de redação tradicional a alunos do Ensino Médio.

Assim, existe, como já dissemos, uma **narratividade da textualização**, ou seja, não é suficiente estudar apenas a **narratividade na textualização**, como tão bem já demonstraram os pensadores da semiótica greimasiana. A coerência (ou melhor, a incoerência) do **Exemplo 2** depende de fatores para além do texto, da fala e da língua, ainda que ela se manifeste como um erro lexical de ordem linguística. A fragilidade de aprendizado dos conceitos impede que os alunos redijam de forma crítica.

Essa falha de formação é a principal responsável por perdas de nota em razão do que o manual da Vunesp chama de “lacunas”. Essas lacunas podem ter origem na coesão ou na coerência e podem estar relacionadas às instâncias do texto ou a informações de mundo que não são compartilhadas entre leitor e autor.

O estudo das ilhas anafóricas, proposto por Favero e Koch (1983), demonstra isso.

Veja esta sequência:

Minha filha vai se casar. Ele é médico.

Observamos *supra* que a pró-forma pronominal ‘ele’ não tem um termo explicitado que lhe sirva de função para ser retomado, ainda que o sentido possa ser recuperado. Em vestibulares, isso é visto como um defeito de redação. Todavia, esse tipo de recurso acontece o tempo todo em jornais, na literatura e nas conversas do dia a dia. Aliás, aqui, cabe uma crítica às avaliações: porque elas também não deixam os conceitos de coesão e coerência totalmente claros para os corretores; as bancas também pecam por reduzir tais conceitos a normas. A consequência dessa atitude é punição de recursos que estão disponíveis na língua e que deveriam ser valorizados como estratégias de enunciação.

A falta de domínio da narrativa metalinguística (que conduz o uso de recursos expressivos na elaboração de uma enunciação) produz textos com lacunas e/ou com incoerências. Essa falha tem origens na redução de conceitos complexos, que deveriam ser explicados aos alunos, mas não o são. O que se vê – nos materiais didáticos e em grande parte das aulas de produção de

texto – é a mera citação desses conceitos, que são apresentados como dicas, que pouco explicam os meandros de seus usos. Consequentemente, para as mentes algoritmizadas da geração digital nativa, a narrativa de produção do texto escolar – ao se distanciar dos textos naturais produzidos no cotidiano – torna-se um cumprimento de procedimentos estanques vazios de significados, produzindo raciocínios (desprovidos do uso razão?) como os do **Exemplo 2** (vide página 39), que não percebe a incompatibilidade entre os conceitos de ‘comodidade’ e escravidão na elaboração de sua enunciação.

Voltando à análise do **Exemplo 2**, após esse pequeno introito cuja função era dar bases para explicar o erro que se processa, cabe-nos, ainda, mostrar como as falhas de leitura são consequências graves dessa metodologia, que pretende facilitar a vida de um aluno com dicas, mas acaba destituindo-lhe de seu bom senso. Muitas vezes, repetiremos que são desvios das narrativas pedagógicas de construção de texto que criam um distanciamento entre a percepção do tema pelo autor e o texto que ele é convidado a escrever.

É claro, na introdução presente no **Exemplo 2**, que o autor quis “contextualizar sua opinião” em um episódio histórico. No entanto, ele foi levado a crer que o contexto teria a função de simplesmente ilustrar sua opinião, quando, em verdade, é a forma de narrar e de apresentar o contexto que modaliza e constrói um ponto de vista.

Alunos geralmente são instruídos a escolher um **ponto de vista que seja unilateral**. Todavia, nem sempre isso é possível. Em vez de sistematizar a natureza do constructo, que subjaz ao discurso, a pedagogia textual se sustenta em proposições de procedimentos de “estruturalismos”. A consequência disso é um distanciamento entre o pensamento do autor e o texto que ele produz que, na tentativa de ser modalizado pelas supostas regras de produção, impede que a expressão do conteúdo (que representa a leitura e a interpretação do assunto e do tema propostos nas coletâneas) se manifeste. Se entendermos que o texto é um todo de sentido, então os argumentos constroem, frase a frase, a constituição do ponto de vista.

Nesse sentido, afirma o autor da Introdução à gramática pragmática:

Alguns gramáticos usaram os termos Tópico e Comentário em vez de Tema e Rema. Mas a terminologia do Tópico e do Comentário carrega conotações bastante diferentes daquela de Tema e de Rema. O ‘Tópico’ geralmente se refere a apenas um tipo particular de Tema, o ‘Tema tópico’; e tende a ser usado como um termo de cobertura para dois conceitos que são funcionalmente distintos, um

sendo o de Tema e o outro o de dado. Parece-nos preferível manter a terminologia anterior³¹ (Halliday, 2004, p. 65 – tradução nossa).

É verdade que o tópico frasal, como formulado originalmente, é muito útil no ensino e na elaboração dos textos de redação escolar. Todavia, é preciso que os professores tenham plena consciência dessa rede de conceitos, o que não se verifica. Assim, as noções de tema, de rema, de dado, de tópico e de comentário ficam reduzidas a fórmulas de textos que vão de encontro a tudo o que Halliday (2004) e seus discípulos ensinam.

Por sinal, essa preocupação foi expressa pelo próprio Halliday (2004, p. 525) quando ele diz:

O texto é, portanto, o processo de instanciação; e podemos caracterizá-lo por referência ao sistema como a seleção de opções sistêmicas que se desdobram ao longo do tempo. Ao longo deste livro, demos muitos exemplos de como as seleções são feitas período por período – ou grupo/frase por grupo/frase – na criação do texto, e como as estruturas que realizam essas seleções constroem padrões à medida que o texto se desdobra³² (tradução nossa).

2.6 O vestibular da Vunesp – análise do edital, das grades e de textos da prova de redação da São Camilo

Para que nos lembremos de nossa missão, vamos reforçá-la: o objeto de interesse, neste trabalho, é entender e decodificar narrativas dos esquemas mentais que conduzam à compreensão, à elaboração e à articulação para a autoria de um texto de vestibular que consiga alta *performance* nos concursos mais disputados. Antes de mais nada, é preciso deixar claro que tais estruturas são dinâmicas e não podem ser reduzidas a fórmulas.

O estudo de gêneros textuais nos mostra que o acionamento das regras de discursivização está relacionado às circunstâncias de comunicação. No caso de um vestibular, a moldura para esse processo é o edital da prova. Doravante, vamos nos concentrar nas provas da Vunesp.

³¹ No original: Some grammarians have used the terms Topic and Comment instead of Theme and Rheme. But the Topic – Comment terminology carries rather different connotations. The label ‘Topic’ usually refers to only one particular kind of Theme, the ‘topical Theme’ (see Section 3.4, p. 79); and it tends to be used as a cover term for two concepts that are functionally distinct, one being that of Theme and the other being that of Given (see Section 3.5, p. 87). It seems preferable to retain the earlier terminology of Theme-Rheme.

³² No original: Text is thus the process of instantiation; and we can characterize it by reference to the system as the selection of systemic options unfolding through time. Throughout this book, we have given many examples of how selections are made clause by clause – or group/phrase by group/phrase – in the creation of text, and how the structures that realize these selections build up patterns as the text unfolds. Let us consider one example involving all three metafunctions in the domain of the clause.

Mais especificamente, vamos estudar um caso em especial: a prova feita para o Vestibular da Universidade São Camilo (2022b).

O edital da Vunesp (Anexo 5) nos informa:

Na prova de redação, espera-se que o candidato produza um texto dissertativo-argumentativo (em prosa), coerente, coeso (bem articulado) e de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, **a partir da leitura e compreensão de textos auxiliares, que servem como um referencial para ampliar os argumentos produzidos pelo próprio candidato** (Vunesp, 2024 – grifos nossos).

Ressaltamos que a instrução do manual do candidato é clara: o sucesso para uma boa nota nos exames depende de uma boa leitura da coletânea e das instruções que a acompanham. Os textos de apoio **não** são meramente motivadores. São fundamentos que trazem os aspectos temáticos a serem avaliados.

Sobre o tema, o documento inaugural da prova ainda nos diz:

Tema: avalia-se, neste critério, se o texto do candidato atende ao tema proposto. A fuga completa ao tema proposto é motivo suficiente para que a redação não seja corrigida em qualquer outro de seus aspectos, recebendo nota 0 (zero) total (Vunesp, 2024).

Em geral, o tema proposto, nas provas feitas pela Vunesp, apresenta-se na forma de uma frase temática precedida de uma instrução de cabeçalho que é padrão para todas as provas da instituição. A título de exemplo, usemos a prova da São Camilo de 2022 (Anexo 6) cujo enunciado dizia:

Figura 8 – Foto do enunciado (frase temática) da prova da São Camilo 2022

Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos, escreva um texto dissertativo-argumentativo, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema:

HERANÇA DIGITAL: ENTRE O DIREITO À TRANSFERÊNCIA PATRIMONIAL
À FAMÍLIA E A PRIVACIDADE DO FALECIDO E DE TERCEIROS

Fonte: Vunesp (2022b).

A análise do tema, segundo a grade divulgada pela própria instituição, permite a inferência de que o assunto (aspecto mais generalizante do que deverá ser tratado no texto) e seus recortes temáticos (aspectos mais específicos que deverão aparecer) sejam constatados

com uma verificação binária, ou seja, esse critério apenas avaliará se houve a mínima tarefa de se abordarem os aspectos que o enunciado solicitava. No caso, o assunto é “Herança digital”; o recorte temático 1 seria o direito à transferência patrimonial à família (da herança digital) e o recorte temático 2 exigiria a discussão sobre a privacidade do falecido e de terceiros nas heranças digitais. Vejamos a grade oficial de avaliação do tema:

Figura 9 – Critério A da Vunesp – Tema – para o vestibular da São Camilo 2022

CRITÉRIO A – TEMA		
0	Não aborda sequer os assuntos mais gerais da proposta.	
1	HERANÇA OU TECNOLOGIA	OU
	DIREITOS	OU
	PRIVACIDADE	
2	HERANÇA DIGITAL	OU
	HERANÇA + DIREITO	OU
	HERANÇA E/OU TECNOLOGIA + PRIVACIDADE	OU
	HERANÇA OU TECNOLOGIA + DIREITO + PRIVACIDADE	
3	HERANÇA DIGITAL + DIREITO (À TRANSFERÊNCIA PATRIMONIAL) + PRIVACIDADE (DO FALECIDO E DE TERCEIROS)	

Fonte: Vunesp (2022a).

Ao lermos a coletânea (Anexo 6), percebemos que, para cada um dos eixos da frase temática, os textos de apoio direcionam questões a serem tratadas na evolução do texto. No primeiro texto da coletânea, dessa forma, temos as seguintes ideias:

- ✓ As **heranças digitais** acompanham uma tendência da sociedade atual de virtualizar as riquezas.
- ✓ As **heranças digitais** trazem dificuldades à justiça tradicional.
- ✓ O **direito de transmissão de bens da herança digital à família** abarca desde perfis *post mortem* à transferência de patrimônios (como criptomoedas e *tokens* virtuais de valor financeiros).
- ✓ O **direito de transmissão de bens da herança digital à família** pode tornar-se uma violação de falsidade identitária, quando um familiar publica algo na conta pessoal do falecido.

No segundo texto, por sua vez, temos as seguintes discussões:

- ✓ A **privacidade do morto e de terceiros nas heranças digitais** só pode ser violada em caso de investigação criminal ou instrução de ação penal.

- ✓ O entendimento tradicional de direito à **privacidade do morto e de terceiros nas heranças digitais** exige que dados estritamente pessoais deveriam ser protegidos até mesmo de herdeiros.
- ✓ A **privacidade do morto e de terceiros nas heranças digitais** colide com o princípio da sucessão universal (que pressupõe que os herdeiros tenham direito sobre todos os aspectos da vida do falecido).

Podemos, então, resumir as ideias da coletânea no quadro seguinte:

Quadro 1 – Resumo de ideias da coletânea da Prova Vunesp para medicina São Camilo 2022

Heranças digitais	Direito à transferência patrimonial	Direito à privacidade do falecido e de terceiros
Refletem a tendência de virtualização de riquezas	Pode incentivar crime de falsidade identitária	Só pode ser violado em caso de investigação criminal ou instrução de ação pena
Trazem novas dificuldades à justiça tradicional;	Traduz-se no direito à sucessão universal de bens com valores, com variedade de tipos de bens	Protege dados estritamente pessoais deveriam ser protegidos até mesmo de herdeiros

Fonte: Elaboração própria.

As narrativas que os alunos trazem de suas formações pedagógicas – seja a dos cursinhos ou a das escolas – desempenharam papel importante na execução dessa tarefa. É muito comum que ocorra um adestramento da leitura, com fórmulas prontas. Por exemplo, uma das instruções mais comuns para a formulação da tese é a ordem de que o aluno opte por um ponto de vista e desconsidere qualquer outra posição que contrarie a tese escolhida, impedindo-o de compor opiniões complexas. Assim, percebemos a redução de sentido, que tais instruções incentivam, para o que os enunciados das questões realmente pedem. Diante de perguntas como “Herança digital: entre o direito à transferência patrimonial e a privacidade do morto e de terceiros”, é comum encontrarmos redações em face de cuja macrotese,³³ ao seguir as instruções escolares, os alunos afirmarão simplesmente:

- que a herança digital é um direito de transferência patrimonial; ou
- que a herança digital deve respeitar a privacidade do morto e de terceiros.

Em vez de lerem o enunciado como foi deveras elaborado (“heranças digitais: entre o direito à transferência patrimonial e a privacidade do morto e de terceiros”), os estudantes são

³³ Entendemos, por macrotese, a ideia construída como a tese do texto (visto como um todo de sentido) e, por microtese, a ideia de cada parágrafo que construirá essa opinião.

muitas vezes induzidos pela instrução dos professores a lerem outro enunciado: “Nas heranças digitais deve prevalecer o direito à transferência patrimonial ou a privacidade do morto e de terceiros?”.

Quando perguntamos “Observando o quadro abaixo, o que há entre o número 1 e o número 3?”, a resposta não será o 1, nem o 3, e sim o 2. O mesmo raciocínio deverá ser aplicado para a enunciação desse tipo de prova.

Figura 10 – Sequência de números



Fonte: Elaboração própria.

Dois enunciados completamente diferentes precisam, em nosso contexto, ser diferenciados:

“O que há entre 1 e 3?”,
que é muito diverso de

“1 ou 3?”.

É sobre essa confusão de que falaremos agora.

Possíveis respostas esperadas para as indagações de uma leitura bem feita do enunciado “Herança digital: entre o direito à transferência patrimonial e a privacidade do morto e de terceiros”, levando em conta os textos da coletânea, seriam as de que, entre o direito à transferência patrimonial e a privacidade do morto e de terceiros, nas heranças digitais:

- haveria a virtualização das riquezas, que necessitam de clara regulamentação; e/ou
- incorreria (ou não) o crime de falsidade ideológica; e/ou
- existiria a discussão sobre os direitos pessoais do morto, que cessariam (ou não) de existir de modo a garantir (ou não) uma sucessão universal.

Neste ponto de nosso estudo, vale resgatar a forma como Langacker (1987) definiu esquemas mentais. Ele acredita que a capacidade de percepção de esquemas seja uma das habilidades humanas mais importantes. Tal percepção envolve o reconhecimento de aspectos

comuns em determinada tarefa mental, subtraindo dela detalhes menos importantes que possam diferir de uma experiência para outra (nesse caso, de um tipo de proposta de redação para outro). É justamente aqui que mora o perigo. A leitura de um enunciado é governada por regras abstratas de leituras, mas a construção do sentido depende de muitas variantes que envolvem desde a escolha lexical, passando pela situação discursiva e pela disposição de informações por meio dos expedientes gramaticais utilizados. Isso significa que, se a formulação do texto e dos procedimentos gramaticais conta com uma abstração que se mantém intacta, o engendramento do sentido é sempre líquido e depende de muitas variantes imprevisíveis para se construir, sendo impossível prever milimetricamente o desenrolar de um discurso.

Esse processo pode ser operante em qualquer domínio linguístico e perpassa por toda a construção semântica do texto e do discurso. A noção de esquemas mentais refere-se ao nível de especificidade, ou seja, à finura de detalhes com que algo é caracterizado. Um esquema seria, portanto, abstrato com relação a suas elaborações no sentido de fornecer menos informações e ser compatível com uma gama mais ampla de opções.

Langacker (1987) silencia-se sobre aqueles momentos em que o esquema mental modula mal a percepção do enunciado de forma a lhe causar prejuízos na construção de sentidos proposta pela situação discursiva, que considera:

- o contexto;
- o canal;
- a mensagem;
- o gênero textual;
- o interlocutor; e
- o interlocutário.

Diante de enunciados que questionam o que há nos vãos de dois conceitos, os alunos aprendem, nas aulas de cursinho e de escola (Anexo 1), que devem apenas escolher um dos elementos, mudando o enunciado de

“Herança digital: entre o direito à transferência patrimonial e a privacidade do morto e de terceiros”

para:

“Herança digital: o direito à transferência patrimonial OU a privacidade do morto e de terceiros”.

São poucos os alunos que respondem à pergunta da proposta como ela foi, de fato, elaborada, respeitando as nuances dos expedientes gramaticais para responder às indagações feitas na tarefa da prova. Essa resposta nós a chamaremos de **macrotese**, ou seja, a tese do todo de sentido, que é o texto.

Isso ocorre porque aulas de redação criam narrativas metalinguísticas que simplificam demasiadamente o raciocínio da leitura e da escrita e distanciam o aprendiz de ler o que está diante de seus olhos. Soma-se ainda o pensamento algoritmizado, de que já falamos nas primeiras páginas deste trabalho, a essas falhas pedagógicas encontraremos nas seguintes produções:

Exemplo 3:

Em outubro 2021, o conceito de metaverso ganhou destaque quando o CEO do Facebook, Mark Zuckerberg, veio a público anunciar que sua empresa, que reúne aplicativos como Instagram e WhatsApp, teria seu nome mudado para Meta, evidenciando assim o foco que a empresa passaria a dar a esse novo universo, que promete unir o mundo real e o virtual de uma vez por todas. O metaverso é um ambiente gráfico onde vão existir plataformas que serão usadas para diversas atividades humanas indo até de socialização a atividades comerciais. A existência de um ambiente como esse, que promete fundir a vida real com a praticidade do mundo virtual, é a prova definitiva de que o futuro da humanidade e nosso legado esta cada vez mais ligado ao digital. Nesse sentido podemos perceber que junto com essas mudanças surge também a necessidade de discutir e de equilibrar os direitos que nos possuímos (sic est) na vida real com essas novas realidades, isso também se aplica aos direitos sobre todas as propriedades e bens que um indivíduo possa ter nesse universo.

Dessa maneira é necessário ter clareza sobre o que dentro do universo digital pode ser considerado herança e por isso deve ser transferido para os entes queridos do indivíduos que as detém e o que deve ser considerado confidencial e assim preservado para que o falecido e terceiros não sejam expostos de maneira indevida. Nesse contexto, devemos evidenciar a necessidade da criação de uma legislação específica para o ambiente digital é necessária, já que é necessário (sic est) regulamentar as condições e circunstâncias em que a família pode ter acesso irrestrito ao herança e privacidade digital do falecido, como por exemplo em casos que esse dados auxiliem investigações criminais ou alguma ação penal, e as circunstâncias em que a família so deveria ter acesso apenas a bens com valores intelectuais ou econômicos, como é o caso de criptomoedas e os novos NFTs que movimentam mais de 70 milhões de dólares na economia mundial.

Portanto, mesmo que família tenha direitos sobre as propriedades digitais do falecido e necessário que essa transferência não ocorra de maneira nociva, violando leis já existentes e desrespeitando a privacidade dos indivíduos envolvidos.

No primeiro parágrafo, o vestibulando inicia a reflexão de seu texto com a apresentação de que o diretor do Facebook anunciou que o novo foco de sua empresa seria o metaverso. Depois, ele conceitua o que é o metaverso. Vamos revisitar essa parte do texto:

O metaverso é um ambiente gráfico onde vão existir plataformas que serão usadas para diversas atividades humanas indo até de socialização a atividades comerciais.

Quanto à precisão lexical e ao estilo, esse texto merece atenção. A alcunha para o “metaverso” de “ambiente gráfico” e o uso do futuro do presente para marcar a virtualidade que caracterizaria a natureza desse universo são expedientes gramaticais de alta produtividade que atendem ao propósito desse texto.

O uso da integração conceptual, aqui entendida como uma manifestação natural da linguagem humana, que, por meio dessa coesão lexical, corporifica uma ideia abstrata, transforma um conceito (metaverso) em um elemento visual e sensorial (ambiente gráfico, ou, ainda, ambiente feito por desenhos).

Todavia, percebemos, nesse trecho, como a mera instrução de solicitar ao aprendiz que sua introdução demonstre a manifestação do assunto no cotidiano não lhe será suficiente para ajudar a produzir um bom texto. A definição de metaverso não exercerá nenhuma função no decorrer do texto. Ela não será usada para debater a **herança digital**, nem a **privacidade do morto**, nem a de **terceiros**, tampouco o **direito de transferência patrimonial**. A definição de introdução não pode vir desprovida de um aspecto **funcional** para a argumentação do ponto de vista. Após entender esse erro de cálculo na produção de seu texto, o mesmo aluno produziu uma reescrita do primeiro parágrafo, copilada a seguir:

Exemplo 4:

Caso Sebastião Salgado morresse, a galeria digital de seu celular poderia render milhões de reais aos seus herdeiros. Basta dizer que, em média, cada uma de suas fotos é atualmente negociada por cerca de duzentos e cinquenta mil reais. Todavia, dificilmente, algum beneficiário da herança poderia acessar esse valioso patrimônio se o proeminente fotógrafo não deixasse um contato de legado registrado em suas nuvens de dados. Isso ocorreria, porque há o entendimento jurídico de que fotos de cunho pessoal não fazem parte do espólio. Se a presunção patrimonial pressupõe um valor econômico, o que devemos fazer com a biblioteca de fotos de uma figura pública como Sebastião Salgado após sua morte, considerando que ela é potencialmente uma fonte de renda significativa? Não seria errado, nesse cenário, negar o direito patrimonial à família do falecido?



Fernando Frazão/Agência Brasil

Como foi possível que o autor do Exemplo 3 produzisse o Exemplo 4? É o mesmo autor? A resposta parece-nos bastante óbvia. Houve uma mudança na narrativa da produção textual.

Com novas instruções, foi pedido que o texto fosse reescrito. Para fazê-lo, apoiamo-nos em quatro procedimentos que serão descritos no decorrer desta sessão. Esses procedimentos não são regras, mas frutos de observações empíricas do comportamento linguístico e cognitivo na elaboração das ideias e das narrações que fazemos e operamos a todo instante.

Processo 1 – Em primeiro lugar, desenvolvemos a teoria dos *inputs* e dos *outputs* com o objetivo de instruir a selecionar uma figura que sirva à intenção da ideia daquele parágrafo (microtese). Isso permitiu que ideias fossem concretizadas em exemplos e/ou que opiniões sejam deduzidas de dados, fatos, conceitos; respeitando-se os princípios da abstração e da concretização. Para tanto, é preciso estabelecer correlatos entre o que é abstrato e o que é concreto. Explica-nos Santa Maria (2024, p. 54):

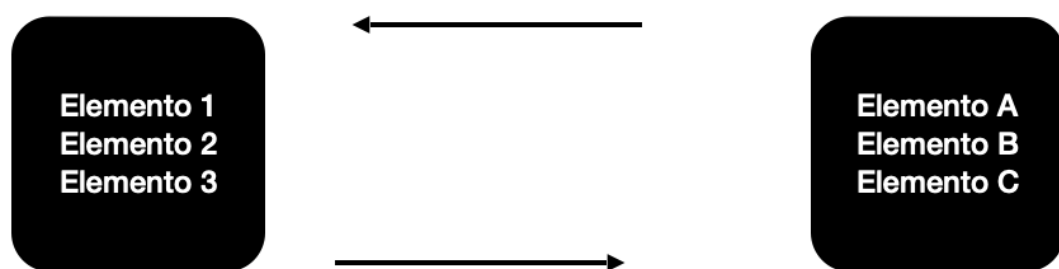
As redes de escopo único constituem um dos pilares fundamentais na estruturação do pensamento conceitual humano, permitindo uma compreensão rica e multifacetada de como podemos utilizar estruturas de um domínio para iluminar e interpretar elementos de outro, frequentemente de maneira metafórica ou simbólica. Essas redes são caracterizadas pela integração de dois espaços de *input* com frames organizadores distintos, onde apenas um desses frames é utilizado para estruturar o espaço de blend, resultando numa assimetria distintiva na maneira como os elementos são integrados e compreendidos. Fauconnier e Turner (2002) destacam a importância das redes de escopo único na cognição humana, demonstrando como elas facilitam a transferência de conhecimento e estruturas de entendimento de um domínio (o domínio fonte) para outro (o domínio alvo). Esse processo não apenas enriquece nossa compreensão do domínio alvo, mas também amplia nossa capacidade de pensar de forma criativa e abstrata. Um exemplo clássico desse processo é a metáfora “O tempo é dinheiro”, onde estruturas conceituais e relações do domínio econômico são aplicadas para entender e organizar nossa percepção do tempo.

Nas redes de escopo único, a assimetria entre os espaços de input é crucial. O frame organizador de um espaço (frequentemente o domínio fonte) fornece a estrutura conceitual que guiará a interpretação e a integração dos elementos do outro espaço (o domínio alvo) dentro do espaço de blend. Esse processo permite que conceitos e relações abstratas sejam compreendidos de maneira concreta e relacional, facilitando o entendimento humano e a comunicação de ideias complexas. A importância das redes de escopo único vai além da criação de metáforas, estendendo-se ao cerne de como entendemos e categorizamos o mundo ao nosso redor. Ao aplicar estruturas de um domínio a outro, somos capazes de perceber relações e propriedades que de outra forma poderiam permanecer obscuras, promovendo uma compreensão mais profunda e enriquecida dos conceitos em questão.

Além disso, as redes de escopo único têm implicações significativas para a criatividade e a solução de problemas. Ao nos permitir reinterpretar um domínio em termos de outro, elas abrem novos caminhos para o pensamento inovador, permitindo-nos encontrar soluções inesperadas e abordagens criativas para desafios complexos. Essa capacidade de transpor estruturas conceituais entre domínios é fundamental para a evolução do conhecimento humano e para o desenvolvimento de novas ideias e tecnologias.

No **Exemplo 4**, a narrativa da montagem da estruturação do texto foi corrigida e permitiu que a narração dos fatos se tornasse verdadeiramente argumentativa. A abertura do texto com uma hipótese, por mais natural que devesse ser, causa certo espanto quando analisamos a amostra de textos escolares. É um recurso raro nesse gênero textual (dissertações de vestibulares). Todavia, essa hipótese cumpre sua função: mostrar as inconsistências no sistema jurídico entre a prática e a teoria na aplicação da legislação, que não dá conta das novas questões do mundo moderno. Há um paralelo entre os elementos abstratos (no gráfico, representados pelos elementos 1, 2 e 3) e os elementos que corporificamos (elementos A, B e C), concretizados pela **narrativa argumentativa, que são as figuras evocadas para a argumentação**.

Figura 11 – Paralelo entre elementos abstratos e corporificados

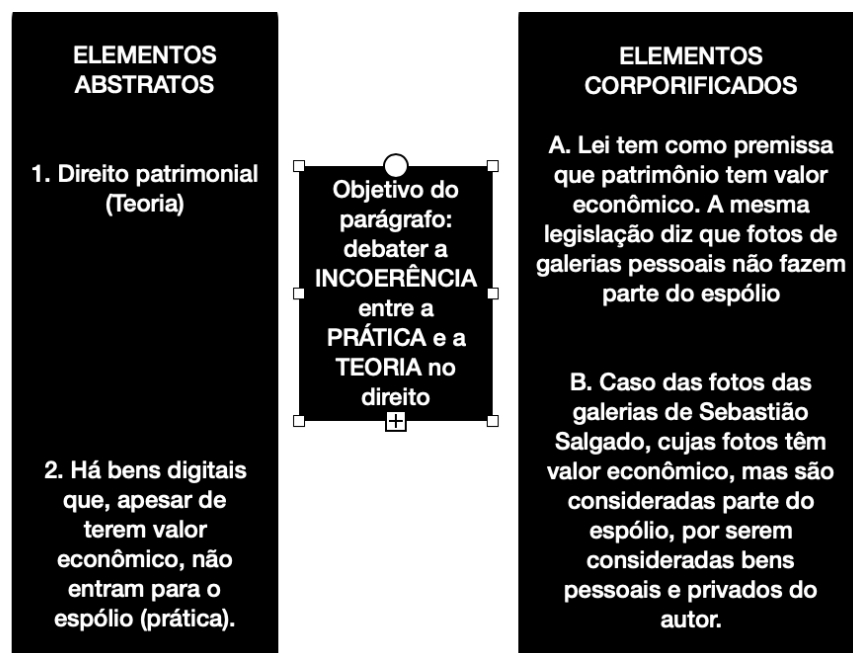


Fonte: Elaboração própria.

A partir da leitura da coletânea, o autor decide debater sobre uma incoerência entre a teoria dos princípios jurídicos (elemento 1) e sua prática (elemento 2). Para tanto, ele apresenta o que diz lei (“tudo com valor econômico deve fazer parte do espólio”) e um entendimento jurídico (de que galerias pessoais seriam bens privados) (elemento A) e narra um caso hipotético que coloca a lei e o entendimento jurídico sob tensão (elemento B).

O *input* da hipotética morte de Sebastião Salgado, aplicado ao *output* das inconsistências jurídicas, comunica, com muita clareza, as críticas do autor a essas incoerências do sistema do Poder Judiciário. Cria-se, de imediato, um ponto de vista: o de que a lei não dá conta dos fenômenos novos que as heranças digitais trazem a todos nós. Há, então, uma narrativa na textualização (narrativas argumentativas) que tem um valor retórico e que se manifesta porque a narrativa da textualização (narrativas metalinguísticas) faz uma aproximação entre essas duas cenas (a do *input* e a do *output*), que se fundem.

Figura 12 – Aplicação de paralelo entre elementos abstratos e corporificados para avaliar a coerência

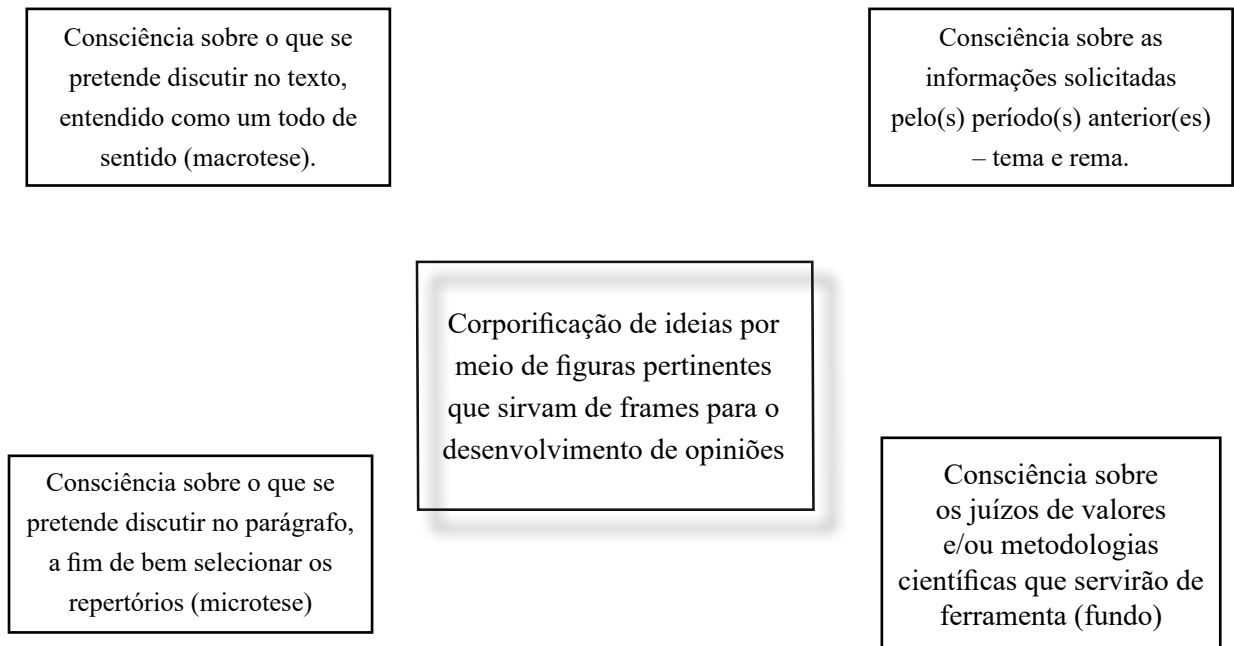


Fonte: Elaboração própria.

Processo 2 – Os alunos também foram instruídos a ler e a redigir em dois níveis concomitantes: no nível de elaboração do pensamento localizado do parágrafo (que chamamos de microtese) e no nível de elaboração do pensamento global do texto (que denominamos macrotese).

O gráfico da Figura 8 resumirá esse processo presente nesse trecho do texto. Então, o entendimento dessa forma de escrever se manifestará no epicentro de quatro eixos, que foram desenvolvidos em sala de aula:

Figura 13 – Esquema de habilidades necessárias para redações de vestibulares serem mais bem redigidas



Fonte: Elaboração própria.

No **Exemplo 4**, o autor tem bem definido o objeto de sua análise em um nível maior. Ele não pensa somente no nível do parágrafo e se mantém firme na discussão no nível do texto global. Todavia, ciente de que é impossível dar conta de todas as ideias de uma vez só, é sugerido um exercício de análise: de quebra da ideia maior para ser debatida de forma minuciosa a cada parágrafo, criando um fluxo informativo que culminará numa progressão temática entre parágrafos e dentro dos parágrafos. Ele quer discutir sobre a privacidade (do morto e de terceiros) e sobre os direitos de transferências patrimoniais. Esse é o objetivo do texto, que estará expresso na **macrotese**.

Para iniciar o parágrafo, o autor seleciona uma das ideias da coletânea para discutir: a de que bens (digitais ou físicos) que tenham valor financeiro devem fazer parte do espólio. Esta é a função primeira da coletânea: direcionar um percurso narrativo para que ocorra um direcionamento do texto a partir de questões que precisarão ser entendidas, debatidas e respondidas. Para desempenhar bem essa tarefa de expressar ideias, o autor precisa corporificá-las numa situação da realidade, ancorando sua opinião a fatos que, quando narrados, se tornam experiências. Quanto mais conflituosa a narração escolhida para dar ancoragem à argumentação (que chamaremos de **figura**), mais elementos ele conseguirá debater. Por essa razão, ele cria a hipótese da morte de Sebastião Salgado, cujas galerias de fotos terão valor financeiro apesar de

serem de natureza pessoal. A partir dessa narrativa, chega-se à conclusão de que a teoria jurídica e a prática entram em embate e que as soluções do mundo analógico parecem suscitar mais dúvidas que respostas. Eis a opinião de um dos aspectos a serem debatidos (que chamaremos de **microtese**).

Nesse sentido, observaremos adiante que a conclusão será um produto da fusão (*blending*) das microteses.

Processo 3 – Concomitantemente, o autor aciona dentro de si saberes e valores que remontam a um universo jurídico. A premissa apresentada na própria coletânea de que tudo com valor financeiro deva entrar no espólio, somada ao conhecimento de mundo de que a jurisprudência entende que a violação de bens pessoais (como galerias de foto) não pode ser autorizada sem prévio consentimento, serve de valor para justificar a opinião do autor de que há uma inconsistência entre a letra da lei e sua prática. Esse elemento que fundamenta a opinião chamaremos de **fundo**. Estabelece-se, então, uma perspectiva de análise, uma metodologia para a ideia que ali se pretende debater. Nesse caso, a discussão desse parágrafo (que poderá se manter ou mudar no parágrafo seguinte) será por um viés jurídico. Didaticamente, Santa Maria (2024, p. 81) nos explica:

Essa vertente teórica (a linguística cognitiva) sustenta que a mente configura os elementos que são percebidos ou lembrados por meio de várias leis. Ela afirma que o todo é mais do que a simples soma de suas partes. Um dos aspectos mais difundidos dessa corrente é a oposição figura-fundo, que foi desenvolvida por Friedrich Perls. A corrente Gestalt anuncia diversas leis perceptivas, sendo as principais: a lei da pregnância, que enfatiza a tendência da experiência perceptiva em adotar formas simples; a lei do fechamento, que postula que a mente completa figuras com elementos ausentes; a lei da semelhança, que agrupa elementos similares em uma única entidade; a lei da proximidade, que agrupa elementos próximos com base na distância; a lei da segregação ou simetria, que considera a percepção de imagens simétricas como um único elemento; e a lei da continuidade, que agrupa detalhes que seguem um padrão ou direção como parte de um todo.

Processo 4 – Por fim, observamos que as informações fluem no parágrafo. Isso ocorre porque o autor escuta o que cada período e o que cada bloco de período lhe pede de informação adicional a fim de saber o que escrever no próximo conjunto de informações (que pode ser outro período ou outro parágrafo). Vejamos:

O primeiro período afirma: “Caso Sebastião Salgado morresse, a galeria digital de seu celular poderia render milhões de reais aos seus herdeiros”. É preciso, a partir dessa afirmação, informar ao leitor:

- a. quem é Sebastião Salgado; e
- b. por que sua galeria de foto vale tanto dinheiro.

Essas informações são necessárias porque o caso foge à regra da generalidade. É estranho que um arquivo pessoal tenha tanto valor, exceto em casos especiais.

As duas informações são dadas no período seguinte: “Basta dizer que, em média, cada uma de suas fotos é atualmente negociada por cerca de duzentos e cinquenta mil reais”. Aqui, inferimos que Sebastião Salgado é um fotógrafo famoso e bem remunerado.

O primeiro bloco de informação está completo. Agora, é preciso avançar na narrativa do pensamento. Do contrário, o objetivo do parágrafo (que é discutir se tudo o que tenha valor financeiro deva fazer parte do espólio) não se concretizará. Como explica tão bem a semiótica, é preciso haver tensão. Para tanto, o uso do conectivo **todavia** é acertado. Esse marcador textual introduz o conflito: “ **Todavia,** dificilmente, algum beneficiário da herança poderia acessar esse valioso patrimônio se o proeminente fotógrafo não deixasse um contato de legado registrado em suas nuvens de dados”.

Uma vez colocado o problema, é preciso explicá-lo ao leitor. Para tanto, acionam-se os valores sociais e os conhecimentos científicos (fundos) que servem como ferramentas de análise. Daí surge o período seguinte: “Isso ocorreria, porque há o entendimento jurídico de que fotos de cunho pessoal não fazem parte do espólio”.

Agora, estão disponíveis todas as informações que o autor necessita para já formular seu ponto de vista: “Se a presunção patrimonial pressupõe um valor econômico, o que devemos fazer com a biblioteca de fotos de uma figura pública como Sebastião Salgado após sua morte, considerando que ela é potencialmente uma fonte de renda significativa? Não seria errado, nesse cenário, negar o direito patrimonial à família do falecido?”.

Nessa análise, fica claro como a escolha lexical, a coesão e a coerência têm papel fundamental no processo de elaboração de um texto. É preciso estar constantemente à escuta do que a textualização exige do autor a fim de evitar lacunas.

Essa análise demonstra que fazer uma prévia perfeita do que se pretende defender é perigoso. O texto tem vida própria. Analogamente à personagem de *Sopro de vida*, de Lispector (2020), a redação poderá assumir vida própria e o autor deverá respeitar a forma que delineia seu pensamento. Em outras palavras, escrever não significa apenas “passar para o papel” um pensamento já elaborado. Antes, redigir é repensar o que o texto sugere e muitas vezes acionar a

flexibilização mental a fim de ser coerente, redimensionando ideias preconcebidas. Nesse percurso, podemos mudar nossa posição sobre um assunto ou ser obrigados a reescrever um texto inteiro, acionando novos repertórios. Quem se entrega ao exercício sabe que esses dois fenômenos são corriqueiros e frequentes. Afinal, como bem sabemos, os espaços mentais não podem contradizer as provas físicas do mundo, ainda que possam ressignificá-los a partir de valores.

A construção do texto se dá frase a frase, período a período. Depois de elaborado um trecho da redação, faz-se mister saber o que o próprio texto exige de debate no decorrer do desenvolvimento textual. Do contrário, haverá lacunas nas informações.

Por fim, é preciso dizer que esses procedimentos são ensinados isoladamente, **mas operam concomitante e sistematicamente na textualização**. Por essa razão, é preciso ter a preocupação de mostrar que eles funcionam em conjunto, conforme são apresentados aos alunos.

2.7 *Frames e cenas na construção de argumentações*

A textualização se processa em dois níveis: no plano material (que se constitui a partir dos expedientes gramaticais) e no plano cognitivo (que se constrói a partir de valores sociais, saberes compartilhados e percepções individualizadas).

Esses dois planos operam numa relação de simbiose. Um não pode existir sem o outro. Essa relação pode ser resgatada, ao longo do desenvolvimento do nosso raciocínio:

1. nas formas como coesão e coerência se relacionam;
2. na interatividade entre microteses para construir a macrotese;
3. na relação de affordance entre os termos para construir frases, orações, períodos e parágrafos.

A coerência pressupõe a seleção e a articulação de dados e de narrativas de fatos. Numa rápida e pouco rigorosa observação empírica em nosso *corpus* de pesquisa, é, de longe, o critério com o qual os alunos mais se confrontam para tirar boas notas.

Os elementos modalizadores podem ser ótimos exemplos desse processo de molduramento de um enunciado. Vejamos como isso acontece:

Preciso estudar hoje.

Devo estudar hoje.

Quero estudar hoje.

Os modalizadores criaram percepções distintas para uma mesma ação (estudar hoje) na medida em que eles imprimem diferentes molduras: a de necessidade (precisar), a de dever (dever) e a de desejo (querer).

O conceito de modalizador é fundamental como premissa para nosso desenvolvimento. Explica-nos Carrascossi (2011, p. 77):

Na tradição da análise lógica, as modalidades são definidas em termos de relações de verdade, independentemente do enunciador e, por isso, as relações estabelecidas na Lógica não se mantêm nos estudos linguísticos. Nas línguas naturais, a modalidade deve ser definida em termos de envolvimento do falante e do ouvinte, das intenções comunicativas, do contrato epistêmico, do conhecimento compartilhado, ou seja, em função de sua inserção pragmática. Não obstante, os estudos linguísticos nessa área são muito influenciados pela visão lógica. Neves (2006) observa que, apesar das tentativas de separar Lógica e Linguística, a maior parte dos estudos traz a marca lógica e, assim, os conceitos de possibilidade e de necessidade dificilmente deixam de estar presentes na definição de modalidade. Narrog (2005) postula que o único critério capaz de distinguir o que pertence e o que não pertence à categoria modalidade é a factualidade. Para esse autor, modalidade é uma categoria linguística referente ao estatuto factual de um estado de coisas. A expressão de um estado de coisas é modalizada por ser indeterminada com respeito ao seu estatuto factual, ou seja, não é nem positivamente, nem negativamente factual.

O papel das narrativas de argumentação (figuras) – que chamamos de narrativas na textualização – é parecido com a função dos modalizadores para a experiência de uma ideia ou para a efetivação de um argumento. As histórias dão uma moldura que delimitará um espaço mental no qual uma opinião se formará. A partir de tais micronarrativas, o contexto para o desenvolvimento de valores ficará recortado.

As escolhas de dados do mundo real ou cultural direcionarão o olhar do autor e do leitor para determinados sistemas de valores morais. Isso é óbvio. Podemos narrar a Revolução Francesa de modo a mostrar que o povo foi autor de sua própria história ou contá-la de maneira a evidenciar que a população foi mera massa de manobra para a ascensão política da burguesia endinheirada, ou seja, se as narrativas argumentativas usadas pela textualização formam a ideia, a filiação ideológica do autor também marcará seu ponto de vista para narrar os eventos que lhe servirão de dados para comunicar sua mundividência. Assim, percebemos que existe uma dinâmica entre como as narrativas formam as ideologias e como as ideologias interferem na seleção, difusão e manutenção dessas mesmas narrativas.

Até agora, apenas reforçamos o óbvio ululante. O que pretendemos nesta seção é mostrar que expedientes gramaticais interferem na clara comunicabilidade das ideias, fazendo

uma ponte entre os processos de coesão e coerência que se confundem por serem naturalmente intrínsecos um ao outro.

Para este trabalho, vamos mostrar como a falta de clareza na narrativa do aprendizado gramatical de coordenação e subordinação de períodos dificulta a textualização. Desvios no sentido pretendidos pela enunciação são consequência desse déficit pedagógico, que implicará erros de coerência e de coesão.

Neves (2006, p. 46), a esse respeito, conjectura algumas proposições que darão corpo ao seu trabalho sobre a relação entre texto e gramática:

- a) A unidade de estudo/exame/análise é o “enunciado”, ou seja, é aquilo que se “enuncia”, em linguagem (em um “ato de fala”), na história da língua; não se tomam peças construídas aleatoriamente pelo próprio analista com a específica destinação de oferecer análises segundo determinações prescritivas vigentes que se adotam por repetição.
- b) Agora, retomando (com aspas duplas) partes de meu texto citado: Está implicado, pois, que cada “enunciado” da língua é uma “peça em função”, regida, sim, pela “gramática” dessa língua, que se resolve componencialmente com a consideração de:
 - b1) uma “constituição” “organizada” de “relações” (aí está a sintaxe, que é a configuradora);
 - b2) “significações” construídas nessa organização (aí está a semântica, que é o configurado);
 - b3) “efeitos” que ficam “definidos”, no ato de emissão da peça linguística que, significativamente construída, é posta “em função”, ou seja, é enunciada (aí está a pragmática, que é a instanciação).

Neste momento, podemos voltar aos quadros dos critérios B e C da prova da Vunesp, que avaliam respectivamente a coerência e a coesão (para melhor visualização, vide Anexo 5). No critério B, interessa-nos a segunda coluna, que dá enfoque à correção da coerência.

É importante dizer que os critérios B e C se mantêm os mesmos em todas as provas da Vunesp, criando um padrão de correção para todos os vestibulares da instituição.

Figura 14 – Critério B da Vunesp – Coerência – para o vestibular da São Camilo 2022

CRITÉRIO B – GÊNERO/TIPO DE TEXTO E COERÊNCIA					
0	Fuga total ao gênero e tipo de texto previstos: desenvolve o texto INTEGRALMENTE na forma de outro tipo de texto/gênero reconhecido (carta, narração, poema etc.).				
1	Tangenciamento do gênero: a dissertação não é o gênero predominante, mas há algum trecho dissertativo (salvamento). E/OU	E/OU	"Argumentos" apresentados de forma caótica: não há direção única, pois os "argumentos" não se relacionam nem entre si, nem com o ponto de vista definido. E/OU	E/OU	Argumentos gravemente contraditórios: há invalidação do ponto de vista defendido.
	Estrutura macro incompleta: faltam duas das partes da dissertação. ¹		Texto com predominância de informações confusas para um leitor autônomo (que não teve acesso aos textos da coletânea ou à temática abordada). E/OU		
			Texto com alguns trechos reproduzidos de modelos prontos de redação.		
2	Estrutura macro incompleta: falta uma das partes da dissertação. E/OU	E/OU	Texto com algum trecho reproduzido de modelos prontos de redação. E/OU	E/OU	Argumentos pontualmente contraditórios: não há invalidação do ponto de vista defendido.
	Gênero e tipo de texto previstos, mas com referência direta à situação imediata de produção textual ² ou com interlocução com o leitor. ³ E/OU		Argumentos superficiais, que pouco contribuem para a defesa do ponto de vista adotado pelo autor da redação ou com pouco desenvolvimento: muitas lacunas – os PORQUÊS e COMO não são explicitados. E/OU		
	Texto predominantemente expositivo, sem a defesa de um ponto de vista por parte do autor. E/OU				
	Lista de comentários com direção única.		Argumentos apresentados de forma circular (não há progressão argumentativa).		
3	Gênero e tipo de texto previstos, com estrutura macro completa e posicionamento defendido pelo autor da redação, mas com uso de 1ª pessoa do singular ⁴ .	E/OU	A maioria dos argumentos é desenvolvida, mas alguns não são: há lacunas pontuais. E/OU Há progressão argumentativa, mas há quebras pontuais.	E	Não há contradições.
4	Gênero previsto, com estrutura macro completa e posicionamento (claro) defendido pelo autor da redação.	E	Bom desenvolvimento dos argumentos: ainda que haja rara lacuna e quebra, os argumentos são justificados/desenvolvidos de modo a convergir para o ponto de vista defendido e há progressão argumentativa (texto estratégico).	E	Não há contradições.

Fonte: Vunesp, (2022b).

A análise do critério B da segunda coluna diz respeito à coerência. Seria leviano de nossa parte não citar as importantes contribuições de Charolles (2006). As metarregras de Charolles bem como os fatores da textualidade discutidos por Beaugrande e Dressler (1981) podem auxiliar-nos a compreender de forma mais concreta as ferramentas necessárias para desvendarmos os segredos dos textos. Por essa razão, apresentaremos, em poucas linhas, um pequeno resumo dos pressupostos desenvolvidos por Charolles (2006) sobre as metarregras.

A primeira Metarregra, denominada “Metarregra da repetição”, está assim classificada por Charolles (2006, p. 18): “[...] para que um texto seja [...] coerente é preciso que contenha, no seu desenvolvimento linear, elementos de recorrência estrita”.

Essa metarregra diz respeito às retomadas de ideias que acontecem no texto, de modo mais específico aos procedimentos realizados por meio das anáforas. Um dos grandes equívocos na aplicação dessa regra é o falso entendimento de que a retomada de palavras-chave da introdução garanta coerência e desenvolvimento informativo num texto. Essa é uma estratégia possível, mas não é suficiente nem necessária para assegurar que o fenômeno da reiteração de conteúdos ocorra de modo a propiciar a progressão do texto, incorrendo o perigo da circularidade, o que diminui a informatividade e, conseqüentemente, a coerência textual.

A metarregra da repetição pressupõe, como diz o próprio Charolles (2006), um **desenvolvimento linear** com elementos de **recorrência**. Ainda, é preciso reafirmar que as metarregras funcionam todas de forma sistêmica. De modo geral, elas sinalizam a continuidade, a reiteração de conceitos e temas, bem como a recuperação de discussões realizadas pelo autor, atuando assim diretamente na manutenção do tema e auxiliando o leitor a recobrar e reativar referentes já introduzidos na superfície textual, para conduzi-lo a uma unidade de sentido global. Os textos formatados com narrativas de textualização pré-formatados invariavelmente convergem para esse vício.

A segunda postulação se refere à metarregra da progressão, que é definida por Charolles (2006, p. 23) da seguinte forma: “[...] para que um texto seja [...] coerente, é preciso que haja no seu desenvolvimento uma contribuição semântica constantemente renovada”.

O princípio diz respeito ao fato de o texto avançar em suas ideias, não ficar preso ou não apresentar desdobramentos para o tema proposto. Nesse aspecto, essa metarregra vem complementar a primeira, uma vez que pressupõe que o texto não deve apenas fazer remissão aos referentes, mas também atribuir novas informações e discussões sobre eles. Com relação a essa abordagem da progressão textual, destacamos que os estudos do texto tratam esse assunto em termos de progressão temática e remática, posto que se pode desenvolver um texto tanto apresentando novos temas [...] quanto trazendo novos remas (novas declarações), ou seja, a metarregra da progressão estará relacionada à maneira como o aluno apresenta um tópico novo e realiza os comentários e desenvolvimento desse tópico. A nosso ver, essa metarregra está diretamente relacionada ao fator de textualidade “informatividade” de Beaugrande e Dressler (1981), uma vez que a progressão textual é desenvolvida com base nas informações expressas no

texto que, para ser mais bem aceito pelo interlocutor, não deve ser extremamente previsível ou muito difícil de entender, mantendo assim um grau mediano de informatividade, possibilitando a interação.

Nas palavras de Charolles (2006, p. 57): “[...] a produção de um texto coerente supõe então que seja realizado um delicado equilíbrio [...] entre continuidade temática e progressão semântica (ou rêmica).

Por meio dessa metarregra, o escritor pode ser ensinado a articular, em seu texto, as ideias a partir de declarações já apresentadas, a introduzir e abordar um referente de forma clara e objetiva, sem “rodeios”. Se dominar o uso da progressão textual, o discente pode ser instruído a desenvolver sua composição textual com informações cheias de novidades, mas que estejam ao alcance do leitor, ou seja, durante o processo de elaboração do texto, ao considerar seu interlocutor, o autor deverá ter em mente a manifestação de um equilíbrio do grau de informatividade em sua produção textual, calculando o que pode permanecer explícito ou implícito no texto (em razão da possibilidade de ser recuperado por meio de inferência ou com base no conhecimento compartilhado que o interlocutor possui). Essa metarregra da progressão, associada ao fator da informatividade – proposta por Beaugrande e Dressler (1981) –, possibilita ao docente analisar se, na produção textual do aluno, há dados suficientes para que leitor construa e interprete os sentidos objetivados no projeto de dizer do escritor (desse aluno); para identificar se o aluno consegue trazer em seu texto informações novas que se somam às demais ideias já apresentadas; se esse discente é capaz de elaborar declarações sobre as informações propostas que favoreçam a progressão textual de forma não redundante e acessível ao leitor.

A terceira metarregra, “da não contradição”, expressa que, para um texto ser coerente, “é preciso que no seu desenvolvimento não se introduza nenhum elemento semântico que contradiga um conteúdo posto ou pressuposto por uma ocorrência anterior, ou deduzível desta por inferência” (Charolles, 1997, p. 107).

A quarta e última metarregra, denominada metarregra da relação, é abordada pelo autor do seguinte modo: “para que um texto seja coerente “é preciso que os fatos que se denotam no mundo representado estejam relacionados” (Charolles, 1997, p. 199).

De modo geral, essa metarregra se refere a como os fatos ocorridos nos textos estão articulados e encadeados, a como se relacionam e estão organizadas as ideias apresentadas pelo produtor do texto e a “o que é que alguma coisa tem a ver com a outra?”. Sobre esse

ponto, destacamos a dificuldade que muitos alunos encontram para costurar as informações de seus textos de modo a deixá-las articuladas, claras e sem quebras bruscas nos tópicos em desenvolvimento. Na maioria dos casos, o que se vê, nos textos dos discentes, são ocorrências de frases ou parágrafos que não têm relação nenhuma com as outras partes do texto, isto é, ocorrências de frases que não retomam ou continuam a ideia apresentada no texto, ou casos de severa mudança de tópico entre parágrafos, no qual a continuidade temática fica onerada em virtude da falta de articulação entre os parágrafos anteriores e posteriores.

A grade da Vunesp contempla essas quatro metarregras.

A falta de um assunto comum (metarregra da repetição) que sirva de espinha dorsal ao texto cria um texto caótico, o que deixa o candidato no nível 1 da avaliação. A falta de progressão temática (metarregra da progressão) faz um texto circular e a inconsistência de informações cria contradições (metarregra da não contradição), impondo ao corretor atribuir o nível 2 a um texto com essas falhas.

A falta de articulação, por sua vez, pode ser grave, à medida que não apresenta justificativas nem exemplos para um ponto de vista; ou leve, à medida que não mantém as condições necessárias para a autonomia do texto (metarregra de relação – nesse caso, entre os fatos e as opiniões).

Vejamos esses níveis com mais cuidado.

Descritor do nível 1 de coerência:

“Argumentos” apresentados de forma caótica, (nos quais) não há direção única, pois os “argumentos” não se relacionam entre si, nem com o ponto de vista definido, são uma falha que advém justamente da falta de um *frame*, de uma seleção, de um recorte. Geralmente, são textos genéricos, sem informatividade, sem objetivo. Logo mais, veremos esse problema na análise da redação completa do **Exemplo abaixo da média**, na próxima sessão desta tese. Não à toa, na mesma faixa de nota, haverá um descritor que se refere a informações confusas para um leitor autônomo (que não teve acesso aos textos da coletânea ou à temática abordada). Em verdade, podemos dizer que redações que se encontram nesse nível de coerência são uma lista de comentários e não conseguem se transformar em um texto, entendido aqui como um todo de sentido sistêmico e sistematizado por um autor.

Descritor do nível 2 de coerência:

Argumentos superficiais, que pouco contribuem para a defesa do ponto de vista adotado pelo autor da redação ou com pouco desenvolvimento: muitas lacunas – não se explicitarem os **porquês** e **como** é um defeito argumentativo que surge da falta de clareza na apresentação dos fatos. A falta de explicitação das narrativas argumentativas (que também chamamos de narrativas na textualização) implica uma falta de contextualização para servir de suporte à opinião.

Esse princípio foi estudado na narratologia de Tobin (2018), para quem todo texto exige uma ancoragem. Ela se questiona: “Por que algumas surpresas nos encantam como os finais dos romances de Agatha Christie, como filmes com finais surpreendentes a exemplo de O sexto sentido?” (Tobin, 2018, p. 12).

Escrevendo na intersecção da ciência cognitiva e do prazer narrativo, Tobin (2018) explica como nossos cérebros conspiram com histórias para produzirem aqueles enredos reveladores que definem uma “surpresa bem feita”. Ao traçar a prevalência de finais surpreendentes tanto na ficção literária como na literatura popular e mostrar como exploram os nossos limites mentais, Tobin (2018) subverte duas crenças comuns. A primeira é a de que há uma tendência da ciência cognitiva de considerar os preconceitos uma forma de fraqueza e fracasso moral. A segunda é a de que há uma presunção de certos críticos de que finais surpreendentes são meros artifícios superficiais. Tobin (2018) mostra que construir um bom plot twist é uma arte complexa que reflete uma compreensão sofisticada da mente humana. Lendo literatura clássica, popular e obscura, com as pesquisas mais recentes em ciência cognitiva, Tobin (2018) argumenta que uma boa surpresa funciona tirando vantagem de nossos limites mentais. *Elements of surprise* descreve como preconceitos cognitivos, atalhos mentais e peculiaridades de memória conspiram com histórias para produzir ilusões maravilhosas e também fornece um sofisticado guia prático para escritores. Nas mãos de Tobin (2018), as interações entre enredo e cognição revelam as interdependências de surpresa, simpatia e criação de sentido. O resultado é uma nova apreciação dos prazeres da leitura que um bom autor deve oferecer ao seu leitor. Uma das premissas para esse procedimento é a ancoragem. Para Tobin (2018), é preciso ancorar as narrativas em elementos comuns e socialmente compartilhados. A surpresa sempre vem da apresentação do banal, cujo aspecto previsível poderá ser desafiado pelo que nos surpreende e, por isso, apraz-nos. Esse princípios dos best sellers podem ser facilmente transpostos para a argumentação de vestibular.

É preciso ressignificar aos alunos do Ensino Médio o que seria uma introdução. Em vez de ensinarmos a eles que a introdução deve ser um resumo do que se pretende dizer, precisamos mostrar-lhes que a introdução pode ser mais que isso. Ela pode ser a identificação de um problema no mundo real ou cultural que permite o direcionamento do olhar para um assunto. Nesse sentido, abrir o texto com apresentação de dados, com uma narração ancorada no cotidiano ou em saberes compartilhados, é uma estratégia que cria uma expectativa no leitor e lhe ativa a curiosidade para saber o porquê daquelas informações na discussão de um assunto que começa a se delinear. Em outras palavras, ancora a leitura e otimiza a comunhão entre autor e leitor.

Começar o texto com figuras corporifica o assunto porque permite ao leitor ter sensações e a estabelecer analogias com aquilo que ele vê, ouve, degusta, cheira e toca no mundo real. Assim, a premissa se concretiza. A introdução, portanto, não seria uma apresentação de uma proposição que resuma o texto. A textualização torna-se, assim, uma entidade em contínua construção. Apenas definir o problema com conceitos sem traduzi-los para uma exposição de como esses problemas se manifestam em nosso mundo cria um texto que não se comunica com o leitor. Essa estratégia não ancora o texto do autor à leitura do leitor porque abstrações são demasiadamente subjetivas.

A segmentação das tipologias de texto é uma estratégia didática que precisa ser relida. Alunos e professores precisam se esforçar para perceber que os tipos de textos nunca são operados de forma estanque e isolada nas situações reais de comunicação. É preciso contar histórias para argumentar bem. É preciso opinar para descrever bem. É preciso oferecer descrições para narrar bem. Observa-se, portanto, uma integração entre as tipologias textuais. Quando isso não acontece, os textos ficam esvaziados de sentido e a comunicação não se efetiva.

Descritor dos níveis 3 e 4 de coerência:

Esses níveis são alcançados quando:

- a. o candidato constrói um texto que tem um assunto comum que articula níveis de discussão distintos para a constituição de uma progressão temática;
- b. o candidato consegue imprimir autonomia e autoria ao seu texto.

O que determina a diferença entre o nível 3 e o nível 4 são a função das informações apresentadas e o grau de capacidade de, com elas, opinar e analisar o que se pede, justificando os pontos de vista articulados ao objetivo do texto global.

Para que essa articulação seja possível, entram em cena os recursos coesivos. Se no critério B avaliamos as relações semânticas, no critério C avaliaremos os aspectos gramaticais desses procedimentos que constroem sentidos.

Observemos:

Figura 15 – Critério C da Vunesp – Modalidade e Coesão – para o vestibular da São Camilo 2022

CRITÉRIO C – ELEMENTOS LINGÜÍSTICOS (MODALIDADE E COESÃO)				
Ortografia, separação silábica, acentuação, crase, pontuação, regência (verbal e nominal), concordância (verbal e nominal), construção frasal, informalidade, precisão lexical + elementos coesivos				
1	ERRO(S) RECORRENTE(S) + VARIADOS + GRAVES	E/ OU	O uso dos recursos coesivos é rudimentar ou tais recursos são utilizados de maneira equivocada ao longo de todo o texto, de forma a prejudicar o entendimento das relações estabelecidas.	
	MUITOS ERROS + GRAVES			
	EXCESSO DE ERROS			
2	ERRO(S) RECORRENTE(S) + VARIADOS	E/ OU	A ligação intraparágrafos e interparágrafos é ruim ou quase inexistente .	Textos na forma de monobloco não devem ultrapassar a nota 2 apenas no critério C.
	ERRO(S) RECORRENTE(S) + GRAVES			
	ERROS VARIADOS + GRAVES			
	MUITOS ERROS			
3	ERROS EVENTUAIS	E/ OU	Há uso correto dos recursos coesivos em alguns momentos do texto e, quando não há, a ligação entre as partes do texto pode ser recuperada.	
4	RAROS ERROS	E	Uso adequado dos recursos coesivos: há valorização da relação entre as partes do texto em virtude do bom uso dos recursos coesivos.	

OBS.1: Descontar 1 ponto apenas no critério C em textos com 15 LINHAS OU MENOS (sem contar o título).

OBS.2: Textos com 20 linhas (sem contar o título) ou menos não podem alcançar a nota máxima, no critério C.

Fonte: Vunesp (2022c).

Geralmente, a tradição escolar resume a atividade coesiva aos operadores argumentativos (coesão por sequenciação – uso de conectivos). Todavia, pouco se ensina sobre as categorizações gramaticais no uso desses expedientes de forma expressiva e retórica.

Há uma gama de assuntos muito vasta para examinar essa problemática. Para que sejamos sucintos e cirúrgicos, escolhemos fazer uma análise **apenas de como a subordinação e a coordenação são importantes para uma correta articulação argumentativa e sintática**.

Ao fazê-lo, reforçamos a ideia de como é importante ensinar mecanismos de percepção do querer-dizer e do saber-dizer.

Em primeiro lugar, precisamos lembrar que a ordenação da coordenação e da subordinação pressupõe uma organização temporal e espacial. Explica-nos Abreu (2018, p. 354):

Quando temos orações coordenadas como:

Chega o carteiro [e me deixa uma carta].

César veio, [viu] [e venceu].

Ele não tinha o visto, [logo não pôde entrar no país].

não é possível inverter a ordem das orações, dizendo:

*[E me deixa uma carta] chega o carteiro.

*[E venceu], [viu], César veio.

*[Logo não pôde entrar no país], ele não tinha o visto.

O princípio que impede essa inversão é chamado de iconicidade temporal. Trata-se do princípio que leva os falantes de uma língua a representar o mundo da maneira mais aproximada possível, em termos de imagem. Segundo esse princípio, diremos: “Vera veio da Bahia para São Paulo”, mas nunca: “Vera veio para São Paulo da Bahia” porque, primeiramente, ela estava na Bahia e, depois, em São Paulo.

Também não é possível reduzir orações coordenadas, sem torná-las agramaticais ou mudar o sentido:

*O carteiro chega, [deixar-me uma carta].

*César veio, [vindo] e [vencendo].

*Ele não tinha o visto [não poder entrar no país].

As orações subordinadas não sofrem essas duas restrições. Se tivermos um período ou oração complexa como: “Ela não saiu, [porque estava frio]” podemos, facilmente, criar outra versão, invertendo a ordem das orações como em: “[Porque estava frio], ela não saiu”, ou ainda uma outra, reduzindo a oração subordinada: “Ela não saiu, [por estar frio]”.

Fazendo as duas coisas ao mesmo tempo, teríamos: “[Por estar frio], ela não saiu”.

A clara distinção entre coordenação e subordinação falta à maioria dos estudantes de Ensino Médio. Nesse sentido, a gramática desenvolvida por Abreu (2018) é um instrumento funcional para o ensino da língua. É uma gramática descritiva dos usos e dos processos cognitivos, não se limitando a apresentar as normas.

Seguindo a esteira do mestre, percebemos, com nossos alunos, que há nuances de sentido na utilização desses processos de articulação por conectivos. A subordinação forma uma cena. Consequentemente, ela mantém o mesmo sujeito semântico (por metonímia, analogia ou sinonímia) da oração principal, exceto se a subordinada for um comentário ou um juízo de valor do falante ou do ator da ação.

A coordenação justapõe e compara duas cenas distintas. Por isso, a coordenação de proposições pode manter ou não o mesmo sujeito semântico.

Para entender melhor, vejamos alguns exemplos:

Eu e Maria saímos para jantar. Eu comi muito. Mas, ela saiu da mesa com fome.

*Eu e Maria saímos para jantar. Embora eu tenha comido muito; ela saiu da mesa com fome.

Percebemos que a segunda enunciação causa um estranhamento porque funde duas cenas em uma só. A subordinação que exprime concessões funciona melhor quando mantemos o mesmo sujeito semântico, que não coincide obrigatoriamente com o mesmo sujeito sintático. Isso implica que o sentido da subordinação entre essas mesmas orações apresentaria necessidades semânticas diferentes:

*Eu e Maria saímos para jantar. Eu comi muito, embora ela tenha saído da mesa com fome.

Eu e Maria saímos para jantar. Eu comi muito, embora (eu) tenha saído da mesa com fome.

Uma forma eficiente de resolver esse problema seria a manutenção do mesmo sujeito semântico em orações subordinadas concessivas e causais, que articulam ações em uma mesma cena. Quando falamos em manutenção de uma mesma cena nas relações de subordinação, é preciso pensar em várias dimensões que a compõem:

- sujeitos nela envolvidos (sujeitos agentes e pacientes e seus respectivos destinatários, quando houver);
- tempo;
- espaço;
- iconicidade temporal.

Segundo Bergen (2019), a iconicidade constituiria na capacidade humana de projetar mentalmente objetos em seus detalhes imagéticos. Isso também ocorreria na organização linear das informações que seriam projetadas no desenvolvimento sintático dos períodos.

No caso de orações subordinadas concessivas e causais, sugerimos aos nossos alunos a manutenção dos sujeitos semânticos, que pode ser feita por quatro processos:

- uso de hiperônimos e hipônimos, como em “Ainda que a escola não tenha recursos, a instituição sobreviverá” ou “Ainda que a instituição não tenha recursos, a escola sobreviverá”;
- uso de sinônimos, como em “Ainda que a escola não tenha recursos, o colégio sobreviverá”;
- uso de pró-formas (pronomes, advérbios, sujeitos elípticos, verbos etc.), como em “Ainda que a escola não tenha recursos, (ela) sobreviverá”;

- uso de metonímias como em “Ainda que a escola não tenha recursos, seus alunos sobreviverão”.

Uma concessão não se efetiva, caso não seja o mesmo corpo a viver o paradoxo. É possível que corpos diferentes vivam situações adversas, o que seria expresso por uma oração coordenada adversativa. No entanto, a concessão exigirá que, em certo grau, o sujeito que sofre e que causa o paradoxo seja o mesmo. Do contrário, a relação de inconsistência e de quebra de expectativa que a concessão quer produzir poderá não se efetivar.

Muitas vezes, fazemos essa relação sem marcação gramatical da manutenção do sujeito. O contexto se encarregará de preencher as correções necessárias para que o sentido se complete. Por exemplo, quando dizemos “Ainda que chova, vou ao cinema”, queremos dizer que, “ainda que a chuva venha, ela não vai impedir que vá ao cinema”.

Logo, esse jogo de manutenção do mesmo corpo para as relações de concessão e de causa pode ocorrer por meio de implícitos e pressupostos.

Para demonstrar ainda melhor esse fenômeno nas orações subordinadas causais, pensemos no enunciado “Eu bati no João porque ele falou mal de mim”. Entendemos perfeitamente a relação de causa e efeito na formulação anterior, que é corriqueira. Contudo, ela ficará mais clara se dissermos que “O João apanhou porque ele falou mal de mim” ou que “Bati no João porque me ofendi com o que ele falou sobre mim”.

Em outras palavras, a proposta de manutenção do mesmo sujeito semântico na relação deixa mais clara a conjugação de ações de uma mesma cena. Não falamos aqui do sujeito sintático, que poderá mudar. No caso de “O João apanhou porque ele falou mal de mim”, o sujeito sintático de ‘apanhou’ é ‘João’, e o de ‘falou’ é ‘ele’.

Quando fazemos orações subordinadas comparativas, é preciso que se mantenha um paralelo entre termos que estejam em um perfeito paralelo.

Em “Maria cozinha como João costura: muito bem”, Maria e João são pessoas. ‘Cozinhar’ e ‘costurar’ são verbos de ação de um mesmo campo lexical. Nesse caso, não se mantém o mesmo sujeito. As orações subordinadas comparativas são um caso interessante porque, do ponto de vista semântico, **coordenam** duas cenas diferentes. Todavia, seguindo o princípio sintático da iconicidade temporal, é possível intercambiar a ordem da oração principal com aquela que a **ela está subordinada**. Na classificação da gramática entre os romanos, para o latim, o princípio da forma estava acima do princípio do conteúdo. Por se conservar esse

princípio em língua portuguesa, as comparativas permaneceram como subordinadas, ainda que coordenem duas cenas.

O entendimento dessa relação lógica de eventos, aos alunos, permite-lhes ler e escrever melhor. Finalidades, temporais e condicionais são orações que projetam impressões dos falantes sobre cenários hipotéticos ou reais. Dessa forma, funcionariam como sobreposição de uma opinião a uma única cena, que seria a da oração principal. Se observarmos os trechos em negrito (orações subordinadas de finalidade, de tempo, de condição), veremos que se trata de projeções do falante sobre a cena projetada da oração principal. Nesses casos, o sujeito não precisa se manter por não haver uma continuidade entre as ações para o estabelecimento necessário das relações de sentido que se pretende enunciar.

“Para você entrar na USP, eu pago uma escola cara”.

“Quando eu morrer, me enterrem na Lapinha”.

“Se você entrar na USP, te dou um carro, meu filho”.

Enfim, cabe-nos dizer que conectivos subordinados não fazem coesão intraperíodo. Eles apenas efetuam a retomada à oração principal, que estará no mesmo período em que se encontram. Os conectivos coordenados, por sua vez, por poderem fazer orações desgarradas, têm plena condição de retomar o período anterior, que pode estar no parágrafo anterior ou não.

A falta de domínio desse expediente gramatical pode criar desvios do que se quer comunicar. Por exemplo, vejamos dois enunciados:

A polícia prendeu os ladrões, **mas** não conseguiu recuperar as joias.

Embora a polícia tenha prendido os ladrões, não conseguiu recuperar as joias.

No primeiro caso, temos duas cenas. Os ladrões roubaram uma joalheria. Fugiram. A polícia os encontra e os prende. As autoridades abrem investigação para recuperar os bens roubados. Passam-se anos e as joias não são recuperadas.

No segundo caso, temos uma cena. Os ladrões roubam uma joalheria. Na tentativa da fuga, são pegos pela polícia. Todavia, naquele mesmo momento, eles já não estavam mais com as joias porque, se quisermos especular, eles as esconderam em algum lugar no percurso da fuga.

Isso mostra que não basta decorar os conectivos. É preciso saber operacionalizá-los. Na próxima sessão, faremos a análise dos textos na íntegra de onde foram tirados os exemplos 3 e 4. Realizaremos ainda a análise de um texto abaixo da média e de outro texto acima da média para

demonstrar como as narrativas metalinguísticas (da textualização) e as narrativas argumentativas (na textualização) são fundamentais para a construção de uma boa argumentação.

Falaremos brevemente da coesão por orações subordinadas adjetivas e substantivas porque elas raramente apresentam problemas na argumentação de alunos nativos do Ensino Médio.

As orações adjetivas servem para condensar em um único período duas orações que tenham um mesmo termo e podem, como bem sabemos, manifestar-se na forma de explicativas ou restritivas:

Se tivermos:

A boneca é de porcelana
A perna **da boneca** quebrou.

Podemos condensar esses períodos de dois modos distintos:

1. A boneca, cuja perna é de porcelana, quebrou.
2. A boneca cuja perna é de porcelana quebrou.

No primeiro caso, estamos explicando por que a boneca quebrou. No segundo enunciado, estamos especificando qual boneca quebrou.

As orações substantivas servem para desempacotar uma informação, oferecendo ao leitor mais detalhes sobre dada ação, dado processo ou dado estado.

Minha filha gosta de leitura.
Minha filha gosta de ler livros sobre história.

Por fim, vale citar o precioso trabalho de Favero e Kosh (2002, p. 29), ao analisarem as pró-formas:

A substituição se dá quando um componente é retomado ou precedido por uma pro-forma (elemento gramatical representante de uma categoria como, por exemplo, o nome; caracteriza-se por baixa densidade sêmica: traz as marcas do que substitui). No caso de retomada, tem-se uma anáfora e, no caso de sucessão, uma catáfora. As pro-formas podem ser pronominais, verbais, adverbiais, numerais, e exercem função de pro-sintagma, pro constituinte ou pro-oração.

Nosso trabalho analisará as coordenações e as subordinações com especial atenção, pois elas permitem fazer um estudo também da organização das narrações argumentativas. O entendimento de organização dos fatos é uma forma de manifestação da narrativa metalinguística. Ter essa habilidade bem desenvolvida é fundamental para a redação de um bom argumento.

3 ENSAIOS DE PRÁTICAS

3.1 Metodologia

Nesta segunda sessão, vamos analisar três textos cedidos por alunos do Laboratório de Redação Adriano Chan, que fizeram a prova e nos ofereceram seus espelhos. Ressaltamos que obtivemos o consentimento por escrito dos autores cujos textos não foram publicados em qualquer outro lugar. Eles nos concederam suas redações para estudo e, a fim de respeitar as condutas éticas, permitiram também que o anonimato fizesse parte do contrato de cessão.

Nossa metodologia, que terá o parágrafo como ente fundamental, seguirá os seguintes passos:

1. Resumir o parágrafo, analisando a funcionalidade das figuras para a produção de uma argumentação consistente com o que foi pedido pelo tema, sem perder de vista a progressão temática do texto e o todo de sentido, considerando o apontamento de lacunas. Fazer alguns apontamentos da narrativa argumentativa no texto, buscando estudar a coerência nos níveis do parágrafo e do texto, avaliando:
 - a. como as figuras comprovam sua microtese;
 - b. como as microteses contribuem para a macrotese (que pode estar em qualquer lugar do texto, mas que precisa estar evidenciada na conclusão).
2. Descrever a narrativa metalinguística que dá origem à argumentação, retomando os conceitos desenvolvidos no Capítulo 2.
3. Estudar os recursos coesivos com ênfase nos usos dos mecanismos de coordenação e subordinação (coordenação e subordinação na coesão do texto).
4. Apontar, se necessário, algum aspecto adicional ao que já foi até aqui exposto (apontamentos finais da análise).

Após cumprirmos esses passos, vamos atribuir a nota a partir da grade já exposta no Capítulo 2 deste trabalho.

3.2 Análise de redação abaixo da média

Em primeiro lugar, vamos esclarecer o que é uma redação abaixo da média.

A grade da Vunesp, que usamos, vai de 0 a 11. A maioria dos aprovados em cursos de alta concorrência, tomando medicina como exemplo, precisa de 9 de 11 para ser convocado. Essa grade foi utilizada até 2023. Em 2024, a grade mudou. Ela agora vai de 0 a 14.

A nota média dos alunos, na grade antiga, é de 7,0 a 8,5 de 11. Cabe-nos lembrar que não existem notas quebradas. Elas surgem quando se faz a média dos pontos atribuídos por dois corretores que corrigem o mesmo texto às cegas (sem ter acesso à correção do colega). Por exemplo, um corretor atribui 7 de 11 e outro, 8 de 11. Assim, a média fica 7,5 de 11.

Uma redação abaixo da média, geralmente, oscila de 4 a 6,5 de 11.

Vejamos um caso típico:

Exemplo 5:

Atualmente, precisamos saber o que fazer com os bens digitais de pessoas falecidas, ou seja, as heranças digitais, pois a tendência é a de que boa parte do legado cada vez mais pertença ao ambiente on-line. Assim, é preciso analisar (sic est) o direito de transferência patrimonial das famílias e a privacidade do morto afim (sic est) de intender (sic est) a questão.

Em primeiro lugar, o mundo digital é muito rico. As pessoas precisam ficar (sic est) atentas com como farão com suas riquezas quando morrerem (sic est). As famílias podem ficar sem receber suas heranças como foi o caso da cantora Marília Mendonça. Embora os herdeiros da cantora tenham no final recebido sua herança, a justiça ficou perdida na sua decisão. Segundo Kant, o homem é aquilo que a educação faz dele. A ignorância das pessoa (sic est) sobre o assunto é corriqueira e cotidiana (sic est). Fazendo que muitas riquezas tenham que ser discutidas (sic est) na justissa (sic est).

Em segundo lugar, a privacidade do morto tem que ser respeitada. Todos temos direito a essa lei (sic est). A Declaração dos Direitos Humanos informa (sic est) que todo homem, morto ou vivo, deve ser livre para ter sua privacidade garantida (sic est). Não podemos ficar falando mal de pessoas que não estão mais aqui para se defender, o que ocorre (sic est) no crime de injúria e calúnia.

Portanto, apesar de o morto ter direitos, a família deve ter o direito de receber os bens digitais, como aconteceu com Marília Mendonça a partir das ideias do filósofo alemão.

3.1.1 Análise do primeiro parágrafo da redação abaixo da média

Atualmente, precisamos saber o que fazer com os bens digitais de pessoas falecidas, ou seja, as heranças digitais, pois a tendência é a de que boa parte do legado cada vez mais pertença ao ambiente on-line. Assim, é preciso analisar

(sic est) o direito de transferência patrimonial das famílias e a privacidade do morto afim (sic est) de intender (sic est) a questão.

Passo 1. Resumir o parágrafo, analisando a funcionalidade das figuras para a produção de uma argumentação consistente com o que foi pedido pelo tema, sem perder de vista a progressão temática do texto e o todo de sentido, considerando lacunas. Fazer alguns apontamentos da narrativa argumentativa no texto, buscando estudar a coerência nos níveis do parágrafo e do texto, avaliando:

- a. como as figuras comprovam sua microtese;**
- b. como as microteses contribuem para a macrotese (que pode estar em qualquer lugar do texto, mas que precisa estar evidenciada na conclusão).**

O autor apenas apresenta-nos a informação de que não sabemos como tratar as heranças digitais. Para tanto, ele copia um trecho do primeiro texto da coletânea. Não há nenhum fato que ancore essa ideia no mundo real ou cultural. Isso significa dizer que **não há uma figura que ancore a ideia em elementos concretos do mundo compartilhado com o leitor**. Assim, o texto não se corporifica na projeção mental do leitor, o que compromete a argumentação, que carece de provas para sua proposição. Tampouco o parágrafo estabelece alguma relação entre as proposições esperadas pela frase temática e sua coletânea de textos. A redação se resume a tratar das palavras-chave.

Consequentemente, nenhum dos elementos esperados (herança digital/privacidade do morto e de terceiros/direito patrimonial da família) é profundamente contemplado na introdução. Ainda, ao apresentar os blocos temáticos, o autor faz uma grave redução: em vez de falar sobre a **privacidade do morto e de terceiros**, aborda-se acerca da **privacidade apenas do morto**, deixando a **privacidade de terceiros** fora da reflexão.

Como esse texto não tem nenhuma figura, nesse parágrafo não haverá narrativa argumentativa. Tampouco perceberemos uma interação entre microteses e macroteses. Isso ocorre porque a narrativa metalinguística desse texto (fundamentada no ensino tradicional de redação difundido por sistemas de ensino) entende que as palavras-chave precisam ser apresentadas para, depois, na argumentação, serem desenvolvidas. Isso até poderia ser feito se a grade oficial e o edital não exigissem o uso de debates de princípios propostos na coletânea. Em razão dessa exigência e da limitação de espaço de 30 linhas na prova, não haverá espaço físico para a redação desenvolver todas as ideias caso fiquemos em uma introdução que não apresente, à primeira vista, uma proposição clara para abrir a análise. Em outras palavras, a introdução não pode ser um mero *preview* das discussões que virão.

Por não haver nenhuma narrativa argumentativa na introdução, o texto será esvaziado de provas, que seriam o fator gerador de opiniões. Trata-se de um parágrafo sem conteúdo discursivo que segue uma fórmula que contempla uma forma meramente textual.

Professores de redação, ao ensinarem as narrativas metalinguísticas, precisam entender que sua missão é dar conta tanto dos fenômenos do texto (coesão, coerência, uso de expedientes gramaticais com estilo) quanto da natureza discursiva (que compreende articulação de saberes, gerenciamento de relação e de informação com o leitor, manipulação ideológica). No entanto, para tanto, é preciso haver um autor que pense sobre o tema que será comunicado e o analise de forma orgânica. Ninguém, no procedimento científico, começa a análise pelas conclusões. O texto dedutivo não se inicia com uma macrotese, mas com uma hipótese que será averiguada. O texto ensinado na escola faz essa outra confusão.

Outro problema que se verificará é que o texto deverá se tornar uma lista de comentários que circularão em torno do primeiro parágrafo, que, esvaziado de conteúdos no plano do discurso, deixará a redação repetitiva e sem progressão temática. Em virtude de todos esses fatores, **na leitura isolada** desse parágrafo, não há elementos suficientes para análise de coerência. Não observamos nenhuma de suas metarregras no plano do conteúdo, cabendo-nos uma mera análise formal da coesão.

Se fizermos uma leitura a partir do quadrado de relações aristotélicas, as premissas assumidas pelo autor não se relacionarão. Não há nenhum senso de contrário, nem de contraditórios. Consequentemente, não há uma tensão conceitual capaz de deixar claros os princípios de uma narrativa, estabelecendo-se uma lista de comentários:

Precisamos saber o que fazer com os bens digitais de pessoas falecidas		A tendência é a de que boa parte do legado cada vez mais pertença ao ambiente on-line
	Sem relação de contrários nem contraditórios – falta tensão narrativa	
o direito de transferência patrimonial das famílias deve ser analisado		o direito de transferência patrimonial das famílias e a privacidade do morto devem ser entendidos

Duas proposições são igualmente vazias de sentido:

Precisamos saber o que fazer com os bens digitais de pessoas falecidas

e

o direito de transferência patrimonial das famílias e a privacidade do morto devem ser entendidos.

Elas anunciam a falta de entendimento que o autor tem sobre o assunto. Portanto, do ponto de vista de comunicação, ainda que introduzam o assunto em questão, elas não agem em favor da leitura de quem vai receber a mensagem.

As outras duas sentenças são afirmações do senso comum que não estabelecem nenhum conceito inicial nem uma cena de pressuposto para que a leitura de um leigo no assunto se estabeleça:

o direito de transferência patrimonial das famílias deve ser analisado

e

A tendência é a de que boa parte do legado cada vez mais pertença ao ambiente on-line

Há, ainda, uma falta de organização na ordem das informações, as quais são apresentadas de modo aleatório. Seria melhor se o autor juntasse informações em blocos afins em nome de uma sequência mais lógica para mostrar sua ignorância sobre o assunto que ele pretende escrever. Essa ignorância do tema, admitida no começo do texto, enfraquecerá o convencimento do leitor.

Passo 2. Descrever a narrativa metalinguística que dá origem à argumentação, retomando os conceitos desenvolvidos no Capítulo 2 (narrativa metalinguística).

Claramente, o autor do texto foi instruído a apresentar a macrotese (tese do texto, que deve ser entendido como um todo de sentido) na sua introdução, seguindo a tradicional lógica escolar de construção textual. Isso pode ser feito desde que as microteses sirvam para justificar uma hipótese inicial. Entretanto, a narrativa metalinguística, que é tradicionalmente evocada, vai em outra direção. Ela acredita que o autor seja capaz de tomar uma posição sobre uma opinião perante qualquer assunto de imediato. É muito artificial pedir que alguém assuma um ponto de vista sobre alguma coisa sem que essa pessoa faça uma análise prévia de fatos para se colocar na discussão.

Nas situações imediatas da vida, experiências anteriores permitem que sejamos rápidos na tomada de decisão que integra nosso cotidiano. Por exemplo, se perguntarmos a alguém se devemos usar adoçante ou açúcar, haverá aqueles que dirão que o adoçante (por ser menos calórico) será a melhor opção. Outros afirmarão que o açúcar (por ser mais nutritivo) deverá ser usado. Nesse caso, as experiências do dia a dia estão presentes na natureza da pergunta.

Isso não acontece quando temos que descobrir o que há entre a privacidade do morto de terceiros e o direito patrimonial da família nas heranças digitais. Talvez, um aluno de direito ou um jurista formado poderiam responder de imediato à questão, por já terem tido vasta leitura sobre o assunto. Uma pessoa leiga em direito teria de examinar os fatos para elaborar uma resposta. Isso mostra que o modo de ensinar a narrativa metalinguística desconsidera a forma que as frases temáticas assumem nas provas e suas respectivas nuances de significado.

Nitidamente, a narrativa metalinguística para elaboração do texto apresenta sérias falhas, quando ignora a coletânea que, segundo o manual do candidato, deve ser utilizada como base para a elaboração da prova de redação.

Por essa razão, as introduções feitas com essa narrativa metalinguística falham. Intuitivamente, os alunos tendem a dizer que não sabem a resposta sobre o que lhes foi perguntado e que deverão fazer uma análise. O problema é que, como veremos adiante, a análise raramente acontece e a resposta surge subitamente com pouca elaboração.

O esquema mental do texto indutivo (com a macrotese já no início), que rege a construção do texto, conseqüentemente, ignora, na introdução, a indagação feita pela frase temática: **Herança digital: entre o direito patrimonial da família e a privacidade do morto e de terceiros.**

A exegese do texto se limita a apontar uma tensão lexical entre o direito patrimonial e a privacidade do morto na herança digital. No entanto, a falta de tema e de rema no desenvolvimento do parágrafo compromete o entendimento do leitor sobre a função dessa tensão na formulação da opinião no parágrafo e no texto.

A narrativa metalinguística tradicional se sustenta na ideia equivocada de que a introdução é o lugar de já estabelecer o que se vai dizer, apresentando todos os aspectos que serão posteriormente desenvolvidos. Entretanto, essa abordagem desconsidera, como já discutimos no Capítulo 2 deste trabalho, a natureza fluida do discurso que deverá dialogar com seu autor e com seu leitor. A cadeia de informações surge a partir das escolhas de palavras e de construções sintáticas, que orientarão quais informações virão a seguir.

Uma sugestão para corrigir essas falhas é propor que a introdução seja:

- a. uma exposição de uma hipótese que deverá ser verificada (caso se deseje manter a ideia de que a macrotese deva vir no primeiro parágrafo);
- b. a construção de uma figura que se delimite como uma manifestação da ideia do parágrafo no mundo real ou cultural (se houver a presunção de apresentar o tema de modo que a percepção do leitor consiga entendê-lo por meio de fatos concretos – reais ou imaginados; despertando, em quem lê, experiências corporificadas do que já foi previamente experimentado pelo autor e pelo leitor por meio de seus sentidos).

Passo 3. Estudar os recursos coesivos com ênfase nos usos dos mecanismos de coordenação e subordinação (coordenação e subordinação na coesão do texto).

Do ponto de vista da coesão, o texto segue uma fórmula muito ensinada em cursinhos e em escolas. Todavia, quando analisamos o uso das estruturas de coesão, observamos que há um descompasso entre expressão e significado.

Nesse primeiro parágrafo, o uso de ‘atualmente’ é redundante. O advérbio só é necessário se houver uma descontinuidade temporal, que é produto da comparação entre o presente e o passado ou entre o presente e o futuro.

O conectivo ‘ou seja’ deveria ser usado para marcar uma explicação. Nesse caso, sua utilização é inadequada pois “saber o que fazer com os bens digitais de pessoas falecidas” não é uma explicação do que sejam “as heranças digitais”.

O conectivo ‘pois’ está adequado e aponta uma causa, porém ele faz parte de um trecho copiado. No original, presente na coletânea, lia-se: “Um dos aspectos de extrema relevância a ser analisado nessa nova realidade é o que fazer com os bens digitais de pessoas falecidas, ou seja, as heranças digitais, **pois** a tendência é a de que boa parte do nosso legado cada vez mais pertença ao ambiente on-line”.

O ‘pois’, nesse caso, indica uma oração subordinada causal. Mantém-se, assim, o mesmo sujeito semântico por metonímia. A “**tendência**”, que é o sujeito de ‘ser’ na oração subordinada, refere-se a (uma tendência de) “**um dos aspectos de extrema relevância a ser analisado nessa nova realidade**, que é o sujeito da oração principal.

O conectivo ‘assim’ deveria exprimir uma ideia de conclusão ou de consecutividade. Como não retoma a ideia do período de *input* (que precede o conectivo), a articulação com o período de *output* está errada, caso o consideremos um conectivo conclusivo. Porque não há

uma ideia de temporalidade de ações em que uma é decorrente da outra, também não podemos afirmar que se apresenta uma ideia de consequência. Por essa razão, seu uso está inadequado.

Por fim, o conectivo ‘a fim de’, grafado erroneamente (“afim de”) está usado corretamente, indicando a finalidade da discussão proposta pelo autor.

Passo 4. Apontar, se necessário, algum aspecto adicional ao que já foi até aqui exposto (apontamentos finais da análise).

Cabe-nos dizer que as coordenadas explicativas são um caso à parte. Elas não apresentam duas cenas articuladas, como é o caso das outras coordenadas. Isso ocorre em razão de sua natureza definicional, que é desprovida de uma assertividade temporal por se inserir no mundo comentado e se distanciar do mundo narrativo.

Isso se aplica ao conectivo ‘ou seja’, presente nesse parágrafo.

Outro aspecto que podemos apontar refere-se ao uso do ‘a fim de’. A manutenção do mesmo sujeito da oração principal facilita a comunicação de uma única cena no caso das subordinadas, mas não é uma regra fechada. Quando o autor projeta sua opinião sobre uma cena, é possível mudar o sujeito daquela oração principal porque temos diante de nós uma opinião, e não uma sequência narrativa de fatos, configurando-se uma única cena. Ainda sobre esse conectivo, é preciso notar a alta frequência em que a expressão aparece grafada fora da norma (afim de), indicando uma mudança de comportamento.

3.1.2 Análise do segundo parágrafo da redação abaixo da média:

Transcrição do segundo parágrafo:

Em primeiro lugar, o mundo digital é muito rico. As pessoas precisam fica (sic est) atentas com como farão com suas riquezas quando morrerem (sic est). As famílias podem ficar sem receber suas heranças como foi o caso da cantora Marília Mendonça. Embora os herdeiros da cantora tenham no final recebido sua herança, a justiça ficou perdida na sua decisão. Segundo Kant, o homem é aquilo que a educação faz dele. A ignorância das pessoa (sic est) sobre o assunto é corriqueira e cotidiana (sic est). Fazendo que muitas riquezas tenham que ser discutidas (sic est) na justissa (sic est).

Passo 1. Resumir o parágrafo, analisando a funcionalidade das figuras para a produção de uma argumentação consistente com o que foi pedido pelo tema, sem perder de vista a progressão temática do texto e o todo de sentido, considerando lacunas. Fazer alguns

apontamentos da narrativa argumentativa no texto, buscando estudar a coerência nos níveis do parágrafo e do texto, avaliando:

- a. como as figuras comprovam sua microtese;**
- b. como as microteses contribuem para a macrotese (que pode estar em qualquer lugar do texto, mas que precisa estar evidenciada na conclusão).**

No segundo parágrafo, o autor cita o caso de Marília Mendonça e tenta analisá-lo sob a luz de Kant com o intuito de desenvolver alguma ideia sobre o direito patrimonial da família nos casos de heranças digitais.

A figura de Marília Mendonça (cantora sertaneja morta em 2021, cujo inventário incluiria um perfil do Instagram com mais de 40 milhões de seguidores, uma conta monetizada no YouTube, com centenas de milhões de visualizações e com direitos autorais das músicas da cantora) não é desenvolvida suficientemente para que o leitor entenda o problema do direito patrimonial. A própria coletânea dá ao autor do texto possibilidades de direcionamento para a discussão jurídica. Todavia, como não há uma narração do episódio na redação dessa redação, a opinião autoral não consegue se efetivar. A narratividade argumentativa não encontra seu objetivo final. Apresenta-se, no segundo parágrafo, citação de um exemplo que não tem nenhuma função.

Novamente, a exemplo do que acontece no primeiro parágrafo, não há um objetivo claro para esse segundo parágrafo. A noção de direito patrimonial não é desenvolvida e a coletânea é totalmente ignorada.

A falta da narração de uma figura do mundo real impossibilita estabelecer uma relação entre o que os fatos nos relatariam (se fossem bem apresentados) e a sua função para a criação de uma opinião que responderia à indagação proposta. Assim, não existe, nesse parágrafo, uma microtese clara. Há, antes, outra lista de comentários que afirma que as famílias podem não ter seu direito patrimonial garantido. Todavia, não fica claro que essa violação acontece no universo das heranças virtuais. Dessa forma, por não articular fatos e ideias com os elementos da frase temática, observamos uma parcial fuga temática.

O princípio da metarregra de repetição não se verifica entre a informatividade do caso ligado aos herdeiros da cantora sertaneja e a das ideias de Kant, de forma a não criar uma linha de conexão entre os elementos da argumentação, violando a continuidade do raciocínio do parágrafo. Em razão da mudança brusca de tópicos, observa-se, também, quebra na progressão.

Não se pode progredir em percursos de pensamentos distintos. A progressão pressupõe certa linearidade num mesmo eixo temático.

Quanto à contradição, ela não ocorre no parágrafo. Entretanto, a não contradição também não é verificável, porque ela não é possível quando comentários de fatos tão distintos, quanto a morte de uma cantora e o conceito de um filósofo, são mera e simplesmente justapostos.

Por conta de todas essas violações da lógica da informatividade, o texto não articula dados nem opiniões. Isso faz dele uma redação com baixo grau de coerência.

As informações do parágrafo dispostas no quadrado aristotélico se apresentariam da seguinte forma:

As famílias podem ficar sem receber suas heranças como foi o caso da cantora Marília Mendonça		Embora os herdeiros da cantora tenham no final recebido sua herança, a justiça ficou perdida na sua decisão. Segundo Kant, o homem é aquilo que a educação faz dele
Sem relação de contrários nem contraditórios – falta tensão narrativa		
O homem é aquilo que a educação faz dele (para Kant?)		Muitas riquezas tenham que ser discutidas (sic est) na justissa (sic est).

Ao analisarmos o quadrado de proposições, não há nenhuma relação entre Kant e o caso de Marília Mendonça, nem entre Kant e a justiça.

Na segunda coluna, observamos uma redundância na medida em que as proposições falam a mesma coisa, repetindo o erro que já acontecia no primeiro parágrafo. Há ainda uma construção de sentido mal elaborada: como pode “o caso de Marília Mendonça”, que está morta, ser o “caso das famílias que podem ficar sem receber suas heranças”? Seria melhor se o autor dissesse, por exemplo, que as famílias podem ficar sem receber suas heranças como foi o caso dos herdeiros de Marília Mendonça. Essa elipse é usada na língua falada, mas ela deixa lacunas de sentido que precisam ser preenchidas pelo leitor. A prova condena essa falta de precisão de uso da língua, tão comum no cotidiano.

Passo 2. Descrever a narrativa metalinguística que dá origem à argumentação, retomando os conceitos desenvolvidos no Capítulo 2 (narrativa metalinguística).

Claramente, a narrativa metalinguística que dá origem a esse texto é aquela que ensina que os elementos da introdução devam ser retomados e desenvolvidos. A lógica é a do tema e do rema. Todavia, como não há a configuração nem a objetivação de desenvolvimento de uma nova ideia que agregue perspectiva ao que já foi dito, o parágrafo apenas remete ao tema

do direito patrimonial da família mencionado na introdução, sem agregar nenhuma evolução na análise do assunto. Essa argumentação se resume a tentar, sem sucesso, retomar e definir, por meio de poucos exemplos, o que seria esse direito patrimonial. É preciso lembrar o que nos ensina Halliday (2004), conforme vimos anteriormente: a lógica do tema e do rema é uma relação frase a frase e não pode ser construída para prever o comportamento de um texto.

Não há escuta, pelo autor do texto, cujas escolhas gramaticais deveriam servir de tema e de rema para o desenvolvimento da informatividade. Tampouco há continuidade período a período na elaboração do parágrafo. Por essa razão, falta contiguidade parágrafo a parágrafo na elaboração do raciocínio textual e na síntese das microteses para a efetivação da macrotese.

Como consequência, temos as lacunas na narração dos eventos que serviriam de fundamento para a constituição de uma opinião devidamente apoiada em dados do mundo real ou do mundo cultural.

O texto se cala com relação a importantes perguntas que se formulam na mente de um leitor que não conhece o caso de Marília Mendonça:

- Qual a reivindicação da família na justiça sobre esse espólio digital?
- Por que a família teria (ou não) o direito a tais bens?
- Qual a polêmica acerca dessa questão?
- O que é o direito patrimonial? Quais suas regras elementares?
- Como a família de Marília Mendonça não recebeu sua herança de direito?

Essas perguntas surgem do fluxo de informatividade na forma que o argumento assume, por meio de escolhas lexicais que exigirão maior explicação ou exemplificação. É preciso assumir que o leitor é uma tábula rasa. A organização informacional em sua ordem temporal e espacial é fundamental para a ordenação do ponto de vista. A linearidade na construção do texto, desse modo, criaria efeitos de sentido mais claros.

Seria mais produtivo, nesse sentido, que a figura de Marília Mendonça estivesse desenvolvida no parágrafo de introdução a fim de apresentar-nos, de modo claro e corporificado, qual o problema que será objeto de análise.

A falta de desenvolvimento da informatividade no caso de Marília Mendonça se repete quando o autor tenta usar Kant. Admite-se que, “Segundo Kant, o homem é aquilo que a educação faz dele”. No entanto, não se explicita o que essa educação tem a ver com o tema proposto.

Passo 3. Estudar os recursos coesivos com ênfase nos usos dos mecanismos de coordenação e subordinação (coordenação e subordinação na coesão do texto).

Observa-se uma coesão feita com máscaras coesivas (modelos pré-fabricados). O conectivo ‘Em primeiro lugar’ parece ser um coringa.

Contudo, em primeiro lugar de quê? Por que essa ideia deve ser a primeira a ser debatida? De onde surge essa hierarquia?

O texto não nos responde essas indagações. Há quebra de evolução coesiva entre os períodos subsequentes. Vejamos onde elas acontecem no texto. Para tanto, marcaremos essas quebras por meio de um sinal (//):

Em primeiro lugar, o mundo digital é muito rico. // As pessoas precisam ficar (sic est) atentas com como farão com suas riquezas quando morrerem (sic est).
// As famílias podem ficar sem receber suas heranças como foi o caso da cantora Marília Mendonça.

É verdade que a palavra ‘riqueza’ retoma o termo ‘rico’ do período anterior. Há, entretanto, uma coesão meramente formal, desprovida de sentido. O mesmo acontece na retomada do termo ‘as famílias’ que resgata ‘as pessoas’. No entanto, quem são essas famílias? Quem são essas pessoas? Qual é o fluxo contínuo de ações entre o que desempenham? É como se o autor iniciasse uma história e subitamente mudasse de narrativa sem concluir nem avisar seu interlocutário. Os conceitos abstratos não estão concretizados.

Esse apontamento nos permite dizer que a coesão, por mais que seja um mecanismo formal, exige a celebração de uma linha consistente de exposição de elementos que tenham algo em comum. Do contrário, teremos um texto com falhas graves de coerência. Essa quebra fica mais evidente no trecho “Embora os herdeiros da cantora tenham no final recebido sua herança, a justiça ficou perdida na sua decisão. Segundo Kant, o homem é aquilo que a educação faz dele”.

Nele, não há retomada de um termo por outro. Para piorar, esse trecho se inicia com uma oração subordinada concessiva que é desprovida de concessão. Há articulação de duas cenas que acontecem em tempos diferentes. Assim, o uso da subordinada concessiva torna-se inapropriado. A coordenada adversativa funcionaria melhor, por articular duas cenas em tempos diferentes com agentes distintos. Comparemos:

- Embora os herdeiros da cantora tenham no final recebido sua herança, a justiça ficou perdida na sua decisão.

- Os herdeiros da cantora acabaram recebendo sua herança. Mas, a justiça ficou perdida na sua decisão.

Mesmo com essa correção, a coesão ainda não nos parece orgânica. Em vez de expressarem ações antagônicas, as orações nos reportam a uma sucessão de eventos sequenciais. Por essa razão, seria mais adequado usar um conectivo que fizesse referência à noção de sucessão temporal. Além disso, a escolha lexical da segunda oração dificulta o entendimento do que se pretende exprimir. Corrijamos:

- Os herdeiros da cantora acabaram recebendo sua herança **após** juízes debaterem, sem chegar num consenso, sobre o ordenamento jurídico sobre a jurisprudência patrimonial de bens virtuais.

Passo 4. Apontar, se necessário, algum aspecto adicional ao que já foi até aqui exposto (apontamentos finais da análise).

A coesão, em vestibular, tende a ser analisada de forma linear. Os recursos não lineares (que não seguem a linearidade frase a frase, oração a oração, período a período ou parágrafo a parágrafo) são pouco analisados para facilitar a padronização das notas. Num texto da vida real, isso não é tão rígido. No vestibular, de certa forma, essas coesões não lineares que provocam distanciamentos entre um argumento e sua prova, por exemplo, podem contribuir com a nota no critério de coerência.

Cabe-nos ainda dizer que as orações coordenadas desgarradas não são punidas, as subordinadas, sim. Entende-se que a elipse das orações principais seja um erro de pontuação. Nosso entendimento é o de que a clivagem das subordinadas ainda está em processo de gramaticalização. Apesar de ser muito presente na literatura e até em jornais de grande circulação, a escola mais castiça ainda não consegue aceitar essas elipses, que são tipos de topicalização.

3.1.3 Análise do terceiro parágrafo da redação abaixo da média:

Em segundo lugar, a privacidade do morto tem que ser respeitada. Todos temos direito a essa lei (sic est). A Declaração dos Direitos Humanos informa (sic est) que todo homem, morto ou vivo, deve ser livre para ter sua privacidade garantida (sic est). Não podemos ficar falando mal de pessoas que não estão mais aqui para se defender, o que ocorre (sic est) no crime de injúria e calúnia.

Passo 1. Resumir o parágrafo, analisando a funcionalidade das figuras para a produção de uma argumentação consistente com o que foi pedido pelo tema, sem perder de vista

a progressão temática do texto e o todo de sentido, considerando lacunas. Fazer alguns apontamentos da narrativa argumentativa no texto, buscando estudar a coerência nos níveis do parágrafo e do texto, avaliando:

- a. como as figuras comprovam sua microtese;**
- b. como as microteses contribuem para a macrotese (que pode estar em qualquer lugar do texto, mas que precisa estar evidenciada na conclusão).**

O terceiro parágrafo tem o objetivo de discutir a privacidade do morto. Há uma falha temática aqui. A proposta pedia para que se analisassem as privacidades do morto e de terceiros nas heranças digitais. Nessa redação, o autor apenas trabalha com a privacidade do morto, não cumprindo totalmente o eixo temático. Isso configura fuga parcial do tema, que causará prejuízos na nota do critério A (tema). Para desenvolver esse eixo, mais uma vez, o autor ignora totalmente as provocações da coletânea, que questiona se uma pessoa morta ainda manteria seu direito à privacidade, ainda que ela deixasse de existir. O autor joga uma série de dados sem nenhuma articulação. Fala de crimes de injúria, calúnia e de Declaração de Direitos Humanos, mas nenhum desses conceitos é aplicado ao universo das heranças digitais em sua redação. Assim, eles se tornam elementos sem função para a construção da resposta que se espera.

É importante ressaltar que a menção de conceitos não funciona aqui com figuras, porque falta-lhes a corporificação de conceitos na projeção mental. Esse parágrafo é desprovido de provas. Não se discute nada sobre a privacidade do morto e de terceiros nas heranças digitais no mundo real.

A privacidade do morto tem que ser respeitada		Todo homem, morto ou vivo, deve ser livre para ter sua privacidade garantida
Sem relação de contrários nem contraditórios – falta tensão narrativa		
Todos temos direito a essa lei (da privacidade?)		Crime de injúria e calúnia.

Passo 2. Descrever a narrativa metalinguística que dá origem à argumentação, retomando os conceitos desenvolvidos no Capítulo 2 (narrativa metalinguística).

A narrativa metalinguística que conduz a elaboração desse texto ensina os alunos a elaborarem uma segunda palavra-chave que serve de constituição da frase temática. Nesse caso, o autor precisaria desenvolver a ideia da privacidade do morto ou de terceiros nas heranças digitais, já anunciadas no primeiro parágrafo. Configura-se, então, um texto circular que apenas

retoma termos de uma introdução cuja função se distancia do que foi pedido: descobrir o que há entre o direito patrimonial da família e a privacidade do morto e de terceiros nas heranças digitais. Repete o mesmo erro dos parágrafos anteriores. A citação de um caso é um mero exemplo sem função retórica. É preciso selecionar dados em uma narração de modo a neles expressar um ponto de vista.

Passo 3. Estudar os recursos coesivos com ênfase nos usos dos mecanismos de coordenação e subordinação (coordenação e subordinação na coesão do texto).

A falta de objetivo na concepção do parágrafo faz que o texto use apenas a máscara coesiva no começo do parágrafo. A expressão ‘Em segundo lugar’ não deixa claro o que está em segundo lugar. Segundo lugar de quê?

Falta destreza com a coesão por parte do autor. Isso se torna evidente pois não há recursos diversificados e funcionais na coesão entre os períodos desse bloco argumentativo. O único recurso que se observa é a repetição do termo ‘privacidade’. O uso de ‘pessoas’ não retoma o termo ‘homem’ de forma clara e evidente porque essa palavra pode se referir à humanidade (o que permitiria a coesão com a palavra ‘pessoas’ no plural, utilizada no período subsequente) ou a um indivíduo da espécie humana (o que **não** permitiria a coesão com a palavra ‘pessoas’ no plural, usada no período subsequente).

3.1.4 Análise do quarto parágrafo da redação abaixo da média

Transcrição do quarto parágrafo:

Portanto, apesar de o morto ter direitos, a família deve ter o direito de receber os bens digitais, como aconteceu com Marília Mendonça a partir das ideias do filósofo alemão.

Passo 1. Resumir o parágrafo, analisando a funcionalidade das figuras para a produção de uma argumentação consistente com o que foi pedido pelo tema, sem perder de vista a progressão temática do texto, como todo de sentido (resumo) considerando o apontamento de lacunas e fazer alguns apontamentos da narrativa argumentativa no texto, buscando estudar a coerência nos níveis do parágrafo e do texto, avaliando:

- a. como as figuras comprovam sua microtese;
- b. como as microteses contribuem para a macrotese (que pode estar em qualquer lugar do texto, mas que precisa estar evidenciada na conclusão).

O texto estabelece uma concessão entre os direitos do morto e os direitos de sucessão dos herdeiros, retomando o caso de Marília Mendonça e as ideias de Kant. Todavia, como o caso não foi narrado e as ideias kantianas não foram apresentadas, o leitor mantém-se no escuro. Não se consegue estabelecer o nexos argumentativo do autor. Falta-lhe autonomia de informações. Isso ocorre porque muitos alunos aprendem que o texto dissertativo não pode ser expositivo e se caracteriza pela assertividade de opiniões. Todavia, sem um contexto que sirva de *frame* para uma análise, torna-se impossível a formulação de um ponto de vista sobre um assunto. As microteses não contribuem para a formulação da macrotese. Consta-se uma lista de comentários que desenvolvem termos desarticulados a partir de uma introdução que se distancia da provocação feita pela frase temática.

Passo 2. Descrever a narrativa metalinguística que dá origem à argumentação, retomando os conceitos desenvolvidos no Capítulo 2 (narrativa metalinguística).

Se observarmos os anexos dos materiais didáticos, veremos que a conclusão é formulada a partir de instruções que tentam tipificar a natureza das frases temáticas sem preocupação de entender o que elas querem dizer.

Segundo os manuais dos sistemas de ensino, quando a frase temática trazer uma relação dialética com o uso do termo ‘entre’, o aluno deve fazer uma concessão. Todavia isso não responde à pergunta feita: o que há entre a privacidade do morto e de terceiros e o direito patrimonial da família. A concessão na conclusão deverá ser produto de uma síntese de uma concessão que teria de ser construída ao longo do texto. Isso não é verificável nesse exemplo.

A algoritmização da atividade redacional tenta doutrinar a elaboração do texto a partir de procedimentos generalizantes que se dizem estruturais. Eles são meras fórmulas que não atendem à regra da generalização, típica das estruturas, que deveriam ser princípios aplicáveis a todo e qualquer texto. Portanto, não se ensinam noções estruturais de texto, e sim procedimentos de formulação de frases pré-moldadas. Isso induz o autor ao distanciamento de sua própria reflexão. Esse erro explica por que a conclusão se distancia do que foi pedido pela frase temática. O aluno não leu nem entendeu a pergunta. Ele apenas se dispôs a seguir uma série de procedimentos automáticos para escrever sobre um assunto ao respeito do qual ele não tem reflexão nem leitura prévia. Por essa razão, ousamos declarar a morte do leitor no começo desta tese.

Passo 3. Estudar os recursos coesivos com ênfase nos usos dos mecanismos de coordenação e subordinação (coordenação e subordinação na coesão do texto).

A coesão da conclusão não se dá de forma linear (frase a frase). Ela retoma os elementos ao longo do texto para criar uma síntese. Todavia, como os elementos não foram suficientemente apresentados, a síntese não se sustenta de forma autônoma e exige do leitor conhecimentos não apresentados no texto para fazer sentido, caracterizando um texto com argumentação frágil.

Atribuição de nota:

Critério A (Tema): 2 de 3 – Não fala da privacidade de terceiros, o que incorre em fuga parcial do tema.

Critério B (Coerência e texto): 2 de 4 – Os argumentos, apresentados de forma circular, são superficiais e pouco contribuem para a defesa de um ponto de vista adotado pelo autor da redação ou com pouco desenvolvimento: muitas lacunas – os **porquês** e **como** não são explicitados.

Critério C (Coesão e modalidade): 1 de 4 – Há excesso de desvios gramaticais e/ou de convenção da escrita e muitos desvios gramaticais e/ou de convenção da escrita e alguns desvios são considerados graves para o nível de escolaridade avaliado.

Nota: 5 de 11

3.2 Análise de redação mediana

Antes de analisarmos um texto mediano, é preciso esclarecer que o que estamos a fazer é apenas um exemplo de como descrever as narrativas metalinguísticas que direcionam a cognição do texto, para repensá-las. Não queremos impor um modelo de ensino, e sim uma metodologia que permita que alunos e professores possam pensar de forma mais livre suas práticas.

Essa metodologia se respalda na percepção de que podemos ser criativos e eficazes quando dominamos a sequência de procedimentos que direcionam nossa atividade de escrita.

Os textos medianos, em geral, são produzidos por alunos que desenvolveram algum senso crítico por meio do solitário exercício da leitura no decorrer de sua formação. Em razão dessa vivência de leitor, mesmo seguindo as fórmulas de texto que lhes são ensinadas, eles

conseguem, de alguma maneira, driblar a rigidez das narrativas metalinguísticas impostas pelas aulas de redação, que geralmente são ensinadas nas salas de aula.

Vejamos um caso.

Exemplo 6:

Quando uma pessoa morre, o que é herdado aos seus descendentes não são todas as conversas que ela teve em vida, não são as coisas íntimas que ela fez. Quando um rei morria, seus filhos herdavam terras, joias e castelos, ou seja, apenas bens materiais. Se, no mundo analógico, as heranças se restringem apenas a esses bens, a herança digital de um falecido não deve ultrapassar esses limites. Isso seria uma violação a privacidade do falecido e dos terceiros com quem ele interagiu digitalmente, algo que não acontece no mundo físico. O acesso a conversas nas redes sociais e a fotos íntimas está nesse campo pessoal que os familiares não têm direito de herdar.

Ademais, a herança digital abarca conversas e aos e-mails de uma pessoa. Um exemplo de patrimônio digital são os canais no YouTube. Grandes canais, como o do Primo Rico, recebem mais de 20 mil dólares por mês pelos anúncios na plataforma. Esse canal cresceu até esse tamanho depois de mais de 5 anos de postagens semanais de seu criador. Thiago Nigro fez a sua carreira no mundo digital e hoje é lá que seu trabalho é direcionado. Da mesma forma que príncipes herdavam terras conquistadas pelas batalhas de seus pais em vida; os filhos do youtuber também merecem herdar o seu canal, conquistado por meio do seu esforço. A família de Thiago tem o direito de receber essa herança digital, quando ele falecer.

Esse direito, hoje, é negado aos descendentes das pessoas que possuem patrimônio digital. Isso acontece porque, segundo o código penal, acessar a conta desse falecido se configuraria como crime de falsa identidade e, como o patrimônio digital ainda não é repassado no espólio do falecido, ele ficará eternamente sendo patrimônio de uma pessoa que já não está mais aqui. Isso viola o princípio legislativo da sucessão universal, uma ideia básica no direito à herança universal, que prega que todos os bens materiais e imateriais devam ser transmitidos. Assim, os acessos a quaisquer bens digitais deve entrar no espólio do falecido, sem nenhum escrutínio.

Portanto, a herança digital é um direito aos herdeiros de quem morreu. Ela deve ser repassada a todos os descendentes dessa pessoa para garantir o princípio da sucessão universal, mas é preciso definir com clareza o que é patrimônio e o que não é. Conversas e redes sociais privadas são partes do mundo digital que não possuem valor econômico e que expõem a privacidade do finado e de terceiros, o que não deve ser exposto, uma vez que, no mundo analógico, ela não seria. Entretanto, bens que possuem, de fato, valor patrimonial, devem ser repassados para que haja essa transferência à família, para que o fruto do trabalho do falecido seja repassado, como um canal no YouTube.

Transcrição do primeiro parágrafo:

Quando uma pessoa morre, o que é herdado aos seus descendentes não são todas as conversas que ela teve em vida, não são as coisas íntimas que ela fez. Quando um rei morria, seus filhos herdavam terras, joias e castelos, ou seja, apenas bens materiais. Se, no mundo analógico, as heranças se restringem apenas a

esses bens, a herança digital de um falecido não deve ultrapassar esses limites. Isso seria uma violação a privacidade do falecido e dos terceiros com quem ele interagiu digitalmente, algo que não acontece no mundo físico. O acesso a conversas nas redes sociais e a fotos íntimas está nesse campo pessoal que os familiares não têm direito de herdar.

3.2.1 *Análise do primeiro parágrafo da redação mediana*

Passo 1. Resumir o parágrafo, analisando a funcionalidade das figuras para a produção de uma argumentação consistente com o que foi pedido pelo tema, sem perder de vista a progressão temática do texto, como todo de sentido (resumo) considerando o apontamento de lacunas e fazer alguns apontamentos da narrativa argumentativa no texto, buscando estudar a coerência nos níveis do parágrafo e do texto, avaliando:

- a. como as figuras comprovam sua microtese;**
- b. como as microteses contribuem para a macrotese (que pode estar em qualquer lugar do texto, mas que precisa estar evidenciada na conclusão).**

O texto se inicia com uma narrativa bastante genérica sobre a morte de uma pessoa qualquer. Nessa cena, que é uma espécie de retrato do cotidiano, o autor nos diz um dado que parece ser ululante, mas serve de premissa para a discussão que se pretende ter: as conversas do falecido não farão parte de seu espólio.

Subitamente, a linha de raciocínio é interrompida por uma outra imagem com baixo grau de especificidade: a de um rei, que deixava seus castelos e riquezas aos seus herdeiros. Após apresentar esses dois universos aos leitores, o autor tenta imprimir, a essa justaposição de imagens, uma função.

A primeira imagem seria uma representação do mundo digital, que deveria manter a lógica da segunda imagem, remetendo-nos ao universo analógico.

Em seguida, o autor tenta justificar seu ponto de vista para a proposição de que as regras de hereditariedade deveriam ser mantidas sem mudanças, afirmando que a herança não deveria compreender bens considerados personalíssimos, como trocas de mensagens, cartas, *e-mails* e mensagens.

Há falhas na articulação da associação entre as figuras e a ideia que elas pretendem defender. Os paralelos não se estabelecem entre esses dois planos. O fato de haver uma narrativa do cotidiano não é, ao contrário do que muita gente pensa, um problema.

Se a figura se remeter a uma descrição do cotidiano com função clara para comprovação da tese (seja a macro ou a microtese), a falta de especificidade (como não nomear um morto ou um rei específico) não causará prejuízos à argumentação.

A lacuna argumentativa acontece, na realidade, quando, nessa cena, não se explica a microtese (ideia do parágrafo). Perguntamo-nos após ler o trecho:

- Qual é a lei do mundo analógico?
- Qual é a ordem no universo digital?
- Como essas leis se relacionam?
- Como as regras do mundo digital e do mundo analógico mudaram e por que e como elas deveriam ser mantidas?

A narrativa argumentativa que abre o texto não retratou a cena de um tema que pretendia debater. É como se as tintas dessa composição borrassem criando uma imagem abstrata e hermética dos quadros de Miró, resultando em palavras soltas a esmo.

Para que esse parágrafo cumprisse sua função, o autor deveria nos narrar um caso em que existe um entendimento jurídico que pusesse em oposição elementos do mundo real e elementos do mundo virtual. Por exemplo, a jurisprudência de certos países (como a Espanha) entende que *e-mails* e contas pessoais devam fazer parte dos espólios de pessoas mortas. Essa interpretação subverte a ordem vigente até então de que bens materiais (físicos) teriam valor patrimonial passível de ser transmitido por herança. Esse entendimento, por sinal, vem de tempos remotos quando reis deixavam a seus príncipes seus castelos e outros bens que não eram de uso de pessoal. Para fortalecer essa tese, por sinal, o autor poderia evocar a tradição egípcia, que enterrava, com o faraó, em seu sarcófago, todos os seus bens pessoais como roupas, correspondências, escovas, adereços, a fim de demonstrar o que seriam esses bens de natureza privativa.

A falta de paralelo entre os dois mundos que deveriam apresentar uma analogia de ruptura cria um texto com muitas lacunas na introdução.

No mais, a introdução está dentro do recorte temático e aponta uma direção para uma resposta possível à macrotese que se deseja.

Como já dissemos, a figura não está suficientemente narrada aqui. Queremos mostrar mais claramente como o paralelo entre ideias e blocos narrativos não faz sua correspondência de modo satisfatório.

A ideia que se quer defender pode ser dividida em duas partes. A microtese 1 está nas últimas linhas do parágrafo:

O acesso a conversas nas redes sociais e a fotos íntimas está nesse campo pessoal que os familiares não têm direito de herdar.

Ela se compõe de dois blocos de sentido:

Bloco 1 - O acesso a conversas nas redes sociais e a fotos íntimas está no campo da vida pessoal do falecido

Bloco 2 - que os familiares não têm direito de herdar.

No parágrafo, não houve a concretização de uma figura que permitisse debater o acesso a conversas nas redes sociais. Não se menciona como fotos íntimas estão categorizadas como bens pessoais. A introdução não mostra um caso ou um conceito que permita ao autor inferir que familiares não têm direito de herdar as conversas e as fotos íntimas.

Todavia, o texto precisa ser visto como um todo de sentido. A análise isolada dos parágrafos é importante, mas ela não pode ser feita sob uma perspectiva blocada, isolando a natureza sistêmica da textualidade que pode resgatar informações em qualquer lugar do texto. O que queremos dizer é que essas lacunas podem ser posteriormente preenchidas em qualquer lugar do corpo da redação.

A negação ao direito de herança dos bens pessoais estará no terceiro parágrafo. Isso quer dizer que, localizadamente, o texto apresenta uma lacuna. No entanto, se tomado como um todo de sentido, holisticamente, a redação se salvará, pois essa ideia que faltava terá sido demonstrada pelo conhecimento jurídico, no terceiro parágrafo, de que, nas palavras do autor,

[...] segundo o código penal, acessar a conta desse falecido se configuraria como crime de falsa identidade e, como o patrimônio digital ainda não é repassado no espólio do falecido, ele ficará eternamente sendo patrimônio de uma pessoa que já não está mais aqui. Isso viola o princípio legislativo da sucessão universal, uma ideia básica no direito à herança universal, que prega que todos os bens materiais e imateriais devam ser transmitidos.

A outra afirmação é a de que, “Se, no mundo analógico, as heranças se restringem apenas a esses bens, a herança digital de um falecido não deve ultrapassar esses limites”.

Quando uma pessoa morre, o que é herdado aos seus descendentes não são todas as conversas que ela teve em vida, não são as coisas íntimas que ela fez.	sem analogia clara	No mundo virtual, a herança digital de um falecido não deve ultrapassar limites dos bens físicos porque isso seria uma violação a privacidade do falecido e dos terceiros com quem ele interagiu digitalmente, algo que não acontece no mundo físico.
sem analogia clara		sem analogia clara
Quando um rei morria, seus filhos herdavam terras, joias e castelos, ou seja, apenas bens materiais.	sem analogia clara	No mundo analógico, as heranças se restringem apenas a bens físicos.

Passo 2. Descrever a narrativa metalinguística que dá origem à argumentação, retomando os conceitos desenvolvidos no Capítulo 2 (narrativa metalinguística).

Claramente, o autor dessa redação mediana tem um entendimento bom do que seja um texto dissertativo-argumentativo. Ele falha na execução do seu propósito. A seleção das informações precisaria ser mais apurada. Na sua introdução, há a clara intenção de demonstrar como a herança digital trouxe uma mudança de entendimentos jurídicos.

Isso está discutido no texto 1 da coletânea que diz:

Caso toda a sua rede de amigos, seu networking, suas fotos, seus vídeos, seus livros estejam em alguma mídia virtual, caso tenha investido muito dinheiro em um avatar dentro de um game on-line, como fazer para transmitir esse seu legado de patrimônio digital para seus herdeiros? Apesar de parecer uma saída mais fácil, deixar a senha de acesso para outra pessoa não é uma alternativa sustentável: juridicamente, envolveria o crime de falsa identidade, previsto no artigo 307 do Código Penal – quando alguém se passa por outro para ter acesso aos seus bens e identidade.

A discussão é ainda retomada no texto 2 na seleção dos textos-base, que afirma:

No Brasil, a discussão sobre herança digital divide especialistas. Para a professora e parecerista Karina Nunes Fritz, proibir ou limitar a transmissão de ativos digitais viola o princípio da sucessão universal, segundo o qual todo patrimônio do falecido deve ser repassado aos herdeiros.

Assim, há uma evidente microtese no parágrafo de introdução, cuja função tenta ser a de apresentar o problema da virtualização de bens que marca uma mudança de certos paradigmas historicamente consagrados. Ela não é bem-sucedida porque a figura, que deveria ser um pressuposto para o entendimento da questão, não é bem exposta.

Então, a narrativa metalinguística que rege o autor dessa redação reconhece o papel da introdução para seu texto: o de trazer luz à questão das heranças digitais de que se quer falar por meio da apresentação de uma situação que ele julga ser problemática. Cabe-nos salientar que nem sempre a introdução apresentará um problema. Isso depende muito do assunto e da microtese escolhida para a introdução. Iniciar a redação de vestibular por meio da colocação de um conflito facilita o desenvolvimento do texto porque ficam claros os possíveis percursos narrativos que formularão a opinião. A argumentação poderá demonstrar uma transformação de estados ou simplesmente comentar a inércia de uma situação proposta pelo tema. De qualquer forma, haverá uma problematização para ser discutida. Por causa da força do Enem, que exige uma proposta de intervenção, é preciso dizer que nem todos os problemas são solucionáveis. Debatê-los não pode ser sinônimo de resolvê-los porque incorreríamos no perigo de criar um diálogo inconsistente com a realidade.

O papel da introdução poderia ser o de simplesmente conceituar o assunto e o tema. Esse tipo de tática textual não ajuda a construir uma trama que auxilie o leitor a visualizar mentalmente a questão que se pretende discutir, uma vez que a definição tende a ficar domiciliada no universo da abstração. Outra forma de arquitetar o projeto de construção textual, mais inteligente, por sua vez, proporia que a introdução apresentasse como o tema ou o assunto se manifestam no mundo cultural ou no mundo perceptível. Fica claro aqui que as informações iniciais podem modalizar a discussão e servir como ancoragem e como *frames* para a adesão de espíritos do auditório universal às ideias do autor na criação de um saber compartilhado que permitirá o acompanhamento do texto. Assim, a figura contextualiza o ponto de vista. Isso não acontece nesse texto porque a situação da narrativa argumentativa não está nele bem colocada.

Há textos medianos que erram porque falham na narratividade argumentativa, que é o caso do presente texto. Outros ficam estanques na média, porque a narrativa metalinguística os impede de desenvolver seu raciocínio, o que se verifica no **Exemplo 1**, criando textos sem um rigor retórico na medida em que apresentam uma sucessão de conceitos aparentemente conexos, delimitados por uma estrutura estanque que não atende às necessidades do pensamento do autor nem das exigências das propostas feitas pelas provas.

A introdução dessa redação tem uma boa narrativa metalinguística do texto, mas falha na narrativa argumentativa.

Passo 3. Estudar os recursos coesivos com ênfase nos usos dos mecanismos de coordenação e subordinação (coordenação e subordinação na coesão do texto).

O parágrafo apresenta uma sucessão de períodos subordinados. Por serem projeções do autor, indicando justificativas a partir da memória coletiva e hipóteses, as subordinadas mantêm uma mesma cena, mesmo com a mudança de sujeito semântico. Não se trata de uma sucessão de ações numa cena, mas de comentários do autor sobre a cena que se apresenta no período principal. Nesses casos, a mudança de sujeito semântico em nada interfere na construção da percepção da iconicidade temporal porque ela respeita o princípio de que a subordinada constrói uma única cena e a coordenada justapõe duas cenas diversas.

Vejamos:

- a. Quando uma pessoa morre, o que é herdado aos seus descendentes não são todas as conversas que ela teve em vida, não são as coisas íntimas que ela fez.

Cena: o que é herdado aos seus descendentes não são todas as conversas que ela teve em vida, não são as coisas íntimas que ela fez.

Modalização do autor de hipótese futura: Quando uma pessoa morre,

Ainda que a subordinação esteja construída corretamente, há um estranhamento nessa enunciação. A expressão “herdar uma conversa” não é admissível no uso corriqueiro da língua portuguesa. Não se herda uma conversa, porque ‘conversa’ não é um patrimônio. O verbo ‘exigir’ pede que seu complemento seja um bem material. Trata-se de um processo de interação entre duas ou mais palavras que, pelo uso, tornam-se regras inconscientemente convencionadas para um falante nativo de qualquer língua. Se reorganizarmos o léxico do enunciado, teremos uma melhora no texto. Para tanto, precisaremos fazer ajustes nos tempos verbais e nos usos lexicais. Observemos uma proposta de correção:

Se uma pessoa morrer, seus descendentes não herdarão os bens que são considerados de fóro íntimo.

Vejamos outro caso:

- b. Quando um rei morria, seus filhos herdavam terras, joias e castelos, ou seja, apenas bens materiais.

Cena: seus filhos herdavam terras, joias e castelos, ou seja, apenas bens materiais.

Modalização do autor de memória coletiva: Quando um rei morria,

O problema nesse trecho é a falta de coesão entre a primeira figura e a segunda. Se elas estivessem articuladas, o texto faria mais sentido, como já dissemos previamente. Verifiquemos:

Trecho original:

Quando uma pessoa morre, o que é herdado aos seus descendentes não são todas as conversas que ela teve em vida, não são as coisas íntimas que ela fez. Quando um rei morria, seus filhos herdavam terras, joias e castelos, ou seja, apenas bens materiais.

Trecho corrigido:

Se uma pessoa morrer, seus descendentes não herdarão os bens que são considerados de fórum íntimo. Essa constatação não é nenhuma novidade na história da humanidade. Quando reis morriam, na antiguidade, seus filhos herdavam apenas suas terras, joias e castelos, ou seja, apenas bens materiais. As trocas de palavras nas alcovas e as cartas que denunciavam as indiscrições dos monarcas eram cuidadosamente apagadas do seu inventário por leais súditos, que ocupavam o cargo de secretários reais. Muitas cartas e documentos foram queimados a fim de proteger o legado dessas pessoas poderosas de outrora.

Por fim analisemos uma última ocorrência:

Se, no mundo analógico, as heranças se restringem apenas a esses bens, a herança digital de um falecido não deve ultrapassar esses limites.

Cena: a herança digital de um falecido não deve ultrapassar esses limites.

Modalização do autor de hipótese presente: Se, no mundo analógico, as heranças se restringem apenas a esses bens,

Em suma, quando a subordinada exprime uma projeção do enunciador sobre a cena, que é objeto de sua enunciação, e não uma evolução de estados da mesma cena, a dica (que não é uma regra) de manutenção do mesmo sujeito semântico cai porque mantém-se o princípio de que a subordinada constrói uma única cena por meio da concatenação de duas orações.

O autor desse texto tem boa desenvoltura com a construção de períodos subordinados, porém falha em marcar a coesão em pontos de virada no texto que exigiriam uma transição. Em geral, esses pontos ocorrem quando temos um encaminhamento de:

- uma figura para uma microtese ou uma macrotese e vice-versa;
- de uma figura para outra;
- de uma microtese para outra;
- de uma microtese para a macrotese ou vice-versa.

Zelar esses momentos de virada é importante para garantir **a manipulação da percepção do leitor** sobre a ideia que se quer construir. A orientação na oferta de dados que se apresentam como concretos (por serem construídos a partir de elementos que podem ser mentalmente corporificados por memórias sensoriais) nos dá um falacioso senso de aproximação de uma verdade. É justamente nesse espaço mental que se desenvolve a arte do convencimento.

Passo 4. Apontar, se necessário, algum aspecto adicional ao que já foi até aqui exposto (apontamentos finais da análise).

O conceito de percepção ganhou grande importância no romantismo, ainda que sua discussão já estivesse apoiada no debate fundador da filosofia clássica, na Grécia Antiga, que procurava debater se a verdade era um fenômeno autônomo e externo ao homem, ou se ela decorria da análise de eventos por meio do uso da razão e da linguagem, dotada de lógica. A indagação era a seguinte: haveria uma verdade absoluta e natural? Ou a subjetividade deveria ser considerada uma interface humana com a natureza das coisas entendidas como verdadeiras?

Em uma época de *fake news*, essa antiga pergunta ainda nos parece pertinente. Vamos entender esse conceito na prática.

Para tanto, observemos a imagem seguinte. O que vemos?

Figura 16 – Foto de logo de tratoria em Trento



Fonte: ©Adriano CHAN (2021).



A maioria de nós diria que essa imagem é a representação de dois indígenas, com seus cocares. Essa percepção pode ser outra, se novas informações do contexto da foto nos forem dadas.

Trata-se da logomarca de um restaurante em Trento, ao norte da Itália. Estamos falando da Trattoria Dois Mouros. O restaurante existe desde 1400, antes de os europeus chegarem às Américas e encontrarem os indígenas.

Desde sua fundação, a empresa tem a mesma identidade em sua comunicação visual.³⁴ Nossa percepção da imagem mudou com essas novas informações? Se ainda soubermos que a palavra **mouro** se referia a pessoas de pele escura e, nos séculos XIV e XV, na Europa, era amplamente usada para designar os africanos, nossa percepção da imagem não mudará ainda mais um pouco? Pois bem. O desenho é sempre o mesmo, mas o significado que atribuímos a ele varia conforme os recortes que as informações socioculturais lhe fazem no emolduramento de nossos saberes. Podemos explicar esse fenômeno recorrendo a Kant, que chamava de **coisa-em-si** os fenômenos que existiam no mundo imediato e que seriam traduzidos para uma realidade mental, criando imagens cognitivas com as quais nos relacionaríamos. O filósofo prussiano alcunhou tais imagens de **coisa-para-si**.

No caso anterior, a identidade visual da logomarca como um objeto do mundo manifesta-se no domínio das **coisas-em-si**, que existem à parte da razão humana. Ainda que seja uma representação construída pelo homem, o desenho, em sua materialidade, existe desprendido do nosso pensamento: seja em uma foto, ou em um *site*, ou na arte de latão que está pendurada acima do toldo do restaurante. O entendimento desse significante, todavia, que nos remete ou aos indígenas ou aos africanos, ocorre por imagens mentais que poderiam ser categorizadas, *grosso modo*, na ordem das **coisas-para-si**.

O pai da linguística, Ferdinand de Saussure, já afirmava que o significado dos signos linguísticos era construído a partir de imagens da percepção (impressão do falante diante de uma

³⁴ Disponível em: <http://www.ristoranteduemori.com/en/>. Acesso em: 11 dez. 2023.

sequência de fonemas, no caso da língua), que se relacionariam a um conteúdo, culturalmente atribuído àquela expressão.

Sem dúvida, Saussure leu Kant (2008, p. 125), que, em sua *Crítica à razão pura*, afirma:

Há duas condições pelas quais o conhecimento de um objeto é possível: a primeira é a intuição, pela qual é dado o objeto, mas só como fenômeno; a segunda é o conceito, pelo qual é pensado um objeto que corresponde a essa intuição. Do acima exposto, depreende-se claramente que a primeira condição, unicamente pela qual podem ser intuídos os objetos, serve, realmente, no espírito, de fundamento *a priori* aos objetos, quanto à sua forma. Todos os fenômenos concordam, pois, necessariamente, com esta condição formal da sensibilidade porque só através dela aparecem, isto é, podem ser intuídos e dados empiricamente. É caso para perguntar agora se não há também anteriormente conceitos *a priori*, como condições pelas quais algo não é intuído, mas é pensado como objeto em geral; porque então todo o conhecimento empírico dos objetos é necessariamente conforme a esses conceitos, já que sem o seu pressuposto nada pode ser objeto da experiência. Ora, toda a experiência contém ainda, além da intuição dos sentidos, pela qual algo é dado, um conceito de um objeto, que é dado na intuição ou que aparece; há, pois, conceitos de objetos em geral, que fundamentam todo o conhecimento de experiência, como suas condições *a priori*; conseqüentemente, a validade objetiva das categorias como conceitos *a priori*, deverá assentar na circunstância de só elas possibilitarem a experiência (quanto à forma do pensamento). Sendo assim, as categorias relacionam-se necessariamente *a priori* com os objetos da experiência, pois só por intermédio destas em geral é possível pensar qualquer objeto da experiência. A dedução transcendental de todos os conceitos *a priori* tem, pois, um princípio a que deve obedecer toda a subsequente investigação e que é o seguinte: esses conceitos têm de ser reconhecidos como condições *a priori* da possibilidade da experiência ‘quer seja da intuição que nela se encontra, quer do pensamento’.

Assim, a percepção do mundo sempre se manifesta a partir de um substrato cultural ou natural que é decodificado por um sujeito, ou seja, o mundo natural não nos é apreensível. No entanto, ele pode ser aprendido (e transmitido) por meio dos sentidos (da intuição) e dos pensamentos (dos conceitos). A falha na introdução do **Exemplo 5** é resultado da falta de compartilhamento desses substratos.

Por muito tempo, a linguística tentou objetivar o estudo da língua a partir de modelos de estudos abstratos, desconexos do uso, negando a subjetividade de seu objeto de análise.

Com a exaustão das possibilidades oferecidas pelas gramáticas gerativas, foi necessário partir para uma gramática de construções que desse conta do fenômeno da fala em oposição ao estudo isolado da língua.

Figura 17 – Jarra de Rubin

Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Figura-6-A-jarra-de-Rubin-figura-X-fundo-1_fig1_277268397.

Na linguística cognitiva, em um nível muito elementar, a interpretação é uma característica do significado de todas as expressões humanas, pelo menos como consequência do fato de que ela fornece várias formas de categorizar situações, seus respectivos participantes e suas características. Na fala, isso sempre implica uma escolha: um falante que observa com precisão a distribuição espacial de certas estrelas pode descrevê-las de muitas maneiras distintas: como uma constelação, como um aglomerado de estrelas, como pontos de luz no céu etc. Essas formulações refletem as interpretações alternativas da cena pelo falante.

Na Psicologia da Gestalt, há um princípio que muito pode nos ajudar nessa empreitada. A **percepção figura-fundo** refere-se à tendência do sistema visual para simplificar uma cena com um objeto principal que estamos olhando (a figura) e tudo o que forma o fundo.

O conceito de percepção figura-fundo é muitas vezes ilustrado com a clássica ilusão de “faces ou vasos”, também conhecida como o vaso Rubin. Dependendo se vemos o preto ou o branco na figura, podemos decodificar duas faces no perfil (ou seja, percebemos a cor escura como a figura) ou um vaso no centro (ou seja, decodificamos a cor branca como a figura). Trata-se de um comportamento analítico que implica identificar as partes de um todo que assumem diferentes valores relativos entre si em uma realidade sistêmica, que isola uma camada de significação da outra na medida em que cada uma tem um valor diferente. Na construção de um argumento, isso ocorre de maneira análoga. A forma como um enunciado se processa traz consigo possibilidades de percepção para a construção do sentido da ideia e do texto.

Na percepção visual, um elemento pode ser o foco da atenção. Chamamos de “figura” um elemento coerente que é contrastado com o restante do que está no campo de visão – o “fundo”.

Essa capacidade psíquica reflete em muitas distinções linguísticas, tanto lexicais quanto gramaticais. Considere, por exemplo, os enunciados “X está acima de Y” e “Y está abaixo de X”; embora essas expressões denotem a mesma configuração espacial, elas são semanticamente distintas na medida em que refletem diferentes seleções sobre o foco desses dois enunciados, que ora fornecem X como sua figura e Y como seu fundo, ora o fazem de modo inverso .

Como isso nos impacta no momento de escrever?

É simples. Todos sabemos que a comunicação é uma interação entre dois sujeitos cujas experiências individuais sempre são particulares a cada um. Contudo, para que o ato comunicativo se efetive, seus participantes precisam compartilhar algum elemento comum no entendimento.

Como o objetivo do texto argumentativo é persuadir e convencer o leitor, precisamos fazer um trabalho muito contundente para apresentar-lhe o fundo sobre o qual se delineará a figura.

Sem as premissas de um saber compartilhado entre o leitor e o autor, o entendimento do texto fica comprometido, cheio de lacunas, principalmente em uma era de pontos de vista tão plurais quanto a nossa. Hoje, esse é o maior problema dos textos de vestibulares. É nisso que a introdução do **Exemplo 5** peca: ela não oferece todas as informações que servem de pressupostos para que o leitor acompanhe a formulação da ideia do autor. A relação entre a Idade Média e os tempos digitais não se estabelece porque o fundo histórico não está minimamente desenvolvido e ele não funciona como um instrumento de análise para as heranças digitais. Não ocorre uma fusão desses planos, que Turner (2018) chamará de *blending*.

Os repertórios são apresentados ora como figuras, ora como fundos, sobre os quais podemos projetar ainda outros saberes, que funcionarão como fundos aos fundos, criando uma perspectiva. A isso Doná (2019, p. 77) chama de *blendind over blending*:

As narrativas são previamente construídas antes da leitura do texto e, durante a sua leitura, reconstruídas em um processo de *blending* sobre *blending*, ativando a todo tempo nosso conhecimento de mundo e dialogando com a história contada no papel. Quando o leitor chega ao final de uma leitura, tem suas expectativas frustradas ou satisfeitas, dependendo de como reconstruiu e atualizou a história nesse processo de operações mentais. Isso se mostra como a imagem de um quebra-cabeças, cujas peças se encaixam (ou não!) ao término do texto. O título pode ser considerado a ponta inicial desse processo de onde partem todas as outras narrativas e ao mesmo tempo é ele que amarra a ponta final desse processo de leitura, construção e reconstrução de imagens e sentidos. Assim, destaca-se a importância de sermos criativos, construindo enredos e narrativas nos textos, tratando o título como um *blending* narrativo que abre, ao mesmo tempo, uma

série de possibilidades para outros *blendings* no seu texto. Daí a constante ideia de construção e reconstrução de uma narrativa, processo também entendido como “*blending over blending*” (expressão cunhada por nós).

O que as figuras fazem é organizar os dados para que o entendimento da percepção do autor se entrelace com a do leitor. Elas podem ser fundo ou figura, ou seja, objeto de análise ou ferramenta para a análise. Veremos como essa dinâmica se comporta no texto acima da média. Elas permitem o *blending* proposto pelo texto que ganha sentido no *blending* construído pelo leitor, que imprimirá seu entendimento de mundo no diálogo com a proposta feita pelo autor da redação. No nosso contexto, todavia, não se podem desprezar as balizas estipuladas pelo recorte temático da prova.

Observa-se, então, a necessidade de um *blending* da leitura sistêmica da coletânea sobre outro *blending* na leitura do autor da redação de vestibular que mesclará seus conhecimentos com as ideias propostas pela coletânea para construir suas microteses que serão sobrepostas pela fusão dessas proposições na construção da macrotese, que ainda dialogarão com percepção do leitor. Temos então um *blending* (na leitura da coletânea), *over blending* (na composição dos argumentos do autor com as ideias da coletânea), *over blending* (na composição da macrotese pela fusão de microteses), *over blending* (na leitura de saberes compartilhados entre autor (vestibulando) e leitor (corretor do vestibular)).

Transversais a essas diversas camadas nadam as narrativas metalinguísticas que costuram todos esses extratos.

3.2.2 *Análise do segundo parágrafo da redação mediana*

Transcrição do segundo parágrafo

Ademais, a herança digital abarca conversas e aos e-mails de uma pessoa. Um exemplo de patrimônio digital são os canais no YouTube. Grandes canais, como o do Primo Rico, recebem mais de 20 mil dólares por mês pelos anúncios na plataforma. Esse canal cresceu até esse tamanho depois de mais de 5 anos de postagens semanais de seu criador. Thiago Nigro fez a sua carreira no mundo digital e hoje é lá que seu trabalho é direcionado. Da mesma forma que príncipes herdavam terras conquistadas pelas batalhas de seus pais em vida; os filhos do youtuber também merecem herdar o seu canal, conquistado por meio do seu esforço. A família de Thiago tem o direito de receber essa herança digital, quando ele falecer.

Passo 1. Resumir o parágrafo, analisando a funcionalidade das figuras para a produção de uma argumentação consistente com o que foi pedido pelo tema, sem perder de vista a

progressão temática do texto, como todo de sentido (resumo) considerando o apontamento de lacunas e fazer alguns apontamentos da narrativa argumentativa no texto, buscando estudar a coerência nos níveis do parágrafo e do texto, avaliando:

- a. como as figuras comprovam sua microtese;**
- b. como as microteses contribuem para a macrotese (que pode estar em qualquer lugar do texto, mas que precisa estar evidenciada na conclusão).**

O segundo parágrafo do texto traz o exemplo do canal Primo Rico, de Thiago Nigro, e o compara a um rei que deixa seus feudos aos seus herdeiros. O objetivo do parágrafo era o de mostrar como a família de um influenciador deveria ter o direito de herdar seus bens assim que ele falecesse.

Esse é um tipo clássico de dissociação entre a figura e a microtese que se quer constatar. A narração de como um canal de YouTube levou cinco anos para crescer e sua comparação com senhores feudais não atendem ao propósito de provar que a família teria o direito de herdar os bens do influenciador quando ele falecer.

Falta um paralelo entre o que se apresenta de dados no argumento e os elementos que constituem a microtese que se quer provar. A falta dessa intersecção impede, inclusive, que o autor consiga tecer maiores opiniões sobre a microtese.

Não se justifica nem se demonstra com fatos como a família de Thiago teria o direito de receber sua herança digital quando ele falecer.

Thiago Nigro fez a sua carreira no mundo digital e hoje é lá que seu trabalho é direcionado.	Analogia entre riquezas de reis e de YouTuber	(No primeiro parágrafo) terras, joias e castelos, ou seja, apenas bens materiais (conquistadas pelos reis).
Sem relação		Sem relação
Os filhos do youtuber também merecem herdar o seu canal, conquistado por meio do seu esforço. A família de Thiago tem o direito de receber essa herança digital, quando ele falecer.	Analogia entre herdeiros de reis e YouTuber	Príncipes herdavam terras conquistadas pelas batalhas de seus pais em vida.

Passo 2. Descrever a narrativa metalinguística que dá origem à argumentação, retomando os conceitos desenvolvidos no Capítulo 2 (narrativa metalinguística).

Nitidamente, o autor desse texto aprendeu que as ideias precisam ser concretizadas em exemplos. Todavia, ele demonstra um fato, que não precisa de maiores análises e não consegue usá-lo para argumentar. Isso ocorre porque o exemplo está a serviço apenas de palavras-chave da frase temática. Não há, servindo de fundo, um recorte temático.

Antes de continuarmos, é preciso diferenciar argumentação de demonstração. Como nos explica Grácio (2015):

Para Perelman, a noção de argumentação é explicitada a partir da sua oposição com a de demonstração. Aquilo que, segundo este teórico, distingue uma da outra são as seguintes características:

- primeira ideia: «enquanto a lógica formal é a lógica da demonstração, a lógica informal é a da argumentação» (Perelman, 1986a: 17);
- segunda ideia: ao invés da lógica tradicional, esta última não se preocupa com a verdade abstrata, categórica ou hipotética, mas com a adesão (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1952: 18). Nota Perelman que «na argumentação não se trata de mostrar, como na demonstração, que uma qualidade objetiva, como seja a verdade, passa das premissas para a conclusão, mas que se pode fazer admitir o carácter razoável, aceitável de uma decisão a partir do que o auditório já admite, a partir das teses às quais ele adere com uma intensidade suficiente. O discurso persuasivo visa, portanto, uma transferência de adesão duma qualidade subjetiva que pode variar de espírito para espírito» (Perelman, 1986a: 17-18);
- terceira ideia: a lógica opõe-se à retórica porquanto na primeira a ideia ou a opinião que o auditório tem do orador não é importante para a avaliação das conclusões que este apresenta, o mesmo não acontecendo na retórica onde se verifica uma interação constante entre a pessoa do orador e o auditório para o qual discorre (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1952: 23, 1988: 426);
- quarta ideia: outro traço distintivo da lógica relativamente à retórica é que enquanto na primeira «se raciocina sempre no interior de um sistema dado, supostamente admitido, numa argumentação retórica tudo pode ser sempre recolocado em questão; pode sempre retirar-se a adesão: aquilo a que se dá assentimento é um facto e não um direito» (Perelman, 1986a: 26). Escreve ainda que «um sistema formal mostra quais são as consequências que decorrem dos axiomas, sejam estes considerados como proposições evidentes ou simples hipóteses convencionalmente admitidas. Num sistema formal os axiomas não são nunca objeto de controvérsia; supõem-se serem verdadeiros, objetivamente ou por convenção. O mesmo não se passa na argumentação na qual o ponto de partida deve ser admitido como premissa.
- quinta ideia: pode dizer-se que a argumentação lógica é constringente, forçosa ou necessária, o mesmo não se passando com a argumentação retórica (Perelman, 1952: 26). E Perelman justifica: «é justamente porque as noções utilizadas na argumentação não são unívocas e o seu sentido não está fixo *ne varietur* que as conclusões de uma argumentação não são constringentes» (Perelman, 1988: 177-178). Esta pode ter mais ou menos força, ser mais ou menos plausível, mas não é correta ou incorreta. Deste modo, escreve o teórico que «um argumento não é correto e constringente ou incorreto e sem valor, mas é relevante ou

irrelevante, forte ou fraco, em função de razões que justificam o seu emprego na ocorrência. É por isso que o estudo dos argumentos, que nem o direito, nem as ciências humanas, nem a filosofia podem dispensar, não releva de uma teoria da demonstração rigorosa, concebida à semelhança dum cálculo mecanizável, mas de uma teoria da argumentação» (Perelman, 1972: 220-221).

A narrativa de que determinado canal de comunicação levou cinco anos para constituir seu público é um fato demonstrável de uma lógica formal com constatação imediata. *Grosso modo*, o mesmo se pode dizer dos herdeiros dos senhores feudais que recebiam suas heranças quando seu pai morria. Não ocorre, nesse parágrafo, uma preocupação fundamental a um texto argumentativo: o de imprimir uma função aos dados, que precisam ser selecionados, interpretados e manipulados por aquilo que Perelman e Olbrechts-Tyteca (1988) chamam de lógica informal, conceito tão bem resumido no *blog* de Grácio (2015). Observa-se uma série de demonstrações.

Essa falha de redação acontece quando alunos se prendem muito à técnica de que, para toda ideia, é preciso ter uma prova. Os jovens autores precisam entender que as microteses são objetivos dos parágrafos que necessitam se concretizar para que o objetivo da macrotese seja alcançado. As figuras estão a serviço da tarefa de constituir uma ideia e de contextualizar a afirmação que se quer analisar. Por essa razão, tais autores devem manter o foco em provar e construir suas opiniões num *continuum* argumentativo que tecerá as suas respectivas percepções sobre o fenômeno que a frase temática pede-lhes para construir.

Passo 3. Estudar os recursos coesivos com ênfase nos usos dos mecanismos de coordenação e subordinação (coordenação e subordinação na coesão do texto).

Curiosamente, nesse parágrafo, a coesão está a contento. O autor inicia o parágrafo com um conectivo **ademais**. Retomemos os períodos que se conectam:

[...] O acesso a conversas nas redes sociais e a fotos íntimas está nesse campo pessoal que os familiares não têm direito de herdar.

Ademais, a herança digital abarca conversas e aos *e-mails* de uma pessoa. Um exemplo de patrimônio digital são os canais no YouTube.

A partir do segundo período do segundo parágrafo, o autor mistura muito bem coesão lexical e coesão referencial para manter a continuidade na evolução da informatividade.

Há soma do “acesso a conversa nas redes sociais e (do acesso) a fotos íntimas [...] que a família não tem direito de herdar” às “conversas e aos *e-mails* de uma pessoa”. Trata-

se de elementos de um mesmo campo semântico. Consequentemente, o conectivo está bem empregado.

“Grandes canais, como o do Primo Rico” retoma, por metonímia, “canais de YouTube”.

“Esse canal” resgata (o canal) Primo Rico.

O pronome ‘seu’, em “seu criador” recupera a expressão “esse canal”, ou seja, o criador desse canal.

“Thiago Nigro” resgata “seu criador” e, mais adiante, ao final do texto, o mesmo termo será usado para regatar “youtuber”.

O problema acontece quando surge a tentativa frustrada de estabelecer uma analogia, que explicamos anteriormente, com o conectivo “da mesma forma”. Assim, o erro no cálculo da lógica da coerência traz prejuízos também à coesão.

Esperava-se que a analogia fosse desenvolvida apresentando uma série de elementos análogos, mas isso não ocorre.

3.2.3 *Análise do terceiro parágrafo de redação mediana*

Esse direito, hoje, é negado aos descendentes das pessoas que possuem patrimônio digital. Isso acontece porque, segundo o código penal, acessar a conta desse falecido se configuraria como crime de falsa identidade e, como o patrimônio digital ainda não é repassado no espólio do falecido, ele ficará eternamente sendo patrimônio de uma pessoa que já não está mais aqui. Isso viola o princípio legislativo da sucessão universal, uma ideia básica no direito à herança universal, que prega que todos os bens materiais e imateriais devam ser transmitidos. Assim, os acessos a quaisquer bens digitais deve entrar no espólio do falecido, sem nenhum escrutínio.

Passo 1. Resumir o parágrafo, analisando a funcionalidade das figuras para a produção de uma argumentação consistente com o que foi pedido pelo tema, sem perder de vista a progressão temática do texto, como todo de sentido (resumo) considerando o apontamento de lacunas e fazer alguns apontamentos da narrativa argumentativa no texto, buscando estudar a coerência nos níveis do parágrafo e do texto, avaliando:

- a. como as figuras comprovam sua microtese;
- b. como as microteses contribuem para a macrotese (que pode estar em qualquer lugar do texto, mas que precisa estar evidenciada na conclusão).

No terceiro parágrafo, o autor do texto mediano desloca sua atenção para a ideia de que o acesso patrimonial aos bens digitais pode esbarrar em práticas que podem ser consideradas crimes.

Para tanto, evocam-se os conceitos jurídicos de “crime de identidade” de “sucessão universal”. O problema é que, apesar de conceitos serem figuras (conhecimentos coletivos), a ideia de que a sucessão universal deve prevalecer sobre a tese de que acessar contas e *e-mails* pode configurar crime de falsa identidade não está corporificada. Há portanto uma lacuna. As figuras que exprimem conceitos não se sustentam sozinhas. Elas precisam ou de uma explicação ou de uma exemplificação. Vejamos como poderíamos melhorar esse parágrafo pela explicação:

Esse direito, hoje, é negado aos descendentes das pessoas que possuem patrimônio digital. Isso acontece porque, segundo o Código Penal, acessar a conta desse falecido se configuraria como crime de falsa identidade. Essa tese parte da premissa de que, caso os herdeiros respondam a algum *e-mail* e não informem quem são, poderão estar se passando pelo morto. A adoção dessa postura traz consigo outra questão. Essa conta de *e-mail* será vinculada eternamente a uma pessoa que já não estaria mais aqui e o acesso a dados fundamentais, como informações bancárias e formas de recuperação de carteiras de criptomoedas, poderia se perder. Isso violaria o princípio legislativo da sucessão universal, uma ideia básica no direito à herança universal de que todos os bens materiais e imateriais devam ser transmitidos aos herdeiros. Assim, os acessos a quaisquer bens digitais devem entrar no espólio do falecido, sem nenhum escrutínio. No caso de mau uso desse bem, outra ação judicial poderá ser registrada por quem se sentir lesado. Não se pode negar um direito em nome de um crime potencial.

Agora, vejamos como podemos melhorar o mesmo parágrafo pelo exemplo:

Esse direito, hoje, é negado aos descendentes das pessoas que possuem patrimônio digital. Isso acontece porque, segundo o Código Penal, acessar a conta desse falecido se configuraria como crime de falsa identidade. Os herdeiros de uma celebridade, à guisa de exemplo, poderiam se apossar de confidências dos fãs que deveriam ser aos olhos apenas do ídolo falecido. Quando tal patrimônio digital não é repassado no espólio do falecido, resguarda-se o direito à privacidade de terceiros. Por isso, não se viola o princípio legislativo da sucessão universal, que prega que todos os bens materiais e imateriais devam ser transmitidos, pois os *e-mails* não são posse do morto, mas dos fãs que lhe escreveram as mensagens. Assim, o direito patrimonial não é violado quando o acesso a *e-mails* e a contas de WhatsApp é bloqueado a herdeiros. Ainda a esse respeito, outra tese precisa ser discutida: a de que o acesso a tais bens virtuais poderia incorrer no crime de roubo de identidade. Quando um indivíduo morre, segundo a lei, extinguem-se seus direitos. Por isso, a defesa de que responder por um familiar falecido uma mensagem seria crime de roubo de identidade é frágil.

É interessante notar como a falta de figuras dificulta a formulação de uma opinião sobre o que o parágrafo quer discutir. A ideia, nesse caso, é a de que a violação à privacidade do morto

pode ser crime. Com as circunstâncias de que herdeiros poderiam se apossar de correspondências enviadas por fãs, é possível defender o crime de violação de privacidade dos fãs.

A falta de figuras no parágrafo faz que ele fique esvaziado de sentido por não apresentar elementos necessários com finalidade de constituição de ideias.

Os herdeiros de uma celebridade, à guisa de exemplo, poderiam se apossar de confidências dos fãs que deveriam ser aos olhos apenas do ídolo falecido.	Contraditório: Direito patrimonial não dialoga com direito de morto	Privacidade do morto não é violada.
Contrário: herdeiros podem herdar os canais, mas não as correspondências		Contrário: morto não tem direito à privacidade, mas terceiros ainda o preservam
O direito patrimonial não é violado quando o acesso a <i>e-mails</i> e a contas de WhatsApp é bloqueado a herdeiros.	Contraditório: Direito patrimonial não dialoga com direito de terceiros	Privacidade de terceiros é violada.

Passo 2. Descrever a narrativa metalinguística que dá origem à argumentação, retomando os conceitos desenvolvidos no Capítulo 2 (narrativa metalinguística).

No terceiro parágrafo, há nítida intenção do autor do texto em deslocar-se de um eixo temático (o direito à privacidade do morto) para outro (o direito à privacidade de terceiros relacionado ao direito patrimonial da família). A falta de figuras na configuração original dificulta que esse intento seja bem-sucedido.

Todavia, se olharmos o texto corrigido, esse episódio da narrativa metalinguística se concretiza. É preciso chamar atenção para um aspecto. A palavra-chave da macrotese está implícita e pode dificultar a um corretor menos experiente a percepção do que se deseja mostrar. Por essa razão, podemos fazer mais uma correção, simplesmente acrescentando o elemento que justifica a existência desse parágrafo para a macrotese:

Esse direito, hoje, é negado aos descendentes das pessoas que possuem patrimônio digital. Isso acontece porque, segundo o Código Penal, acessar a conta desse falecido se configuraria como crime de falsa identidade. Os herdeiros de uma celebridade, à guisa de exemplo, poderiam se apossar, exercendo seu direito de sucessão patrimonial, de confidências dos fãs que deveriam ser aos olhos apenas do ídolo falecido. Quando tal patrimônio digital não é repassado no espólio do falecido, resguarda-se o direito à privacidade de terceiros. Por isso, não se viola o princípio legislativo da sucessão universal, que prega que todos os bens materiais e imateriais devam ser transmitidos, pois os *e-mails* não são posse do morto, mas dos fãs que lhe escreveram as mensagens. Assim, o direito da família não é violado quando o acesso a *e-mails* e a contas de WhatsApp lhe é bloqueado. Ainda a esse respeito, outra tese precisa ser discutida: a de que o acesso a tais bens virtuais poderia incorrer no crime de roubo de identidade.

Quando um indivíduo morre, segundo a lei, extinguem-se seus direitos. Por isso, a defesa de que responder por um familiar falecido uma mensagem seria crime de roubo de identidade é frágil.

Isso facilita o foco da correção que pode se perder no estabelecimento dos eixos que, naturalmente, fundem-se na construção de um raciocínio que visa a responder uma pergunta de natureza dialética.

Passo 3. Estudar os recursos coesivos com ênfase nos usos dos mecanismos de coordenação e subordinação (coordenação e subordinação na coesão do texto).

Há um tipo de coesão de que pouco se fala e que faz toda a diferença num texto.

É a coesão do *continuum* temporal. Abreu (2002) distingue que existem os tempos do mundo narrado (pretéritos e futuros do indicativo e do subjuntivo) e os tempos do mundo comentado (presentes do indicativo e do subjuntivo).

Quando essa lógica é ignorada, muitas vezes falhamos em comunicar com clareza a ordem das ações. Vejamos:

Esse direito, hoje, é negado aos descendentes das pessoas que **possuem** patrimônio digital. Isso acontece porque, segundo o código penal, acessar a conta desse falecido se configuraria como crime de falsa identidade.

Se mantivermos o *continuum* temporal, referir-nos-emos ao morto pelo passado. Assim, o termo sublinhado sofreria uma mudança modo-temporal:

Esse direito, hoje, é negado aos descendentes das pessoas que **possuíram** patrimônio digital. Isso acontece porque, segundo o código penal, acessar a conta desse falecido se **configuraria** como crime de falsa identidade.

Esse ajuste deixaria o uso do futuro do pretérito (“configuraria”) mais acertado e correto. A partir desse momento, o autor corrige a lógica e outros problemas de coesão não se apresentam de modo a comprometer o texto.

Fora essa questão, o terceiro parágrafo não apresenta outros problemas de coesão e de modalidade.

3.2.4 Análise do quarto parágrafo de redação mediana

Portanto, a herança digital é um direito aos herdeiros de quem morreu. Ela deve ser repassada a todos os descendentes dessa pessoa para garantir o princípio da sucessão universal, mas é preciso definir com clareza o que é patrimônio e o que não é. Conversas e redes sociais privadas são partes do mundo digital

que não possuem valor econômico e que expõem a privacidade do finado e de terceiros, o que não deve ser exposto, uma vez que, no mundo analógico, ela não seria. Entretanto, bens que possuem, de fato, valor patrimonial, devem ser repassados para que haja essa transferência à família, para que o fruto do trabalho do falecido seja repassado, como um canal no YouTube.

Passo 1. Resumir o parágrafo, analisando a funcionalidade das figuras para a produção de uma argumentação consistente com o que foi pedido pelo tema, sem perder de vista a progressão temática do texto, como todo de sentido (resumo) considerando o apontamento de lacunas e fazer alguns apontamentos da narrativa argumentativa no texto, buscando estudar a coerência nos níveis do parágrafo e do texto, avaliando:

- a. como as figuras comprovam sua microtese;**
- b. como as microteses contribuem para a macrotese (que pode estar em qualquer lugar do texto, mas que precisa estar evidenciada na conclusão).**

Observamos que, nessa conclusão, a macrotese não foi respondida. Não fica claro o que existe entre o direito à privacidade do morto e de terceiros e o direito patrimonial dos herdeiros.

As figuras não são retomadas para passarem por uma integração.

Trata-se de uma narrativa aberta, sem uma finalização muito clara.

O autor apenas reafirma o óbvio ululante de que “a herança digital é um direito aos herdeiros de quem morreu”, usando tautologias.

Passo 2. Descrever a narrativa metalinguística que dá origem à argumentação, retomando os conceitos desenvolvidos no Capítulo 2 (narrativa metalinguística).

A grande maioria dos textos de vestibulares não apresenta uma real conclusão. Isso ocorre porque a narrativa metalinguística ensina que a conclusão deve ser um mero resumo do que já foi dito.

Esse erro de conceito, multiplicado muitas vezes, acaba por ser perdoado em uma prova que trabalha com amostrais. Como o erro é muito repetido na amostra de textos que antecede a correção, ele é minimizado como um erro comum. Todavia, isso é um desvio de percepção do ponto de vista de análise textual. O fato de muitos alunos errarem na conclusão e não concluírem o que lhes foi pedido causa sérios distúrbios na coerência do texto que não podem ser ignorados.

Passo 3. Estudar os recursos coesivos com ênfase nos usos dos mecanismos de coordenação e subordinação (coordenação e subordinação na coesão do texto).

Não existem aspectos a serem comentados nesse parágrafo, que, do ponto de vista formal, é razoável. O uso de redundâncias já foi apontado e é produto justamente dessa visão de que a conclusão seja apenas uma reapresentação do que já foi dito previamente. A ideia de síntese (que pressupõe o *blending*) não é deveras praticada. Afinal, uma mera repetição de afirmações não pode ser confundida com *blending*.

Os conectivos ‘portanto’ e ‘entretanto’ estão corretamente empregados. Por serem coordenações, podem vir desgarrados de suas respectivas orações principais desde que apresentem a vírgula que servirá de zeugma para a oração principal. O conectivo ‘mas’ é outra coordenada empregada corretamente.

Há um pequeno problema que é a justaposição de adversativas. O avesso do avesso é a mesma coisa. Essa falta de organização pode dificultar a progressão da ideia por apresentar mudanças de direcionamento do pensamento em dois momentos muito próximos do texto.

Nota:

A: 3/3

B: 2/4

C: 3/4

Nota final: 8/11

3.3 Análise de redação acima da média

Transcrição de texto acima da média:

A trágica morte de Marília Mendonça, em um acidente de avião, causou uma disputa legal. Uma significativa fonte de renda da cantora vinha do YouTube e foi reivindicada pela gravadora. A empresa afirmava que o canal seria um fonograma que lhe pertenceria. Todavia, a conta fora criada pela própria artista, que alimentava seus conteúdos diariamente. A justiça entendeu que os lucros fossem revertidos ao filho da artista que, por ser menor, tinha a avó materna como tutora. Como lidar com patrimônios digitais cujas definições ainda estão em processo de delineamento? Uma conta de YouTube faria parte de um espólio? Para responder essa indagação, no caso da cantora, aplicou-se o princípio da sucessão universal, cuja premissa é a de que herdeiros têm direito a receber tudo com valor econômico agregado que pertencia. As regras válidas para os bens físicos também são aplicáveis aos digitais, por mais diferentes que sejam suas

naturezas. O canal pertencia à Mendonça e não seria, portanto, um fonograma; mas, um bem pessoal de interação entre a artista e seus fãs, que, por ter valor financeiro, deveria ser repassado ao herdeiro.

Entrou, em pauta, outra discussão. Ao receber controle sobre as contas de YouTube, a mãe da cantora, na condição de tutora do herdeiro, postou vídeos inéditos e respondeu alguns comentários dirigidos à filha in memoriam. Por isso, foi acusada de cometer crime de falsa identidade, violando a intimidade das correspondências entre os fãs e artista. Os seguidores da conta alegavam que a privacidade de suas correspondências havia sido violada. Há, nessa proposição, uma tese válida e outra, equivocada. É fato que a violação da correspondência seja uma falha na decisão judicial por desconsiderar a preservação da face de terceiros. Uma conta de YouTube dá acesso a comentários de natureza pessoal. Isso ocorre, pois os canais de streaming são integrados a redes sociais. Herdar os canais monetizados significa ter acesso à troca de mensagens entre o titular e seus seguidores. A privacidade do morto não é violada porque seus direitos se extinguem após seu falecimento. Mas, o direito dos fãs ainda permanece validado. Por outro lado, acusar de falsa identidade um herdeiro que publica na conta de uma pessoa que está morta e cujo perfil declara que o titular da conta está morto não é sensato.

Nessa discussão, é preciso chamar atenção ao fato de que a transmissão patrimonial de bens digitais ainda exige muita regulamentação. O problema das contas de YouTube é um entre vários. É cada vez mais comum o investimento em criptomoedas, cujo acesso só é possível mediante senha pessoal. Caso o inventariante não saiba as senhas do falecido, o herdeiro não terá acesso a um bem que lhe é de direito. As próprias empresas que gerem as carteiras desse tipo de recurso financeiro não guardam as senhas de seus usuários em seus sistemas para garantir que o dinheiro não seja desviado por atividade de hackers.

Portanto, entre o direito à transmissão de bens digitais aos herdeiros e a privacidade do morto e de terceiros, há o desafio de lidar com aspectos técnicos desse novo tipo de bens tanto no âmbito operacional (como no caso das criptomoedas) quanto no jurídico (como no caso das contas de YouTube). No primeiro contexto, as famílias podem deixar de receber bens que lhe são de direito por não haver uma proteção jurídica que regule a forma de operar tais carteiras. No segundo cenário, a justiça precisa considerar resoluções que não violem direito de terceiros, considerando que junto dos bens digitais com valor monetário existem bens personalíssimos que precisam ser protegidos. As respostas para como lidar com essas novas questões estão longe de serem resolvidas.

3.3.1 *Análise do primeiro parágrafo de redação acima da média*

Transcrição do primeiro parágrafo:

A trágica morte de Marília Mendonça, em um acidente de avião, causou uma disputa legal. Uma significativa fonte de renda da cantora vinha do YouTube e foi reivindicada pela gravadora. A empresa afirmava que o canal seria um fonograma que lhe pertenceria. Todavia, a conta fora criada pela própria artista, que alimentava seus conteúdos diariamente. A justiça entendeu que os lucros fossem revertidos ao filho da artista que, por ser menor, tinha a avó materna como tutora. Como lidar com patrimônios digitais cujas definições ainda estão em processo de delineamento? Uma conta de YouTube faria parte de um espólio? Para responder essa indagação, no caso da cantora, aplicou-se o princípio da

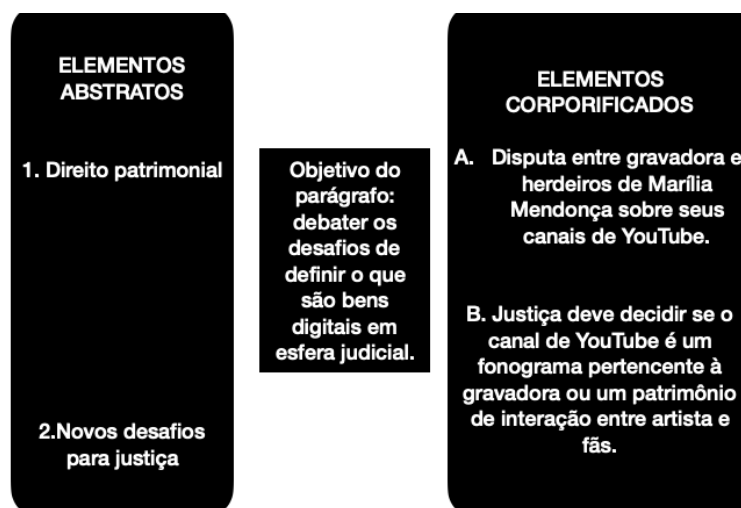
sucessão universal, cuja premissa é a de que herdeiros têm direito a receber tudo com valor econômico agregado que pertencia. As regras válidas para os bens físicos também são aplicáveis aos digitais, por mais diferentes que sejam suas naturezas. O canal pertencia à Mendonça e não seria, portanto, um fonograma; mas, um bem pessoal de interação entre a artista e seus fãs, que, por ter valor financeiro, deveria ser repassado ao herdeiro.

Passo 1. Resumir o parágrafo, analisando a funcionalidade das figuras para a produção de uma argumentação consistente com o que foi pedido pelo tema, sem perder de vista a progressão temática do texto, como todo de sentido (resumo) considerando o apontamento de lacunas e fazer alguns apontamentos da narrativa argumentativa no texto, buscando estudar a coerência nos níveis do parágrafo e do texto, avaliando:

- a. como as figuras comprovam sua microtese;**
- b. como as microteses contribuem para a macrotese (que pode estar em qualquer lugar do texto, mas que precisa estar evidenciada na conclusão).**

Partindo da premissa dada pela coletânea de que as heranças digitais apresentam novos desafios ao sistema jurídico, o autor do texto inicia seu discurso propondo-se prestar atenção ao caso de Marília Mendonça. Nessa figura, observam-se todos os elementos da proposição que se pretende debater no parágrafo:

Figura 18 – Paralelo entre elementos abstratos (temas ou ideias) e seus respectivos elementos corporificados na figura associada à microtese do recorte temático do parágrafo.



- uma herança digital: os canais de YouTube monetizados da cantora falecida;
- uma disputa judicial: entre o herdeiro representado por sua tutora e a gravadora.

Fonte: Elaboração própria.

A partir desse caso, o autor consegue opinar que a novidade está na natureza fluida dos bens virtuais, que ainda estão em fase de regulamentação.

Essa indagação ficará mais clara no decorrer da redação, porém já na introdução fica claro que acontece uma dissociação entre a noção de fonograma e de canais. Os canais de YouTube são bens em si, e não meios de divulgação para vender outros serviços e mercadorias. A justificativa para a decisão da justiça em beneficiar o herdeiro está na própria apresentação dos fatos, que aponta a cantora como a criadora e curadora diária do conteúdo, que geraria renda. Outra justificativa que se coloca, sob o olhar do autor do texto, seria o princípio da sucessão universal, devidamente explicado e aplicado ao contexto.

Podemos organizar as proposições no quadrado aristotélico da seguinte forma:

A trágica morte de Marília Mendonça, em um acidente de avião, causou uma disputa legal. Uma significativa fonte de renda da cantora vinha do YouTube e foi reivindicada pela gravadora.	Contraditório: a cantora não é a dona do canal por ter morrido, ainda que seja um bem pessoal.	O canal pertencia à Mendonça e não seria, portanto, um fonograma; mas, um bem pessoal de interação entre a artista e seus fãs, que, por ter valor financeiro, deveria ser repassado ao herdeiro.
Contrário: de um lado, há a gravadora, que vê o canal como um fonograma. Do outro, os herdeiros, que o veem como bem pessoal.		Contrário: bens pessoais tornam-se patrimônio, por ter valor patrimonial. Bens pessoais não podem ser parte do espólio.
A empresa afirmava que o canal seria um fonograma que lhe pertenceria.	Contraditório: solução contra a gravadora.	A justiça entendeu que os lucros fossem revertidos ao filho da artista que, por ser menor, tinha a avó materna como tutora.

Passo 2. Descrever a narrativa metalinguística que dá origem à argumentação, retomando os conceitos desenvolvidos no Capítulo 2 (narrativa metalinguística);

O autor percebe que **heranças digitais** é o assunto da frase temática e encontra uma ideia da coletânea que sirva de base para debatê-la. Então, ele concretiza esse tema no início do texto de modo a criar um contexto para que ele possa emitir sua opinião sobre a proposição escolhida.

Configura-se, assim, uma corporificação para cada um dos elementos da proposição, ou seja, os elementos abstratos (herança digital e disputa judicial) serão concretizados em situações sensíveis do mundo real.

Isso ocorre por meio de movimentos da narratividade no texto (narratividade argumentativa). A história que se conta tem um propósito bem claro: o de servir como alicerce para a opinião que será enunciada e justificada.

Diante do dilema que se apresenta à justiça, o autor se posiciona em favor dos herdeiros e explica essa postura, evocando a premissa da sucessão universal de bens que já regula os princípios dos patrimônios clássicos.

Isso lhe dará condições de concluir, ao fim do parágrafo, que as regras para os bens digitais não devem ser diferentes daquelas já existentes para os bens físicos.

Passo 3. Estudar os recursos coesivos com ênfase nos usos dos mecanismos de coordenação e subordinação (coordenação e subordinação na coesão do texto).

A trágica morte de Marília Mendonça, em um acidente de avião, causou uma disputa legal. Uma significativa fonte de renda da cantora vinha do YouTube e foi reivindicada pela gravadora. A empresa afirmava que o canal seria um fonograma que lhe pertenceria. **Todavia**, a conta fora criada pela própria artista, que alimentava seus conteúdos diariamente. A justiça entendeu que os lucros fossem revertidos ao filho da artista que, por ser menor, tinha a avó materna como tutora.

Observamos um uso correto do conectivo **todavia**. Trata-se de uma apresentação de duas cenas que estabelecem uma lógica de adversidade. Por um lado, a gravadora se apropria de um canal de internet. Por outro, a artista criou o canal, e esse bem deveria pertencer a seu herdeiro. Essa breve apresentação abre um espaço mental para que o leitor e o autor se posicionem. Estabelece-se uma dialética na qual várias respostas são possíveis.

Analisemos outro trecho:

Como lidar com patrimônios digitais cujas definições ainda estão em processo de delineamento? Uma conta de YouTube faria parte de um espólio? Para responder **essa indagação**, no caso da cantora, aplicou-se o princípio da sucessão universal, **cuj**a premissa é a de que herdeiros têm direito a receber tudo com valor econômico agregado que pertencia. As regras válidas para os bens físicos **também** são aplicáveis aos digitais, por mais diferentes que sejam suas naturezas. O canal pertencia à Mendonça e não seria, **portanto**, um fonograma; **mas**, um bem pessoal de interação entre a artista e seus fãs, **que**, **por** ter valor financeiro, deveria ser repassado ao herdeiro.

Por fim, observamos uma variedade de coesão lexical e de usos de conectivos coordenados no resto do parágrafo. A evolução do texto se dá por meio de uma compressão da narrativa argumentativa (figura argumentativa) com a coesão referencial (pronomes ‘essa’) e lexical (hiperônimo ‘indagação’) na expressão “**essa indagação**”.

Há o bom uso do pronome relativo ‘cuja’, que retoma o ‘princípio da sucessão universal’ a fim de explicá-lo.

O uso do operador argumentativo ‘também’ reforça a ideia de que os princípios apresentados anteriormente para o mundo não virtual aplicam aos bens digitais.

Depois, a expressão “**(bens) digitais**” é retomada, por coesão não linear, por meio de “o canal de YouTube”, com uso de uma metonímia.

O uso do ‘**portanto**’ conclui e explica a resolução da justiça para o caso que nos é apresentado.

O uso de **uma oração adjetiva explicativa**, seguida de um conectivo ‘**por**’, mostra bom uso de uma oração complexa em que se constata a explicação de uma explicação, com a finalidade de evitar lacunas.

O uso do ‘**por**’ nos remeteria à justificativa sobre a decisão da justiça, que utiliza o princípio da sucessão universal, explicado por meio uma oração subordinada adjetiva explicativa (**cuja premissa é a de que herdeiros tenham direito a receber todo o patrimônio do falecido de quem são beneficiários**) seguida de uma simplificação com a expressão ‘ou seja’, que antecede a conclusão marcada pelo ‘**portanto**’, que marca a opinião do autor sobre o caso e a decisão da justiça, com a qual ele concorda.

3.3.2 *Análise do segundo parágrafo de redação acima da média*

Entrou, em pauta, outra discussão. Ao receber controle sobre as contas de YouTube, a mãe da cantora, na condição de tutora do herdeiro, postou vídeos inéditos e respondeu alguns comentários dirigidos à filha in memoriam. Por isso, foi acusada de cometer crime de falsa identidade, violando a intimidade das correspondências entre os fãs e artista. Os seguidores da conta alegavam a privacidade de suas correspondências havia sido violada. Há, nessa proposição, uma tese válida e outra, equivocada. É fato que a violação da correspondência é uma falha na decisão judicial por desconsiderar a preservação da face de terceiros. Uma conta de YouTube dá acesso a comentários de natureza pessoal. Isso ocorre, pois os canais de streaming são integrados a redes sociais. Herdar os canais monetizados significa ter acesso à troca de mensagens entre o titular e seus seguidores. A privacidade do morto não é violada porque seus direitos se extinguem após seu falecimento. Mas, o direito dos fãs ainda permanece validado. Por outro lado, acusar de falsa identidade um herdeiro que publica na conta de uma pessoa que está morta e cujo perfil declara que o titular da conta está morto não é sensato.

Passo 1. Resumir o parágrafo, analisando a funcionalidade das figuras para a produção de uma argumentação consistente com o que foi pedido pelo tema, sem perder de vista a progressão temática do texto, como todo de sentido (resumo) considerando o apontamento de lacunas e fazer alguns apontamentos da narrativa argumentativa no texto, buscando estudar a coerência nos níveis do parágrafo e do texto, avaliando:

- a. como as figuras comprovam sua microtese;**
- b. como as microteses contribuem para a macrotese (que pode estar em qualquer lugar do texto, mas que precisa estar evidenciada na conclusão).**

No segundo parágrafo, o texto evolui para outro eixo da frase temática. Seu foco não são mais os novos desafios jurídicos para as **heranças digitais**, ainda que o tema não seja totalmente abandonado, o que garante coesão e coerência ao texto.

A redação tratará, agora, **da privacidade do morto e da privacidade de terceiros**, usando a ideia da coletânea de que herdar contas de YouTube pode incorrer em crime de ‘falsidade ideológica e identitária’. Como se vê, há uma progressão para um elemento novo, que não foi mencionado previamente. Isso aumenta a fluidez do texto e tira-lhe a rigidez de uma fórmula que exige que a introdução anuncie o que será posteriormente analisado, criando um texto com certa circularidade.

O texto mantém-se no caso de Marília Mendonça. Usa outro episódio dessa saga: a acusação, feita pelos fãs da cantora, de que a tutora do herdeiro teria violado a privacidade de correspondência ao ganhar acesso às trocas de mensagens entre a artista e seu público. Para opinar a favor da tese de que essa violação ocorreu, o autor diz que a justiça não pensou na ‘preservação da face de terceiros’, fortalecendo ainda mais a ideia do parágrafo anterior de que a justiça tem novos desafios com relação aos bens digitais. Contudo, discorda da acusação acerca da falsidade ideológica, explicando que havia registros de que aquela era a página de uma pessoa *in memoriam*. Se a privacidade de terceiros pode ter sido violada, o texto afirma que a privacidade da morta já não existia, porque seus direitos se extinguiram com sua morte.

Há, assim, um forte fundo jurídico na análise da figura que se coloca. O debate sobre a falsidade identitária e ideológica é analisado satisfatoriamente nas circunstâncias do caso apresentado.

Os fãs acusam a mãe de Marília de violar a privacidade deles.	Contraditório: privacidade do morto e a privacidade de terceiros.	Os fãs acusam a mãe da cantora de violar a privacidade da morta.
Contrário: a privacidade de terceiros é violada pela justiça.		Contrário: os direitos de quem morre se extinguem, então não há privacidade de morto.
A justiça violou o direito de correspondência ao dar acesso das contas de YouTube aos herdeiros.	Contraditório: solução contra a gravadora.	Os direitos de um morto se extinguem quando ele falece.

Passo 2. Descrever a narrativa metalinguística que dá origem à argumentação, retomando os conceitos desenvolvidos no Capítulo 2 (narrativa metalinguística).

O autor percebe que o segundo parágrafo deve ser diferente do primeiro, embora precise manter a mesma linha de raciocínio. Para conseguir a coerência, como já explicamos no Capítulo 2 deste trabalho, deve haver a repetição de algo e a progressão desse mesmo tema. Isso ocorre brilhantemente nessa redação na medida em que um mesmo caso oferece a possibilidade de tratar dois eixos diferentes propostos pela prova:

- **As heranças digitais trazem novos desafios jurídicos?** Quais? Como resolver isso? (primeiro parágrafo)
- Como lidar com o **direito de privacidade do morto e de terceiros** quando um herdeiro tem acesso à correspondência, que deveria ser um bem privativo? Incorre, nesses casos, no crime de **falsidade ideológica**? (segundo parágrafo)

A continuidade do caso de Marília Mendonça permite que o autor desenvolva outro eixo na discussão. Seria possível trazer um caso hipotético. Afinal, inferências também são capazes de corporificar cenas imaginárias que também podem ter valor argumentativo. Ainda, seria possível a apresentação de outra figura, desde que se mantivesse a pertinência com a ideia da microtese, que sempre tem o objetivo de oferecer caminhos para a resposta da macrotese.

Há clareza no projeto de texto que se delineia conforme este vai surgindo. Um projeto feito *a priori*, numa situação real de texto, é sempre, como nos afirma Eco (2003), um “work in progress”. No caso da redação de vestibular, o projeto das ideias para se fazer o projeto de texto é dado pela coletânea. O projeto de texto faz uso dessas ideias potenciais e as articula com casos

reais e imaginados a fim de aplicar valores, que são sempre sociais selecionados e acionados pelo ponto de vista do escritor.

A disputa entre os fãs e a mãe de Marília Mendonça contextualiza a discussão da privacidade do morto e do terceiro. Para opinar sobre as acusações, o autor evoca conhecimentos jurídicos, que lhe servirão de fundo para a tomada de decisão que ele acharia adequada. Além disso, o autor acrescenta o *modus operandi* das redes sociais que articulam canais de vídeo monetizado à interação por comentários e outros tipos de mensagem, causando a confusão no momento de transferência de espólios.

A microtese (que é uma junção de um eixo da frase temática e uma ideia da coletânea, que lhe é atribuída) é corporificada em um caso do mundo real que servirá de contexto ao autor da redação para que ele emita seu veredito sobre o problema que se apresenta. Por estar concretizado em fatos, fica fácil justificar a opinião com outros dados ou com outros conceitos.

Falta, para o fim do texto, analisar o direito patrimonial dos herdeiros, o que deverá ser feito no próximo parágrafo.

Passo 3. Estudar os recursos coesivos com ênfase nos usos dos mecanismos de coordenação e subordinação (coordenação e subordinação na coesão do texto).

Neste parágrafo, temos uma variedade ainda maior de coesão que no parágrafo anterior:

Entrou, em pauta, **outra** discussão. Ao receber controle sobre as contas de YouTube, a mãe da cantora, na condição de tutora do herdeiro, postou vídeos inéditos e respondeu alguns comentários dirigidos à filha *in memoriam*. **Por isso**, foi acusada de cometer crime de falsa identidade, **violando** a intimidade das correspondências entre os fãs e artista. **Os seguidores da conta** alegavam a privacidade de suas correspondências havia sido violada. Há, **nessa proposição**, uma tese válida e outra, equivocada.

Outra vez, temos um ótimo uso de recursos de coesão, que garantem, por sua vez, a coerência. Anuncia-se uma mudança de discussão com o pronome ‘outra’. O objeto de análise será a discussão em nível extrajudicial entre os fãs do canal de YouTube e a tutora do herdeiro que posta mensagens em um painel de uma conta *in memoriam*.

Percebemos bons usos de coordenação:

- o conectivo ‘e’ apresenta uma soma de duas ações compatíveis que iniciarão a discussão do parágrafo: a tutora do herdeiro vai ‘postar vídeos’ e ‘responder comentários’ numa conta *in memoriam*;

- o conectivo '**por isso**' funciona como um operador de consequência para os comentários feitos pela mãe da cantora no perfil da cantora falecida, que suscitarão a indignação dos seguidores que sentem que a privacidade de correspondência foi violada.

Ofereçamos especial atenção para o bom uso das subordinadas reduzidas, que têm o cuidado de mostrar relações estabelecidas em uma mesma cena. Isso é facilmente garantido pela manutenção de um mesmo sujeito semântico, ainda que essa premissa não seja obrigatória do ponto de vista gramatical:

Por isso, foi acusada de cometer crime de falsa identidade, violando a intimidade das correspondências entre os fãs e artista.

O sujeito de 'violando' é o mesmo de 'foi acusada', que nos remete à "mãe da cantora", mencionada no período anterior.

Também, o resgate de expressões por coesão lexical é bem feito. 'Os seguidores da conta' retoma 'fãs'.

Por isso, foi acusada de cometer crime de falsa identidade, violando a intimidade das correspondências entre os **fãs e artista**. **Os seguidores da conta** alegavam a privacidade de suas correspondências havia sido violada.

Do ponto de vista sintático, ainda chama a atenção o bom uso das orações subordinadas reduzidas:

Ao **receber** controle sobre as contas de YouTube, a mãe da cantora, na condição de tutora do herdeiro, postou vídeos inéditos e respondeu alguns comentários dirigidos à filha in memoriam.

"Ao **receber** controle sobre as contas de YouTube, a mãe da cantora" é uma oração subordinada adverbial de tempo que tem o papel argumentativo de localizar o leitor na ordem dos eventos. Porque o evento da oração subordinada antecede o da oração principal nessa sucessão temporal, estabelece-se, também, uma relação de causa e efeito. Observa-se o rigor de deixar claro quem é o sujeito de 'receber', que é o mesmo, do ponto de vista semântico' da oração principal cujo verbo é 'postou'. Assim, o mesmo corpo que sofre a causa sofre a consequência, o que aumenta a clareza do texto.

Caso semelhante acontece em:

É fato que a violação da correspondência é uma falha na decisão judicial por **desconsiderar** a preservação da face de terceiros.

Nesse segundo caso, há outro exemplo de subordinação de causa, com manutenção do mesmo sujeito semântico. Como já dissemos, essa continuidade entre o sujeito da subordinada e o da oração principal não é uma regra gramatical, mas o uso desse recurso aumenta a precisão e a clareza da informação por uma questão de corporificação. É de esperar que o mesmo corpo sofra consequências das causas que o acometeram.

Por fim, a expressão ‘nessa proposição’ retoma a acusação dos fãs da cantora para introduzir o veredito do autor, devidamente explicado e justificado.

3.3.3 *Análise do terceiro parágrafo de redação acima da média*

Transcrição do terceiro parágrafo:

Nessa discussão, é preciso chamar atenção ao fato de que a transmissão patrimonial de bens digitais ainda exige muita regulamentação. O problema das contas de YouTube é um entre vários. É cada vez mais comum o investimento em criptomoedas, cujo acesso só é possível mediante senha pessoal. Caso o inventariante não saiba as senhas do falecido, o herdeiro não terá acesso a um bem que lhe é de direito. As próprias empresas que gerem as carteiras desse tipo de recurso financeiro não guardam as senhas de seus usuários em seus sistemas para garantir que o dinheiro não seja desviado por atividade de hackers.

Passo 1. Resumir o parágrafo, analisando a funcionalidade das figuras para a produção de uma argumentação consistente com o que foi pedido pelo tema, sem perder de vista a progressão temática do texto, como todo de sentido (resumo) considerando o apontamento de lacunas e fazer alguns apontamentos da narrativa argumentativa no texto, buscando estudar a coerência nos níveis do parágrafo e do texto, avaliando:

- a. como as figuras comprovam sua microtese;**
- b. como as microteses contribuem para a macrotese (que pode estar em qualquer lugar do texto, mas que precisa estar evidenciada na conclusão).**

O eixo do terceiro parágrafo trata dos bens a serem herdados. Discute o caso das criptomoedas. Se, nos primeiros parágrafos, a questão estava voltada para os direitos do morto e das pessoas com quem esse falecido se relacionava, o terceiro parágrafo evolui na narratividade do argumento, focando outro personagem: a família que recebe a herança.

Há o problema do acesso aos bens digitais, guardados por senhas de acesso pessoais que são invioláveis do ponto de vista técnico.

De novo, o autor recorre à coletânea e desenvolve os dados ali presentes. Recorre a situações hipotéticas com personagens genéricos de forma correta para uma dissertação.

Ao dizer que “o herdeiro não terá acesso a um bem que lhe é de direito”, o autor coloca seu ponto de vista de que a falta de procedimentos tecnológicos para a transmissão de patrimônio que exijam senhas pessoais é uma falha que precisa ser corrigida nas heranças digitais.

A ideia já se encontra na coletânea, mas é desenvolvida pelo autor com um fundo jurídico e com uma figura narrativa que corporifica o problema, permitindo-lhe comungar com seu leitor as circunstâncias de sua opinião.

A mera exposição dos fatos já é suficiente para entender o que o autor quer dizer, tendo em vista tudo o que já foi analisado previamente. Por essa razão, inclusive, o terceiro parágrafo permite-se ser menor que os demais.

Vejamos a aplicação das proposições no quadrado aristotélico:

Herdeiros têm direito a criptomoedas.	Contraditório: oposição do direito dos herdeiros à prática das empresas.	Empresas não dão acesso às senhas de criptomoedas a herdeiros.
Contrário: herdeiros têm direitos que não são validados.		Contrário: empresas não conseguem conciliar necessidade de segurança e a dos herdeiros.
Herdeiros não recebem as criptomoedas se não tiverem a senha.	Contraditório: oposição entre as dificuldades dos herdeiros e as das empresas.	Empresas não armazenam acesso a senhas de criptomoedas por causa de hackers.

Passo 2. Descrever a narrativa metalinguística que dá origem à argumentação, retomando os conceitos desenvolvidos no Capítulo 2 (narrativa metalinguística).

Na continuidade do texto, o autor evoca a ideia de que o direito patrimonial da família nem sempre é garantido em razão de aspectos tecnológicos. A fim de desenvolver essa ideia, apresenta-se o caso das criptomoedas.

O autor não tem restrições de evocar situações hipotéticas do mundo imediato. Ao contrário do que se ensina na escola tradicional, a criação de cenas possíveis é uma forma de argumento. Afinal, nem toda retórica é baseada em argumentos fundamentados na estrutura do real.

O mais importante a ser apontado nesse parágrafo é que, diferentemente dos anteriores, ele não se respalda em uma apresentação de exemplos. Há outra forma de argumentação que se orienta pela explicação de conceitos.

Isso é possível porque os parágrafos anteriores já deram a base de credibilidade para que o leitor aceite as explicações que virão sem necessidade de se evocarem casos e exemplos.

Passo 3. Estudar os recursos coesivos com ênfase nos usos dos mecanismos de coordenação e subordinação (coordenação e subordinação na coesão do texto).

Em,

Nessa discussão, é preciso chamar atenção ao fato de que a transmissão patrimonial de bens digitais **ainda** exige muita regulamentação,

observaremos a retomada da questão dos direitos de privacidade do morto e de terceiros com a expressão ‘nessa discussão’. O conectivo ‘ainda’ anuncia que um novo aspecto será tratado: a regulamentação para a manutenção dos direitos dos herdeiros em outros tipos de herança digital, diferentes dos canais de redes sociais. Isso se comprova com a continuidade do texto que explicará quais regulamentações ‘ainda’ são exigidas:

O problema das contas de YouTube é um entre vários. É cada vez mais comum o investimento em **criptomoedas**, cujo acesso só é possível mediante senha pessoal. **Caso o inventariante não saiba as senhas do falecido, o herdeiro não terá acesso a um bem que lhe é de direito.** As próprias empresas que gerem as carteiras desse tipo de recurso financeiro não guardam as senhas de seus usuários em seus sistemas para garantir que o dinheiro não seja desviado por atividade de hackers.

Por meio de processos de coesão lexical, o autor consegue explicar e exemplificar outra questão que exige melhor regulamentação nas heranças virtuais e que apresentam dificuldades para a justiça: o caso das criptomoedas. O período **“Caso o inventariante não saiba as senhas do falecido, o herdeiro não terá acesso a um bem que lhe é de direito”** explica o problema das criptomoedas para a validação do direito de sucessão universal dos herdeiros. A justificativa para elucidar esse problema vem no período seguinte, em **“As próprias empresas que gerem as carteiras desse tipo de recurso financeiro não guardam as senhas de seus usuários em seus sistemas para garantir que o dinheiro não seja desviado por atividade de hackers”**. É curioso que

essa explicação não seja introduzida por um conectivo. O autor sabe trabalhar inclusive com injunções que ativem pressupostos, valendo-se da cadeia de informações organizada de forma a criar relações de sentido sem a necessidade de uma marcação. Esse recurso é ativado porque outros elementos coesivos foram bem usados previamente, permitindo que a repetição de certos procedimentos ocorresse por elipse de expedientes previamente acionados.

3.3.4 *Análise do quarto parágrafo de redação acima da média*

Transcrição do quarto parágrafo:

Portanto, entre o direito à transmissão de bens digitais aos herdeiros e a privacidade do morto e de terceiros, há o desafio de lidar com aspectos técnicos desse novo tipo de bens tanto no âmbito operacional (como no caso das criptomoedas) quanto no jurídico (como no caso das contas de YouTube). No primeiro contexto, as famílias podem deixar de receber bens que lhe são de direito por não haver uma proteção jurídica que regulamente a forma de operar tais carteiras. No segundo cenário, a justiça precisa considerar resoluções que não violem direito de terceiros, considerando que junto dos bens digitais com valor monetário existem bens personalíssimos que precisam ser protegidos. As respostas para como lidar com essas novas questões estão longe de serem resolvidas.

Passo 1. Resumir o parágrafo, analisando a funcionalidade das figuras para a produção de uma argumentação consistente com o que foi pedido pelo tema, sem perder de vista a progressão temática do texto, como todo de sentido (resumo) considerando o apontamento de lacunas e fazer alguns apontamentos da narrativa argumentativa no texto, buscando estudar a coerência nos níveis do parágrafo e do texto, avaliando:

- a. como as figuras comprovam sua microtese;**
- b. como as microteses contribuem para a macrotese (que pode estar em qualquer lugar do texto, mas que precisa estar evidenciada na conclusão).**

Na conclusão do texto, o autor encontra um elemento comum à privacidade de mortos e terceiros e ao direito patrimonial de herdeiros em herança digital, respondendo à macrotese. Para ele, há dificuldades técnicas de lidar com esse tipo de espólio tanto no nível jurídico (como se verificou no caso de Marília Mendonça, que envolvia questões de privacidade de terceiros) quanto no nível técnico (como se observou no caso das criptomoedas).

O autor admite não ter as respostas para esses problemas. Apenas aponta o resultado de sua análise.

Passo 2. Descrever a narrativa metalinguística que dá origem à argumentação, retomando os conceitos desenvolvidos no Capítulo 2 (narrativa metalinguística).

Seguindo a lógica de uma pergunta dialética, o autor apresenta os elementos e deixa que a resposta surja a partir do que foi exposto. Os argumentos são usados para chegar à resposta que, dificilmente, seria produzida antes de o texto se engendrar.

Passo 3. Estudar os recursos coesivos com ênfase nos usos dos mecanismos de coordenação e subordinação (coordenação e subordinação na coesão do texto).

O último parágrafo se inicia com um conectivo de conclusão **portanto**.

A síntese dos argumentos retoma elementos já apresentados. É o único momento em que a coesão não é linear (frase a frase) por retomar tudo o que foi colocado previamente nos parágrafos anteriores. Por essa razão, o uso de **no primeiro contexto** e de **no segundo cenário** para introduzir a análise da resposta dada é bem fundamentado. Trata-se de uma retomada dos argumentos para explicar onde a resposta se encontra no que já foi colocado.

4 CONCLUSÕES

Por fim, chegamos às nossas conclusões:

1. **A narrativa tradicional de ensinar fórmulas de textos deve ser repensada.** As aulas de redação para vestibular devem, antes, assegurar que alunos avancem em seus processos de letramento, com o intuito de garantir que eles decodifiquem as perguntas que lhes são feitas pelas provas. Cada pergunta tem sua particularidade. Sem a inteligência do que o enunciado pede, o treino de redação para vestibular pode interromper o processo de decifrar a escrita, que não se esgota nos primeiros anos do ensino fundamental.

Essa reflexão nos veio à mente a partir de um artigo de Massini-Cagliari (2000, p. 55), no qual se lerá:

Aprender a decifrar a escrita é a principal atividade dos alunos no período de alfabetização. E mais: ser alfabetizado é saber decifrar a escrita, saber ver a escrita e dizer o que está lá registrado; todo o resto, a partir daí, virá por acréscimo.

O processo de alfabetização tem sua continuidade no letramento. Ainda que sejam dois momentos diferentes na destreza com a língua, as falhas de decifração da escrita acontece também com alunos que já sabem decodificar palavras, frases, orações e períodos. Em vez de se preocupar com a estrutura do texto (entendida de forma estanque), é mais efetivo ensinar o aluno a simplesmente entender o que a prova quer dele, seja na leitura da frase temática, seja na coletânea.

2. **É preciso ensinar os conceitos de coesão, de coerência, de expedientes gramaticais, como subordinação e de coordenação, a fim de desenvolver bons escritores, que façam bom uso da língua.** O aprendizado pelo exemplo é o caminho mais eficaz. Ler grandes autores com o intuito de entender como esses conceitos linguísticos se manifestam na vida real (criando nuances de sentido) é fundamental na vida de qualquer pessoa. A língua e seu manuseio são instrumentos de poder. A comunicação é hoje a atividade mais exercida na era digital. Manipular os expedientes gramaticais e dominá-los bem é mister para que consigamos nos aproximar do que gostaríamos de dizer.

3. **É preciso simplesmente ensinar os alunos a lerem e a administrarem sua capacidade de selecionar dados para constituírem seus pontos de vista, que devem ser entendidos como obras abertas para si mesmos.** O desenvolvimento da noção de obra aberta, tão discutida por Eco (2003), encontra ressonância na obra de Halliday (2004), para quem a escolha lexical e as decisões de quais estruturas gramaticais usar criam a verdadeira tessitura de um bom discurso e de um bom texto. É preciso saber ouvir as palavras. Achegar-se a elas, atendendo seus caprichos, a fim de não confrontar com elas. O tema e o rema são produtos do acaso, que podem trazer novos dados no decorrer do texto, a partir da leitura das coletâneas. No entanto, antes de promover essa progressão temática, o autor precisa fechar os raciocínios que previamente abriu, sempre pensando no leitor.
4. **As teorias linguísticas devem ser usadas de forma transversal. É mister dar ênfase às nuances de sentidos que estruturas linguísticas constroem.** O conhecimento de filosofia, de história, de literatura, de física e dos outros saberes pode servir de figuras (narrativas argumentativas) ou de fundos que instrumentalizarão a análise do redator.
5. **A natureza do texto ser indutiva ou dedutiva dependerá do questionamento pedido pela prova.** Em geral, perguntas dialéticas e abertas costumam direcionar para um texto que deixe a resposta à frase temática para o final do texto. Entretanto, isso não é uma regra. A macrotese pode aparecer em qualquer lugar do texto, ainda que a conclusão seja seu espaço adequado.
6. **A lógica do texto deve se sobrepor à lógica do autor.** O texto tem certa vida própria. Numa prova, com tempo marcado, não é possível adestrar o texto de forma a ter total domínio dele porque as escolhas feitas ao longo da sua elaboração conduzirão a linha de raciocínio que quiser seguir a coesão e a coerência. Isso se agrava ainda mais quando os recortes da coletânea são considerados dentro de um contexto ideológico da banca que a formula.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. S. **Manual de redação**. São Paulo: Ática 2002.
- ABREU, A. S. **Gramática integral da língua portuguesa**. São Paulo: Ateliê, 2018.
- ABREU, A. S. **Criatividade**: uma visão cognitiva e cultural para o século 21. São Paulo: Giostri, 2020.
- ABREU, A. S. **A arte de argumentar**. São Paulo: Ateliê, 2023a.
- ABREU, A. S. **O design da escrita**. São Paulo: Ateliê, 2023b.
- ARENDT, H. Trabalho, obra e ação. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 175-201, 2005.
- ARISTÓTELES. **Arte retórica**. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- BAERT, P.; SILVA, F. C. **Teoria social contemporânea**. São Paulo: Ateliê e Laboratório de Redação Editora, 2023.
- BARROS, D. L. P. **Teoria semiótica do texto**. São Paulo: Ática, 1996.
- BARTHES, R. La mort de l’auteur. *In*: BARTHES, R. **Le bruissement de la langue**. Paris: Points, 1984. (Essais critique IV.)
- BAUMAN, Z. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos vínculos humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BEAUGRANDE, R.; DRESSLER, W. **Introduction to text linguistics**. London: Longman, 1981.
- BERGEN, B. K. **Louder than words**. New York: Basic Books, 2019.
- BORGES, J. L. Utopia de un hombre que está cansado. *In*: BORGES, J. L. **El libro de arena**. Madrid: Alianza Editorial, 1977. p. 96-106.
- BRASIL. **Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)**: fundamentação teórico-metodológica. Brasília: O Instituto, 2005. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/407>. Acesso em: 20 mar. 2023.
- BRASIL. **Manual do corrector**. Brasília: O Instituto, 2019. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2020/Competencia_3.pdf. Acesso em: 20 mar. 2023.

BROWN, G.; YULE, G. **Discourse analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

CARRASCOSSI, C. N. S. **Gramaticalização e (inter)subjetivização na modalização em português: um estudo de pode ser**. 2011. 170 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2011.

CHAROLLES, M. Introdução aos problemas da coerência dos textos (Abordagem teórica e estudo das práticas pedagógicas). *In*: GALVES, C.; ORLANDI, E. P.; OTANI, P. **O texto: leitura e escrita**. 2. ed. Campinas: Pontes, 1997.

CHAROLLES, M. Cohérence, pertinence et intégration conceptuelle », Des discours aux textes: modèles et analyses. **Mont-Saint-Aignan**, Publication des Universités de Rouen et du Havre (Dyalang), p. 39-74, 2006.

CHARTIER, R. **Os desafios da escrita**. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

CNE/CEB – CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Parecer n.º 11, de 7 de outubro de 2010**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Brasília, 2010a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6324-pceb011-10&category_slug=agosto-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 7 jun. 2024.

CNE/CEB – CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução n.º 7, de 14 de dezembro de 2010**. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Diário Oficial da União, Brasília, 2010b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf. Acesso em: 7 jun. 2024.

COMVEST – COMISSÃO PERMANENTE PARA OS VESTIBULARES DA UNICAMP. **Prova de Redação e Língua Portuguesa**: Unicamp 2023. Disponível em: <https://www.comvest.unicamp.br/vest2023/F2/provas/2023F2redporingcn.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2023.

COMODIDADE. *In*: DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa [on-line]. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. Disponível em: <https://houaiss.online/houaission/>. Acesso em: 7 jan. 2023.

DONÁ, B. Q. A. As histórias que o título projeta: expectativas preenchidas (ou não!) no texto. **Sinergia**, São Paulo, v. 20, Edição Especial – Comunicação Científica, Cognição e Persuasão, 2019. Disponível em: <file:///Users/adriansteinwaychan/Downloads/94-292-PB.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2023.

ECO, U. **Obra aberta**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

ENEM – EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO. **Guia do Estudante**. 5 nov. 2023. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/enem/confira-espelhos-de-redacoes-nota-1000-no-enem-2022>. Acesso em: 19 jan. 2024.

ESCRAVIDÃO. *In*: DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa [on-line]. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. Disponível em: <https://houaiss.online/houaission/>. Acesso em: 7 jan. 2023.

FAUCONNIER, G.; TURNER, M. **The way we think**: conceptual blending and the mind's hidden complexities. New York: Basic Books, 2002.

FAVERO, L.L.; KOCH, I. **Linguística textual**: introdução. São Paulo: Cortez, 1983.

FLOCH, J.-M. **Le carré**: semiotique: Pour une topographie du sens. Semiotique et publicité II. Paris: IREP, 1983.

FLOCH, J.-M. **Petites mythologies de l'œil et de l'esprit**. Paris and Amsterdam: Hades Benjamins, 1985.

FLOCH, J.-M. Un Mammouth de la nouvelle génération à la porte de Lyon, la sémiotique au service de l'hypermarché. **Points de Vente, Libre-service Actualités**, n. 1044, 1986.

FUVEST – FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA PARA O VESTIBULAR. **Primeiro dia da segunda fase**. São Paulo: Fuvest, 2017.

GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. **The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics**. Oxford: Oxford University Press, 2010. Kindle Edition.

GRÁCIO, R. A. Demonstração x Argumentação. 2015. Disponível em: <https://www.ruigracio.com/VCA/DemonsvsArg.htm>. Acessado em: 24 ago. 2024.

GREIMAS, A. J. **Sémantique structurale**: Recherche de méthode. Paris: Presses Universitaires de France, 2002.

GIBBS, R W. **The poetics of mind**: Figurative thought, language, and understanding. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

HALLIDAY, M. **An introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold, 1985.

HALLIDAY, M. **An Introduction to functional grammar**. New York: Hodder Arnold, 2004.

HALLIDAY, M.; HASAN, R. **Cohesion in English**. London: Longman, 1976.

HALLIDAY, M.; HASAN, R. **Language, text and context**: Aspects of language in a social-semiotic perspective. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HERMAN, D.; PHELAN, J.; RABINOWITZ, P. J.; RICHARDSON, B.; WARHOL, R. R. **Narrative Theory**: Core Concepts and Critical Debates (Theory interpretation narrativity). Columbus: Ohio State University Press, 2012. Kindle Edition.

HJEMSLEV, L. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KANT, I. **Crítica à razão pura**. São Paulo: Martin Claret, 2008.

KOCH, I. V. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 1990.

- KOCH, I. V.; TRAVAGLIA, L. C. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 1990.
- KRESS, G. **The linguistic expression of social meaning: discourse, genre and text**. Linguistic processes in sociocultural practices. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- LAKOFF, G.; JOHNSON M. **Metaphors we live by**. Chicago: University of Chicago Press, 1980
- LAKOFF, G.; JOHNSON M. **Philosophy in the flesh: The embodied mind and its challenge to Western thought**. New York: Basic Books, 1999.
- LANGACKER, R. W. **Foundations of cognitive grammar: theoretical prerequisites**. Stanford: Stanford University Press, 1987. v. 1.
- LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia da estrutura**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.
- LISPECTOR, C. **Um sopro de vida**. São Paulo: Rocco, 2020.
- LUKE, A. **Text and discourse in education: an introduction to critical discourse analysis**. Oxford: Oxford University Press, 1985.
- LYOTARD, J.-F. **A condição pós-moderna**. Tradução Ricardo Corrêa Barbosa. 15. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.
- MARX, K. **Ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MASSINI-CAGLIARI, G. O ensino da leitura e da escrita na alfabetização: para não colocar o carro na frente dos bois. **Revistas de Estudos de Educação**, ano 2, v. 2, p. 47-57, 2000.
- MASSINI-CAGLIARI, G. **O texto na alfabetização: coesão e coerência**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.
- MARLOWE, C. **Doctor Faust**. London: WW Norton , 2023.
- MORIN, E. **A cabeça bem formada**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- NARRAÇÃO. In: DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa [*on-line*]. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. Disponível em: <https://houaiss.online/houaission/>. Acesso em: 7 jan. 2023.
- NEVES, M. H. M. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- NEVES, M. H. M. Aspectos da gramaticalização em português. In: NEVES, M. H. M. **Para sempre em mim**. Homenagem à Profa. Ângela Vaz Leão. Belo Horizonte: Ed. PUC-MG, 1998.
- NEVES, M. H. M. Imprimir marcas no enunciado. Ou: a modalização na linguagem. In: NEVES, M. H. M. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 151-166.

NIETZSCHE, F. **Além do bem e do mal**. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

NUNES, B. **O tempo na narrativa**. São Paulo: Ática, 2000.

PERLS, F. S. **A abordagem gestáltica e testemunha ocular da terapia**. São Paulo: Guanabara Koogan, 1988.

PROPP, V. Y. **The Russian Folktale**. Detroit: Wayne State University Press, 2012.

SANTA MARIA, A. B. **Metáforas esmurram em realidades em blogs de política: aspectos linguístico-cognitivos do uso de metáforas em processos de argumentação**. 2024. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 2024.

SARAFAINI, M. T. **Como escrever textos**. São Paulo: Globo, 1997.

SAUSSURE, F. **Cours de linguistique générale**. Lausanne: Payot, 2016.

SHELLEY, M. **Frankenstein**. London: Penguin Books, 1996.

THOMPSON, S. ‘Object complements’ and conversation: Towards a realistic account. **Studies in Language**, Cambridge, v. 26, p. 125-164, 1989.

TOBIN, V. **Elements of surprise: our mental limits and the satisfactions of plot**. Cambridge: Harvard Press, 2018.

TOMASELLO, M. **The cultural origins of human cognition**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1999.

TRACY, D. **Eléments d’Idéologie: idéologie proprement dite**. Charleston: Nabu Press, 2011. *E-book*. Disponível em: https://www.amazon.com.br/s?k=elements+d%27ideologie&__mk_pt_. Acesso em: 19 jan. 2024.

ANEXOS

ANEXO 1 – MATERIAIS DIDÁTICOS

REDAÇÃO

AULA

1

A dissertação no vestibular: mitos e verdades

► **Propriedades do gênero dissertação escolar ou de vestibular**

1. Texto analítico.
2. Predomínio de substantivos abstratos: temas, conceitos e generalizações.
3. Temáticas políticas, econômicas, sociais e metafísicas.
4. Efeito de objetividade e distanciamento por meio da terceira pessoa.
5. Efeito de subjetividade, de aproximação ou inclusão por meio da primeira pessoa do plural.
6. Predomínio da função referencial da linguagem.

Estrutura clássica do gênero dissertação escolar ou de vestibular

- **Introdução**
Tema/Contexto
Tese
- **Desenvolvimento**
Argumentos para sustentar a tese
- **Conclusão**
Intervenção
Resumo

EM CLASSE DESENVOLVENDO HABILIDADES

Textos para a questão 1



Terminada a redação sobre "Progresso e evolução", o candidato teria pisado na folha em que redigira o texto e dito: "Este é um pequeno passo para o homem, um salto gigantesco para a humanidade".



Em vez de escrever 30 linhas sobre o tema dos efeitos da autocobrança, um candidato teria redigido uma única frase na última linha da folha: "O lápis escreveu e a borracha apagou".



"Tique-taque... a pilha acabou" teriam sido as únicas palavras escritas várias vezes na folha de redação de um candidato, que dizem ter obtido nota máxima em uma dissertação sobre a relação do ser humano com o tempo.

1 Os textos acima fazem referência a difundidas lendas sobre a redação de vestibular, todas elas pautadas no mito de que:

- a) textos sincréticos sempre compõem a coletânea de textos da redação.
- b) a estética é parte fundamental da composição de um texto de vestibular.
- c) mito e ciência caminham juntos: sem conhecimento científico, nenhum dos acontecimentos expressos nas frases seria possível.
- d) a citação de grandes personalidades, como filósofos renomados, garante a nota máxima em redação.
- e) a criatividade e a inspiração são os principais critérios avaliados na redação.

JA PORTUGUESA
10

APOSTILA ALFA ANGLO

DISPONÍVEL EM: <https://maestro.plurall.net/?state=21765365391509744#/booksViewer/251ec8fe-20b1-4df3-a848-27b03add2025/new>. Acessado em 08/03/2024.

ANEXO 2 – PROVA DA UNICAMP 2023

2. A PROVA DE REDAÇÃO DO VESTIBULAR UNICAMP 2023

REDAÇÃO

PROPOSTA 1

Uma amiga sua de escola foi vítima de um disparo acidental por arma de fogo, realizado por uma pessoa que havia obtido porte de colecionador de armas com base nos Decretos Federais 9.846/2019 e 10.627/2021. Um ano após a morte de sua amiga, você foi informada/o de que um grupo de empresários de seu bairro inauguraria um *clube de tiro* perto da sua casa. Preocupada/o, você decidiu convocar uma reunião com a associação de moradores do seu bairro para discutirem providências a serem tomadas a respeito. No seu texto de **convocação**, você deve **a)** destacar os perigos que envolvem a abertura de um *clube de tiro* em seu bairro; **b)** apresentar argumentos contrários à posse e ao porte de armas de fogo; e, de modo mais amplo, **c)** criticar uma política de segurança pública baseada no armamento da população brasileira. O seu texto deve, obrigatoriamente, levar em conta a coletânea a seguir.

1. Dados do Exército Brasileiro mostram que, entre janeiro de 2019 e maio de 2022, surgiram 1.006 clubes de tiro no Brasil. É quase um clube de tiro inaugurado por dia, totalizando mais de 2 mil espaços como estes em todo o país. Paralelamente, números divulgados pelo Anuário de Segurança Pública apontam um crescimento de 474% no número de pessoas que conseguiram o Certificado de Registro – documento emitido pelo Exército –, que dá direito ao cidadão de exercer atividades como Caçador, Atirador e Colecionador, os chamados CACs. Essa autorização também inclui transitar com a arma no percurso entre a casa e o clube de tiro. A abertura de clubes de tiros interessa ao setor econômico da indústria armamentista, composta por indústrias de armas, empresários de clubes, atiradores, influenciadores digitais, instrutores e todos que defendem o uso da arma de fogo. Muitos desses estabelecimentos também trabalham com a venda de armas e auxiliam o interessado com a documentação exigida para tirar o porte de arma.

(Adaptado de SOBREIRA, Amanda. Como a política de armas de Bolsonaro facilita crimes e arsenais como o de Roberto Jefferson. *Brasil de Fato*, 29/10/2022.)

2. O Instituto Sou da Paz aponta que, atualmente no Brasil, mais de 880 mil armas de fogo estão nas mãos de CACs. A lei em vigor permite que os atiradores comprem até 60 armas, sendo que 30 de uso restrito, como fuzis, além da compra anual de até 180 mil balas. Já os caçadores podem comprar até 30 armas, 15 delas de uso restrito e até 6 mil balas. Para os colecionadores, a legislação não impõe limite numérico.

(Adaptado de DEISTER, Jaqueline. O que os últimos homicídios cometidos por policiais significam no debate sobre armamento? *Brasil de Fato*, 20/07/2022.)

3. “Ter uma arma triplica o risco de suicídio”, salienta David Hemenway, professor de saúde pública da *Universidade de Harvard*. Várias de suas pesquisas concluíram que estados onde há mais lares com armas têm taxas de suicídio mais altas, particularmente suicídios por armas de fogo. A diferença seria explicada pelo acesso mais fácil ao armamento, já que não havia nessas residências problemas de saúde mental ou casos de pensamentos suicidas acima da média. Em análises da relação entre disponibilidade de armas de fogo e mortes não intencionais, homicídios e suicídios de mulheres e crianças, o professor Hemenway concluiu que em estados com mais armas há mais mortes violentas nesses grupos. Outra análise, comparando 25 países de renda alta, revelou que, onde há mais armas, há mais homicídios de mulheres, com os Estados Unidos da América no topo da lista.

(Adaptado de CORRÊA, Alessandra. Armas são eficazes para defesa pessoal? Por que este professor americano sustenta que esse discurso é mito. *BBC News Brasil*, 18/09/2018.)

ANEXO 3 – PROVA DA FUVEST



Área Reservada
Não escreva no topo da folha

Examine o texto* abaixo, para fazer sua redação.

Resposta à pergunta: O que é Esclarecimento?

*Esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de servir-se de seu próprio entendimento sem direção alheia. O homem é o próprio culpado dessa menoridade quando ela não é causada por falta de entendimento mas, sim, por falta de determinação e de coragem para servir-se de seu próprio entendimento sem a tutela de um outro. Sapere aude!** Ousa fazer uso de teu próprio entendimento! Eis o lema do Esclarecimento.*

A preguiça e a covardia são as causas de que a imensa maioria dos homens, mesmo depois de a natureza já os ter libertado da tutela alheia, permaneça de bom grado a vida inteira na menoridade. É por essas mesmas causas que, com tanta facilidade, outros homens se colocam como seus tutores. É tão cômodo ser menor. Se tenho um livro que faz as vezes de meu entendimento, se tenho um diretor espiritual que assume o lugar de minha consciência, um médico que por mim escolhe minha dieta, então não preciso me esforçar. Não tenho necessidade de pensar, se é suficiente pagar. Outros se encarregarão, em meu lugar, dessas ocupações aborrecidas.

A imensa maioria da humanidade considera a passagem para a maioridade, além de difícil, perigosa, porque aqueles tutores de bom grado tomaram-na sob sua supervisão. Depois de terem, primeiramente, emburrecido seus animais domésticos e impedido cuidadosamente essas dóceis criaturas de darem um passo sequer fora do andador de crianças em que os colocaram, seus tutores mostram-lhes, em seguida, o perigo que é tentarem andar sozinhos. Ora, esse perigo não é assim tão grande, pois aprenderiam muito bem a andar, finalmente, depois de algumas quedas. Basta uma lição desse tipo para intimidar o indivíduo e deixá-lo temeroso de fazer novas tentativas.

Immanuel Kant

* Para o excerto aqui apresentado, foram utilizadas as traduções de Floriano de Sousa Fernandes, Luiz Paulo Rouanet e Vinicius de Figueiredo.

** *Sapere aude*: cit. lat. de Horácio, que significa "Ousa saber".

Estes são os parágrafos iniciais de um célebre texto de Kant, nos quais o pensador define o Esclarecimento como a saída do homem de sua menoridade, o que este alcançaria ao tornar-se capaz de pensar de modo livre e autônomo, sem a tutela de um outro. Publicado em um periódico, no ano de 1784, o texto dirigia-se aos leitores em geral, não apenas a especialistas.

Em perspectiva histórica, o Esclarecimento, também chamado de Iluminismo ou de Ilustração, consiste em um amplo movimento de ideias, de alcance internacional, que, firmando-se a partir do século XVIII, procurou estender o uso da razão, como guia e como crítica, a todos os campos da atividade humana. Passados mais de dois séculos desde o início desse movimento, são muitas as interrogações quanto ao sentido e à atualidade do Esclarecimento.

Com base nas ideias presentes no texto de Kant, acima apresentado, e valendo-se tanto de outras informações que você julgue pertinentes quanto dos dados de sua própria observação da realidade, redija uma dissertação em prosa, na qual você exponha o seu ponto de vista sobre o tema:

O homem saiu de sua menoridade?

Instruções:

- A dissertação deve ser redigida de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.
- Escreva, no mínimo, 20 linhas, com letra legível. Não ultrapasse o espaço de 30 linhas da folha de redação.
- Dê um título a sua redação.

ANEXO 4 – QUESTIONÁRIO FEITO EM SALA DE AULA

O que é texto?

O que é coesão?

O que é coerência?

Você sabe qual a diferença entre coesão e coerência?

ANEXO 5 - MANUAL DO CANDIDATO VUNESP

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA REDAÇÃO

Na prova de redação, espera-se que o candidato produza um texto dissertativo-argumentativo (em prosa), coerente, coeso (bem articulado) e de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, a partir da leitura e compreensão de textos auxiliares, que servem como um referencial para ampliar os argumentos produzidos pelo próprio candidato.

A prova de redação será avaliada conforme os critérios a seguir:

A) Tema: avalia-se, neste critério, se o texto do candidato atende ao tema proposto. A fuga completa ao tema proposto é motivo suficiente para que a redação não seja corrigida em qualquer outro de seus aspectos, recebendo nota 0 (zero) total.

B) Estrutura (gênero/tipo de texto e coerência): consideram-se aqui, conjuntamente, os aspectos referentes ao gênero/tipo de texto proposto e à coerência das ideias. A fuga completa ao gênero/tipo de texto é motivo suficiente para que a redação não seja corrigida em qualquer outro de seus aspectos, recebendo nota 0 (zero) total. Na avaliação do gênero/tipo de texto, observa-se como o candidato sustenta a sua tese, em termos argumentativos, e como essa argumentação está organizada, considerando-se a macroestrutura do texto dissertativo (introdução, desenvolvimento e conclusão). Sabe-se que é comum, em textos dissertativos, a exposição de fatos e opiniões, mas é imprescindível que haja um posicionamento por parte do autor da redação, a partir da defesa (clara) de um ponto de vista. No gênero/tipo de texto, avalia-se também o tipo de interlocução construída: por se tratar de uma dissertação-argumentativa, deve-se prezar pela objetividade. Sendo assim, o uso de primeira pessoa do singular e de segunda pessoa (singular e plural) poderá ser penalizado. Além disso, também poderá ser penalizada a referência direta à situação imediata de produção textual (ex.: *como afirma o autor do primeiro texto/da coletânea/do texto I; como solicitado nesta prova/proposta de redação*), porque é importante que o texto escrito pelo candidato tenha autonomia, isto é, não dependa da consulta (por parte do leitor) da proposta de redação (textos de apoio e frase temática) para ser amplamente compreendido. Na coerência, serão observados o nível de compreensão (por parte do candidato) dos textos de apoio da proposta, o conhecimento de mundo (repertório) do candidato, a pertinência dos argumentos mobilizados para a defesa do ponto de vista adotado e a capacidade do candidato para desenvolver, relacionar e encadear satisfatoriamente as informações e ideias abordadas no texto. Assim, na avaliação deste critério, serão consideradas aspectos negativos: a falta de partes da macroestrutura dissertativa, a falta de um posicionamento (por parte do autor da redação) na defesa de um determinado ponto de vista, a falta de autonomia do texto, a presença de contradição entre as ideias, a falta de desenvolvimento dos argumentos

e a presença de conclusões não decorrentes do que foi previamente exposto.

C) Língua (modalidade e registro): avalia-se, neste critério, a adequação do texto à modalidade escrita e ao registro formal da língua portuguesa. Serão examinados, neste item, aspectos gramaticais e de convenção da escrita, tais como concordância (verbal e nominal), regência, ortografia, acentuação, pontuação etc., bem como a escolha lexical (precisão vocabular) e o grau de formalidade/informalidade expresso em palavras e expressões.

D) Coesão: avalia-se, neste item, o emprego dos recursos coesivos da língua (anáforas, catáforas, substituições, conjunções etc.), responsáveis por tornar mais clara e precisa a relação entre palavras, orações, períodos e parágrafos do texto. Serão considerados aspectos negativos as quebras entre frases ou parágrafos e o emprego inadequado de recursos coesivos.

Será atribuída nota zero à redação que:

- fugir ao tema e/ou gênero propostos;
- apresentar nome, rubrica, assinatura, sinal, iniciais ou marcas que permitam a identificação do candidato;
- estiver em branco;
- apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e/ou palavras soltas);
- for escrita em outra língua que não a portuguesa;
- estiver predominantemente ilegível e/ou com letra incompreensível;
- apresentar o texto definitivo fora do espaço reservado para tal;
- apresentar 7 (sete) linhas ou menos (sem contar o título);
- apresentar menos de 8 (oito) linhas AUTORAIS (não copiadas da prova, dos textos de apoio, de modelos prontos de redação ou de outras fontes) contínuas e/ou for composta PREDOMINANTEMENTE por cópia de trechos da coletânea ou de quaisquer outras partes da prova e/ou por reproduções (plágio) de textos divulgados em mídias digitais (sobretudo internet) ou impressas;
- for idêntica ou muito semelhante a outra(s) redação(ões) deste processo seletivo ou de outro(s);
- apresentar formas propositais de anulação, como impropérios, trechos jocosos ou a recusa explícita em cumprir o tema proposto.

Observações importantes:

- Cada redação é avaliada por dois examinadores independentes e, quando há discrepância na atribuição das notas, o texto é reavaliado por um terceiro examinador independente. Quando a discrepância permanece, a prova é avaliada pelos coordenadores da banca.
- O espaço para rascunho no caderno de questões é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma, o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da prova de redação pela Banca Examinadora.

ANEXO 6 – PROVA DA SÃO CAMILO 2022

REDAÇÃO

TEXTO 1

Nos últimos anos, o caminho da transformação digital na sociedade foi acelerado, o que fez com que diversas discussões acerca de como equilibrar e garantir direitos ganhassem destaque, principalmente em relação ao uso e à proteção de dados pessoais. Um dos aspectos de extrema relevância a ser analisado nessa nova realidade é o que fazer com os bens digitais de pessoas falecidas, ou seja, as heranças digitais, pois a tendência é a de que boa parte do nosso legado cada vez mais pertença ao ambiente *on-line*.

A questão sobre a herança digital de uma pessoa abrange desde o acesso indiscriminado da família a contas e conteúdos de quem faleceu, mantendo ou não, por exemplo, um perfil *post-mortem*, até a transferência patrimonial de bens virtuais (já que, quando físicos, são incorporados naturalmente ao espólio). Caso toda a sua rede de amigos, seu *networking*, suas fotos, seus vídeos, seus livros estejam em alguma mídia virtual, caso tenha investido muito dinheiro em um avatar dentro de um game *on-line*, como fazer para transmitir esse seu legado de patrimônio digital para seus herdeiros?

Apesar de parecer uma saída mais fácil, deixar a senha de acesso para outra pessoa não é uma alternativa sustentável: juridicamente, envolveria o crime de falsa identidade, previsto no artigo 307 do Código Penal — quando alguém se passa por outro para ter acesso aos seus bens e identidade. Logo surge a necessidade de estabelecer legalmente a quem pertence esse conteúdo intangível, uma vez que muitos desses perfis podem continuar gerando renda, mesmo após o óbito do seu criador. Daí a relevância dessa decisão sobre heranças digitais, não apenas por seus impactos emocionais e sociais à família, mas também econômicos e jurídicos.

(Patrícia Peck. "Há vida digital depois da morte? O desafio da herança de dados em um mundo *on-line*". www.neofeed.com.br, 20.01.2021. Adaptado.)

TEXTO 2

Famílias têm recorrido à Justiça para obter o direito à chamada herança digital. Querem o acesso a *e-mails*, contas em redes sociais e *smartphones*. São pais que buscam respostas para a morte dos filhos, viúvas que precisam resgatar documentos necessários ao inventário, familiares que querem, simplesmente, guardar memórias protegidas por senha.

Em Minas Gerais, em 2017, uma mãe quis acesso ao celular da filha falecida, para obter fotos e vídeos protegidos por senha. O juiz da Comarca de Pompéu, porém, negou o pedido. Para ele, o acesso violaria a intimidade da falecida e de terceiros, apenas para "satisfação pessoal", só sendo justificado em caso de investigação criminal ou instrução de ação penal.

Já a Justiça alemã, em 2018, obrigou o *Facebook* a liberar o acesso dos pais ao perfil da filha, que morreu no metrô de Berlim. Eles queriam esclarecer a causa da morte da adolescente, especialmente depois que foram acionados na Justiça pelo condutor do metrô, que alegava danos morais pelo suposto suicídio da menina.

No Brasil, a discussão sobre herança digital divide especialistas. Para a professora e parecerista Karina Nunes Fritz, proibir ou limitar a transmissão de ativos digitais viola o princípio da sucessão universal, segundo o qual todo patrimônio do falecido deve ser repassado aos herdeiros. "É como deixar o locador impedir os herdeiros de entrar no imóvel alugado para retirar os pertences do locatário falecido", compara. Fritz acrescenta que, por isso, na Espanha, desde 2018, uma lei assegura aos herdeiros suceder o titular em redes sociais, *e-mails* e serviços de mensagens instantâneas. Por outro lado, a advogada Ana Carolina Brochado Teixeira defende a restrição de acesso em nome da privacidade e da intimidade. Para ela, o que se transmite aos herdeiros é o patrimônio, o que tem valor econômico. Dados estritamente pessoais deveriam ser protegidos. Por sua vez, a professora Livia Leal concorda. "Na internet, há uma expectativa de privacidade e sigilo do conteúdo digital. O compartilhamento pode gerar situações delicadas", diz.

(Bárbara Pombo. "Decisões da Justiça negam o direito à herança digital". www.noticiasfiscais.com.br, 18.05.2021. Adaptado.)

Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos, escreva um texto dissertativo-argumentativo, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema:

HERANÇA DIGITAL: ENTRE O DIREITO À TRANSFERÊNCIA PATRIMONIAL
À FAMÍLIA E A PRIVACIDADE DO FALECIDO E DE TERCEIROS

ANEXO 7 – GRADE DE CORREÇÃO OFICIAL DA PROVA DA SÃO CAMILO 2022



Processo Seletivo
1º Semestre de 2022
Medicina

CRITÉRIO C – ELEMENTOS LINGÜÍSTICOS (MODALIDADE E COESÃO)						
Ortografia, separação silábica, acentuação, crase, pontuação, regência (verbal e nominal), concordância (verbal e nominal), construção frasal, informalidade, precisão lexical + elementos coesivos						
1	ERRO(S) RECORRENTE(S) + VARIADOS + GRAVES		E/ OU	O uso dos recursos coesivos é rudimentar ou tais recursos são utilizados de maneira equivocada ao longo de todo o texto, de forma a prejudicar o entendimento das relações estabelecidas.		
	MUITOS ERROS + GRAVES					
	EXCESSO DE ERROS					
2	ERRO(S) RECORRENTE(S) + VARIADOS		E/ OU	A ligação intraparágrafos e interparágrafos é ruim ou quase inexistente . Textos com PREDOMINÂNCIA de parágrafos muito curtos não devem ultrapassar a nota 2 .	E/ OU	Textos na forma de monobloco não devem ultrapassar a nota 2 apenas no critério C.
	ERRO(S) RECORRENTE(S) + GRAVES					
	ERROS VARIADOS + GRAVES					
	MUITOS ERROS					
3	ERROS EVENTUAIS		E/ OU	Há uso correto dos recursos coesivos em alguns momentos do texto e, quando não há, a ligação entre as partes do texto pode ser recuperada.		
4	RAROS ERROS		E	Uso adequado dos recursos coesivos: há valorização da relação entre as partes do texto em virtude do bom uso dos recursos coesivos.		

OBS.1: Descontar 1 ponto apenas no critério C em textos com 15 LINHAS OU MENOS (sem contar o título).

OBS.2: Textos com 20 linhas (sem contar o título) ou menos não podem alcançar a nota máxima, no critério C.

A nota final da redação será obtida pela seguinte fórmula:

$$NF = (NC * NE) / NMC$$

NF: Nota Final

NC: Nota atribuída pela Correção VUNESP (escala de 0 a 11)

NE: Nota máxima prevista em Edital (20 pontos)

NMC: Nota Máxima prevista pela Correção VUNESP (11 pontos)